

análise de conjuntura

Mercado de Trabalho

VERA MARTINS DA SILVA

p. 3 Vera Martins da Silva analisa o dinamismo do mercado de trabalho no Brasil, mostrando que, apesar da queda, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho continua elevada.

temas de economia aplicada

Ativismo Judicial no Brasil Sob a Ótica da Teoria Econômica do Setor Público

ANDRE FRANCO MONTORO FILHO

p. 9 Andre Franco Montoro Filho analisa o ativismo judicial no Brasil sob a ótica da teoria econômica do setor público e da evolução histórica das instituições democráticas no mundo ocidental.

Investigação da Existência de Padrões nas Mudanças Ocupacionais no Mercado Brasileiro de Trabalho Formal de 2004 a 2022 – Parte II

DEISI DEFFUNE

p. 12 Deisi Deffune investiga os impactos das mudanças tecnológicas e organizacionais no mercado de trabalho formal, destacando os impactos de novas tecnologias, materiais e produtos, assim como da reorganização dos processos de trabalho.

Endividamento Público das Capitais Brasileiras (2019-2023)

CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE
RODRIGO DE LOSSO

p. 19 Carlos Nathaniel Rocha Cavalcante e Rodrigo De Losso analisam a trajetória da Dívida Consolidada Líquida e do serviço da dívida das capitais brasileiras e discorrem sobre a saúde fiscal destes municípios.

Comentários sobre a Situação Fiscal Brasileira

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI

p. 26 Rogério Nagamine Costanzi analisa a situação fiscal brasileira, destacando a deterioração das contas públicas e o impacto de despesas obrigatórias, especialmente as do setor previdenciário.

Canadá, Utopia Liberal (Parte I): Uma Conversa sobre Renda Básica com Evelyn Forget e Hannah Owczar

JULIO LUCCHESI MORAES

p. 34 Julio Lucchesi Moraes aborda a viabilidade e os impactos da renda básica universal no Canadá, apontando como a renda mínima pode contribuir para a redução da pobreza e para a melhora de aspectos sociais.

Geopolítica e Inflação de Alimentos

LUCCAS ASSIS ATTÍLIO

p. 40 Luccas Assis Attílio busca compreender as flutuações dos preços de alimentos analisando o cenário internacional e apontando como a eclosão de conflitos armados afeta os preços.

Uma Breve Análise do Comércio Bilateral Brasil-EUA e a Dependência dos Estados Brasileiros

CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE
RODRIGO DE LOSSO

p. 44 Carlos Nathaniel R. Cavalcante e Rodrigo De Losso discorrem sobre as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, destacando os principais produtos comercializados e investigando a dependência dos estados em relação ao comércio com os EUA.

Atividade Econômica em 2024

GUILHERME TINOCO

p. 54 Guilherme Tinoco analisa o desempenho da economia brasileira em 2024, destacando o crescimento do PIB, os fatores que impulsionaram este crescimento, e variações nos setores de indústria, comércio e serviços.

Mudanças no Arco da Geopolítica e as Estratégias para a Economia Brasileira

GABRIEL BRASIL

p. 58 Gabriel Brasil discute transformações geopolíticas recentes, destacando a postura protecionista dos Estados Unidos, e analisando como essas mudanças podem impactar a economia brasileira.

Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-FEA-USP

p. 61 O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, assim como o *dividend yield*, *short interest* e IVol-BR, utilizando dados brasileiros.



pesquisa na fea – Economia

economia & história

A Era do Descontentamento no Relatório da UNCTAD – Um Novo e Rebaixado Normal

RÔMULO MANZATTO

O Longo Fim da Escravidão

IVAN COLANGELO SALOMÃO

p. 65

Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

p. 66

Rômulo Manzatto discorre sobre a “Era do Descontentamento” abordada no Relatório da UNCTAD, destacando a estabilização do crescimento econômico em níveis abaixo do pré-pandemia, as altas taxas de endividamento e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

p. 69

Ivan Colangelo Salomão analisa as interações econômicas, políticas e diplomáticas que marcaram o fim da escravidão no Brasil.

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador

Simão Davi Silber (Presidente)
André Franco Montoro Filho
Antonio Carlos Coelho Campino
Denisard C. de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
José Carlos de Souza Santos
José Paulo Zeetano Chahad
Luiz Laurent Bloch
Matheus Gregorini Costa

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia
Pallares Zockun
Diretora de Cursos
Vera Lucia Fava

Pós-Graduação

Wilfredo Maldonado
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel
Bortoletto



Conselho Editorial

Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena G. Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editores-Chefe

Fabiana F. Rocha
Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial

Sandra Vilas Boas
<http://www.fipe.org.br>

análise de conjuntura



Mercado de Trabalho: Dinamismo com Desaceleração

VERA MARTINS DA SILVA (*)

O mercado de trabalho segue aquecido, com redução da Taxa de Desocupação e expansão do número de Ocupados, principalmente no setor privado formal e declínio do número de Ocupados em atividades domésticas e de pessoas ligadas à produção familiar.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (PNADC/IBGE), o número de Pessoal Ocupado no trimestre outubro/novembro/dezembro de 2024 atingiu 103,8 milhões de pessoas, um aumento de 2,8 milhões (+2,8%) em relação ao mesmo trimestre de 2023. Já os Desocupados, aqueles que não tinham Ocupação, mas que haviam procurado posto de trabalho nos 30 dias anteriores ao da realização da pesquisa foram estimados em 6,8 milhões de pes-

soas, o que significa uma queda de 1,3 milhões de pessoas (-15,6%) em relação ao mesmo trimestre de 2023.

O dinamismo do mercado de trabalho permitiu a redução da Taxa de Desocupação, que atingiu 6,2% da Força de Trabalho (Ocupados mais Desocupados em busca de trabalho) no trimestre out/nov/dez/2024, uma redução de 1,2 pontos percentuais relativamente ao mesmo trimestre de 2023.

Contudo, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho – que, além de incluir os Desocupados, inclui também os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os que têm potencial para se tornarem Força de Trabalho – continua elevada, tendo sido esti-

mada em 15,2% da Força de Trabalho Potencial no último trimestre de 2024.¹ Apesar de ainda elevada, esta estimativa apresentou queda de 2 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2023, quando esta taxa atingiu 17,3%. O número de pessoas na Força de Trabalho Potencial foi estimado pela PNADC/IBGE em 6 milhões no trimestre out/nov/dez/2024 – uma redução de 430 mil pessoas (-6,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2023.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da Taxa de Desocupação em sua definição mais restrita e a Taxa Combinada de Desocupação que inclui aqueles com insuficiência de horas trabalhadas e desalento, indicando a queda de ambas as taxas, porém com uma desocupação em sentido

amplo ainda relevante. Note que o início da série apresentada reflete o período posterior à crise múltipla decorrente da pandemia da covid-19, em que a economia estava se recuperando da pandemia, mas que passava a enfrentar a crise da guerra na Ucrânia.

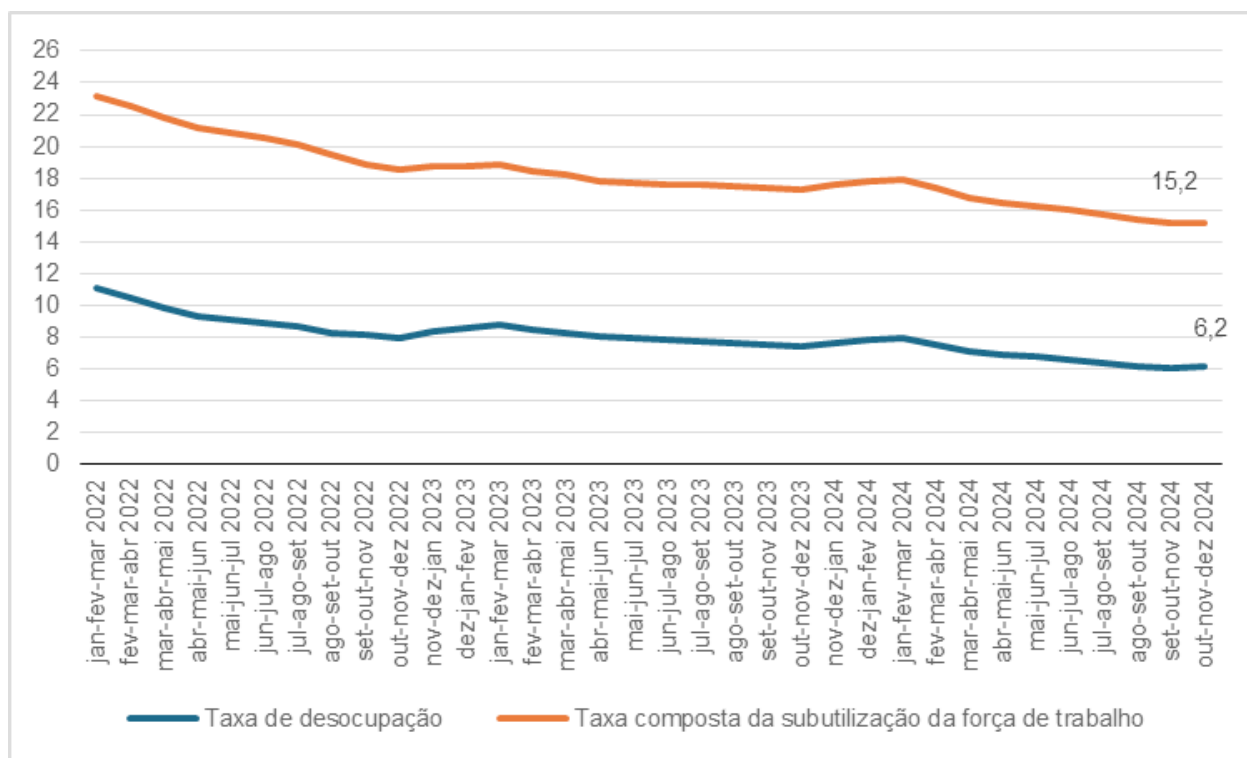
Apesar do vigor do mercado de trabalho nos últimos trimestres da pesquisa PNDAC, as informações mostram também a persistência de uma forte informalidade nesse mercado, estimada em cerca de 38,6% no trimestre out/nov/dez de 2024, contra 40,1% no primeiro trimestre de 2022 – ou seja,

uma queda de 1,5 pontos percentuais da taxa de informalidade, mas, ainda assim elevada. Isso implica deficiência do financiamento da Previdência Social, cujo regime de repartição exige que os trabalhadores do período atual paguem pela aposentadoria dos trabalhadores do passado. A taxa de trabalhadores que contribuem para a Seguridade Social, estimada em 65,3% no último trimestre de 2024, continua baixa apesar do aumento da formalização.

O Gráfico 2 apresenta a Taxa de Informalidade desde o início de 2022 (lembrando que nesse perí-

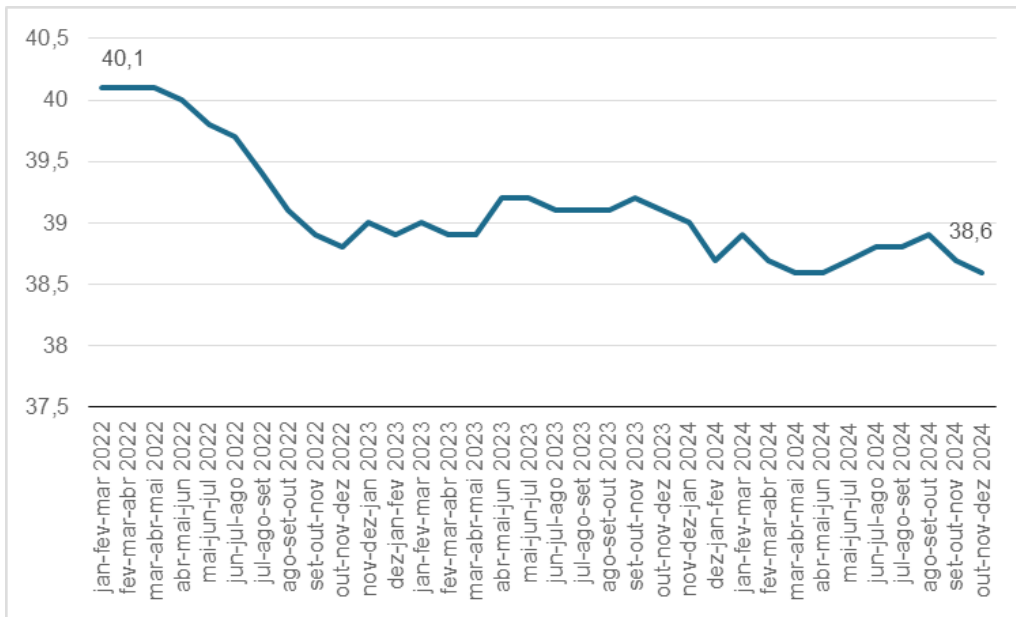
do ocorria a retomada da economia pós-pandemia) e o período atual, quando o mercado de trabalho está aquecido; contudo, a Taxa de Informalidade não cai abaixo de 38% dos postos de trabalho. O Gráfico 3 apresenta a Taxa de Contribuintes da Previdência, que, mesmo no período favorável aos trabalhadores, ainda assim atingiu apenas 65,3% no último trimestre de 2024. Com o envelhecimento da população e a forte e persistente informalidade a gestão das contas previdenciárias é um desafio permanente, especialmente com a existência de reduções ou isenções das contribuições previdenciárias.

Gráfico 1 - Taxa de Desocupação, Brasil, Jan/Fev/Mar/2022 – Out/Nov/Dez/2024 (%)



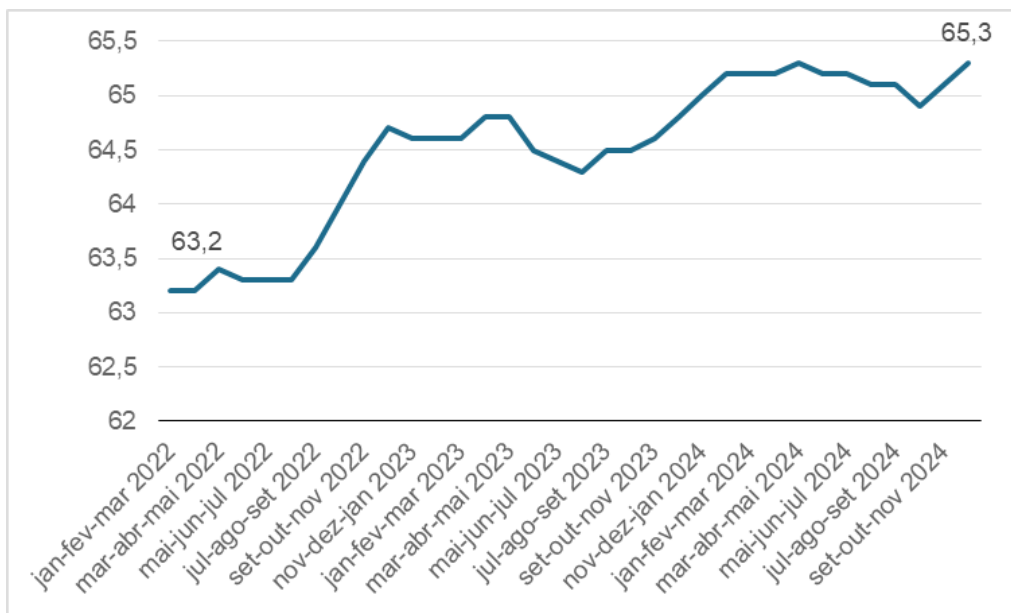
Fonte: PNADC/IBGE.

Gráfico 2 - Taxa de Informalidade das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência. Brasil, Jan/Fev/Mar/2022 –Out/Set/Nov/2024 (%)



Fonte: PNADC/IBGE.

Gráfico 3 - Percentual de Pessoas Contribuintes do Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho, na População de 14 anos ou Mais de Idade, Ocupada na Semana de Referência, Brasil, Jan/Fev/Mar/2022 – Out/Nov/Dez/2024 (%)



Fonte: PNDAC/IBGE.

No que diz respeito aos Ocupados, no comparativo entre o último trimestre de 2024 e o último trimestre de 2023, o grupo que teve maior expansão foi o de Empregados do Setor Privado, que aumentou em 1,9 milhões (+3,8%). A expansão entre os Empregados do Setor Privado (Exclusive Domésticos) com Carteira foi de 1,3 milhões (+3,3%) e a dos Sem Carteira de 682 mil (+5%). Os Empregados do Setor Privado foram estimados em 53,4 milhões, dos quais 39,2 milhões Com Carteira (73,4%) e 14,2 milhões Sem Carteira (26,6%).

Os Trabalhadores Domésticos tiveram redução estimada em 105 mil (-1,7%), com redução especialmente nos Domésticos Sem Carteira com queda de 131 mil (-2,8%) e ampliação de 26 mil em Domésticos com Carteira, com crescimento de 26 mil (+1,8%). Em números absolutos, a estimativa é a existência de 5,9 milhões de Trabalhadores Domésticos, dos quais 4,5 milhões são Sem Carteira (76%) e 1,4 milhões Com Carteira (24%).

O número estimado de Empregados do Setor Público aumentou em 549 mil (+4,5%), dos quais destaca-se o aumento de 289 mil Sem Carteira (+9,4%), os militares ou funcionários estatutários tiveram expansão de 214 mil (+2,8%) e 45 mil (+3,1%) Com Carteira. O pessoal ocupado no Setor Público foi estimado em 12,7 milhões, dos quais predominam os Militares e Estatutários com 7,9 milhões (62%

do total), os Sem Carteira estimados em 3,3 milhões (26% do total) e 1,5 milhões Com Carteira (11,8% do total).

No comparativo do último trimestre de 2024 relativamente ao mesmo trimestre de 2023, os Empregados por Conta Própria tiveram um crescimento de 411 mil (+1,6%), com a maior expansão entre os Com CNPJ, que apresentaram aumento de 379 mil (+5,9%), e os Sem CNPJ, com expansão de 32 mil (+0,2%). Entre os Conta Própria (estimados em 26 milhões de pessoas no último trimestre de 2024) ainda predominam os sem CNPJ (74%), estimados em 19,2 milhões.

Os Empregadores foram estimados em 4,3 milhões no trimestre out/nov/dez de 2024, uma expansão de 125 mil (+3%) relativamente ao mesmo trimestre de 2023. Os Trabalhadores Familiares Auxiliares foram estimados em 1,3 milhões com uma redução de 93 mil (-6,6%) em relação ao mesmo trimestre de 2023.

Entre os setores de atividade econômica, no comparativo do último trimestre de 2024 contra o mesmo período de 2023, a maior expansão da Ocupação ocorreu em setores de Serviços, com destaque para Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, que apresentaram um aumento de 690 mil ocupados, um crescimento

de 3,8% relativamente ao mesmo trimestre de 2023. A expansão da Ocupação em Serviços de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas foi estimada em 461 mil (+3,7%). Foi expressiva também a expansão da Ocupação em serviços de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas em 543 mil (2,8%), a expansão em 296 mil (+5,2%) de Transporte, Armazenagem e Correio e de 230 mil (4,2%) da Ocupação em Alojamento e Alimentação.

A Indústria em Geral apresentou uma expansão de 413 mil (+3,2%) enquanto a Indústria da Construção teve aumento da Ocupação de 414 mil (+5,6%). Já no sentido inverso, ocorreu redução de 186 mil (-2,3%) na Ocupação em Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura e de 109 mil Ocupados (-1,8%) em Serviços Domésticos.

O Rendimento Médio Real Mensal Habitual das Pessoas Ocupadas de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 3.315,00 (um aumento de 4,3% relativamente ao mesmo período e 2023). Com a expansão da Ocupação e dos Rendimentos, a Massa de Rendimentos Reais Habituais de todos os Trabalhos atingiu R\$ 339,4 bilhões, o que representa um acréscimo estimado de 7% relativamente ao mesmo período de 2023.

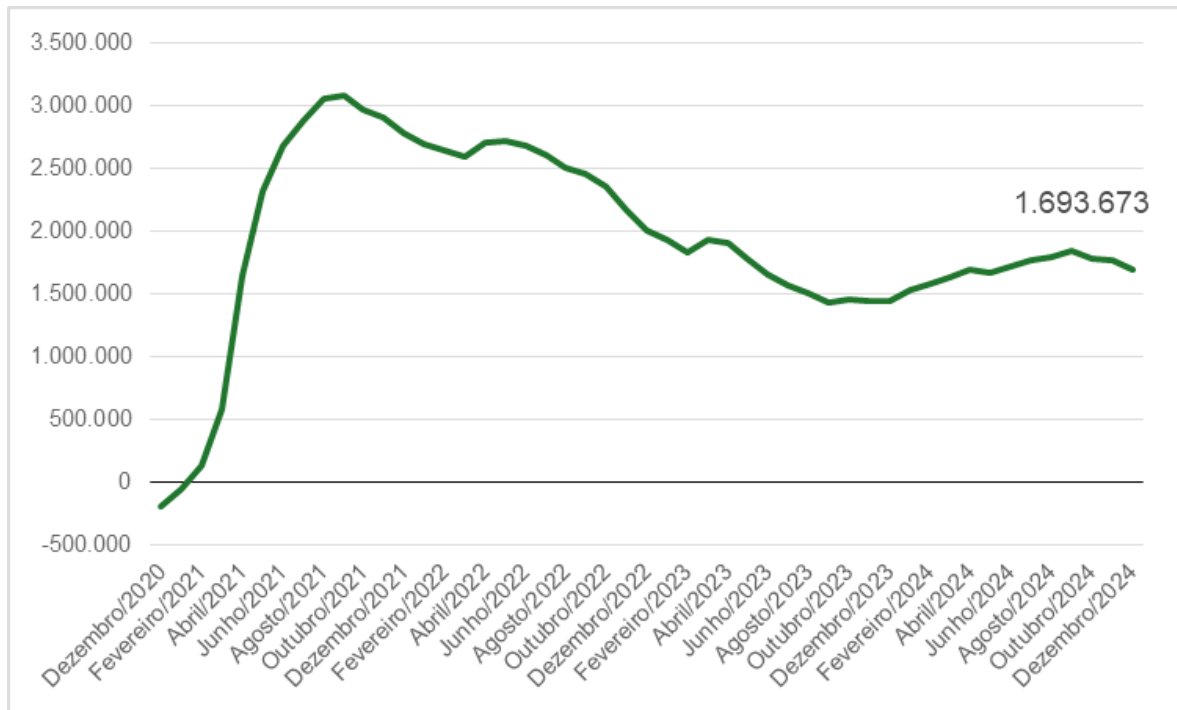
Entre os rendimentos dos Ocupados pelos setores produtivos, destaque para a redução do rendimento real dos Ocupados em atividades agrícolas em 0,4%, único ramo da produção com queda real de rendimentos. Os demais setores apresentaram aumentos reais, com destaque para o aumento de 7,2% dos Ocupados em Transporte, Armazenagem e Correio, aumento de 5,8% em Alojamento e Alimentação e de +5,3 em Serviços de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profis-

sionais e Administrativas. Por tipo de ocupação, destaca-se o aumento real de 6,2% dos rendimentos dos Trabalhadores do Setor Privado sem Carteira, aumento de 6,2% dos rendimentos dos Domésticos com Carteira e aumento de 5,3% de Militares e Servidores Estatutários.

No que diz respeito ao mercado de trabalho formal, conforme as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged), no ano de 2024

foram gerados 1,7 milhão de postos formais de trabalho, que atingiram um total de 47,2 milhões de postos de trabalho formais no final de dezembro de 2024. O Gráfico 4 apresenta a geração líquida de postos de trabalho acumulado em 12 meses, o que indica que após a pandemia, em que o retorno às atividades e geração de emprego formal foi acentuado, a geração de vínculos formais continuou positiva, porém, desacelerou a partir de setembro de 2024.

Gráfico 4 – Geração Líquida de Postos de Trabalho Formais, Acumulado em 12 Meses, Dez/2020 – Dez/2024



Fonte: Novo Caged/MTE.

Dos novos vínculos formais, 929 mil referem-se ao setor de Serviços e, entre os subsetores, o que mais cresceu foi o das atividades ligadas à Saúde Humana, com expansão de 129 mil novos postos. Na Indústria de Transformação, que apresentou expansão de 282,5 mil novos postos, o destaque é o crescimento de 64,9 mil novos postos na Indústria Alimentícia. A Indústria da Construção apresentou aumento de 11 mil postos de trabalho. O Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas apresentou expansão de 336 mil novos postos e a Agropecuária teve um incremento de apenas 11 mil postos de trabalho.

1 Entre aqueles que podem vir a fazer parte da Força de Trabalho, definidos pelo IBGE como Força de Trabalho Potencial, estão: 1) aqueles que procuraram trabalho, mas não estavam disponíveis para assumir o posto na semana de referência da pesquisa, por exemplo por problemas de saúde; e 2) aqueles que não procuraram, mas gostariam de ter um posto de trabalho e estavam disponíveis para assumir uma vaga, os desalentados.

() Economista e doutora pela FEA-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).*

temas de economia aplicada



Ativismo Judicial no Brasil Sob a Ótica da Teoria Econômica do Setor Público

ANDRE FRANCO MONTORO FILHO (*)

1 Introdução

Comentários com críticas e elogios ao ativismo judicial têm ocorrido frequentemente no Brasil. Isto porque o Supremo Tribunal federal (STF) tem, repetidas vezes, ultrapassado os limites tradicionais de sua função de interpretação das leis e da Constituição e passado a influir na formulação e aplicação de políticas públicas. Pretendemos analisar esta questão sob a ótica da teoria econômica do setor público e da evolução histórica das instituições democráticas no mundo ocidental.

2 Evolução das Instituições Democráticas

Em contrapartida à concentração de poder no soberano ou ditador, inerente ao absolutismo e ao autoritarismo, **regimes democráticos se caracterizam pela descentralização do comando administrativo estatal.**

No mundo ocidental, a construção da democracia moderna tem como ponto de partida a Magna Carta, fruto da “Revolta dos Barões”, que em 1215 estabeleceu limites ao poder do soberano, em particular

o poder de tributar: “*no taxation without representation*”.

Por sua vez, a Revolução Gloriosa (1688/89), que marcou o fim da monarquia absolutista na Inglaterra, fortaleceu o Parlamento e estabeleceu controles sobre os gastos públicos. Não bastava autorizar a cobrança de tributos. Era necessário justificar para a sociedade, via parlamento, as despesas, ou seja, como os impostos seriam gastos. Encontra-se aí a origem do orçamento público moderno.

Concomitantemente e com raízes no Iluminismo e nas Revoluções Americana e Francesa, consolidou-

-se a separação de funções e poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nesta divisão de poderes, a elaboração da proposta orçamentária ficou a cargo do Poder Executivo e sua aprovação pelo Poder Legislativo sob fiscalização do Poder Judiciário.

3 O Processo Orçamentário

Ao longo de décadas, as nações foram desenvolvendo e aprimorando normas legais e mecanismos operacionais para que o orçamento público pudesse refletir as escolhas da população, ou seja, ser a **efetiva representação monetária das prioridades da coletividade**.

De responsabilidade do Poder Executivo, o processo de elaboração da proposta orçamentária é um trabalho extremamente complexo, que precisa ser muito bem compilado, por profissionais habilitados, para poder representar aquilo que a população deseja.

Ao mesmo tempo precisa ser financeiramente viável, pois as receitas e a capacidade de endividamento são finitas. É impraticável atender a todas as demandas. Logo, escolhas precisam ser feitas. **A proposta orçamentária representa a leitura que o Executivo faz das prioridades da população.**

A complexidade e responsabilidade desta tarefa são a razão pela qual em qualquer nação existe, no

Executivo, consideráveis setores da administração responsáveis por esta intrincada empreitada.

Concluída a sua elaboração, a proposta orçamentária é enviada ao Poder Legislativo para sua análise e aprovação. Dada a extrema importância para a administração do país (estado/município) do orçamento público e sua inerente complexidade, o Poder Legislativo também tem que se preparar para uma análise cuidadosa, detalhada e perspicaz. Com a colaboração de equipes de especialistas ou analistas a proposta é examinada pelos parlamentares e eventuais alterações são apresentadas por emendas, para serem discutidas e votadas. Frise-se que tais emendas devem também ser justificadas e comprovadas como financeiramente viáveis, ou seja, que existam receitas públicas suficientes para sua implementação.

4 A Economia do Setor Público e o Ativismo Judicial

Em economias de mercado, a teoria econômica do setor público tem como foco estudar quando, quanto, por que e com quais instrumentos o governo deve intervir na economia. Tradicionalmente, a intervenção estatal é recomendada em quatro situações:

a) para corrigir falhas ou fracassos de mercado;

- b) para promover ajustes na distribuição de renda;
- c) para manter a estabilidade econômica;
- d) para fomentar um desenvolvimento sustentado.

No entanto, quando o Judiciário assume um papel central na formulação de políticas, surgem suspeitas sobre a eficiência e a legitimidade dessa atuação.

Este ativismo judicial é autojustificado como uma resposta às eventuais falhas do Legislativo e do Executivo em atender a certas demandas sociais.

Esta desculpa, que infelizmente recebe respaldo de expressiva parcela da população e de conceituados comentaristas, está totalmente em desacordo com a natureza das modernas democracias e com o princípio fundamental da descentralização das funções públicas.

Em primeiro lugar, quem deve julgar eventuais falhas no atendimento de demandas sociais não é um ministro do Supremo, mas sim a população que manifesta ao Legislativo as suas aspirações. E o faz, minimamente, em eleições periódicas, mas mais frequentemente através de diversos outros canais como manifestações públicas, correspondência digital ou presen-

cial para os parlamentares, artigos e entrevistas nos meios de comunicação etc.

Segundo, pela falta de preparo específico, conhecimento ou de assessoria especializada em assuntos econômicos e orçamentários (políticas públicas), as decisões judiciais desta natureza são, no mínimo, arriscadas. Como espero ter deixado claro, o processo orçamentário é extremamente complexo. Havendo restrição orçamentária, qualquer comando para fazer alguma ação implica que outra que estava programada deixará de ser feita. Qual? É função do Executivo e do Legislativo estabelecer a prioridade dos gastos públicos. E estão aparelhados para tal. Ações impulsivas e demagógicas de ministros, mesmo que simpáticas e bem-intencionadas, atrapalham a coerência orçamentária e podem resultar em graves prejuízos para a população.

Além disso, esta atuação judicial pode causar incertezas, afetando negativamente a segurança jurídica. É exatamente a publicidade e a discussão aberta das proposições, com contestações livres, que fornecem a trincheira contra o autoritarismo do Estado, que fazem o estado democrático de direito funcionar e são fundamentais para o bom funcionamento de uma economia de mercado.

5 Conclusão

O ativismo judicial no Brasil, embora se apresente como uma resposta às falhas dos outros poderes, é decididamente uma resposta equivocada. Caso efetivamente existam estas deficiências, o caminho democrático para sua correção é outro, que já está previsto em nossa Constituição e certamente é mais eficiente.

() PhD por Yale e Professor Sênior da FEA/USP.
(E-mail: amontoro@usp.br).*

Investigação da Existência de Padrões nas Mudanças Ocupacionais no Mercado Brasileiro de Trabalho Formal de 2004 a 2022 – Parte II

DEISI DEFFUNE (*)

1 Fatores de Impacto Ocupacional Indicados pelo QBQ¹

Fator de impacto ocupacional é definido como alteração tecnológica ou organizacional que muda o modo operatório das atividades de uma ocupação, podendo complementá-las ou substituí-las parcial ou totalmente.

No Quadro Brasileiro de Qualificações (QBQ) é registrada a ocorrência dos seguintes fatores de impac-

to: a) automação; b) robotização; c) TIC (tecnologias da informação e da comunicação); d) reorganização do processo de trabalho; e) novos materiais; f) novos produtos e g) outros fatores. Esses fatores são tecnologias de propósito geral, ou seja, podem ser aplicadas em inúmeras atividades de produção de bens e serviços. Além deles, foram registrados outros fatores tecnológicos, inclusive os de propósitos específicos.

No QBQ, foram considerados como automação seus níveis mais elevados que estão sendo implantados mais recentemente. Embora a automação englobe a robotização, o QBQ a trata separadamente, dada a sua especificidade.

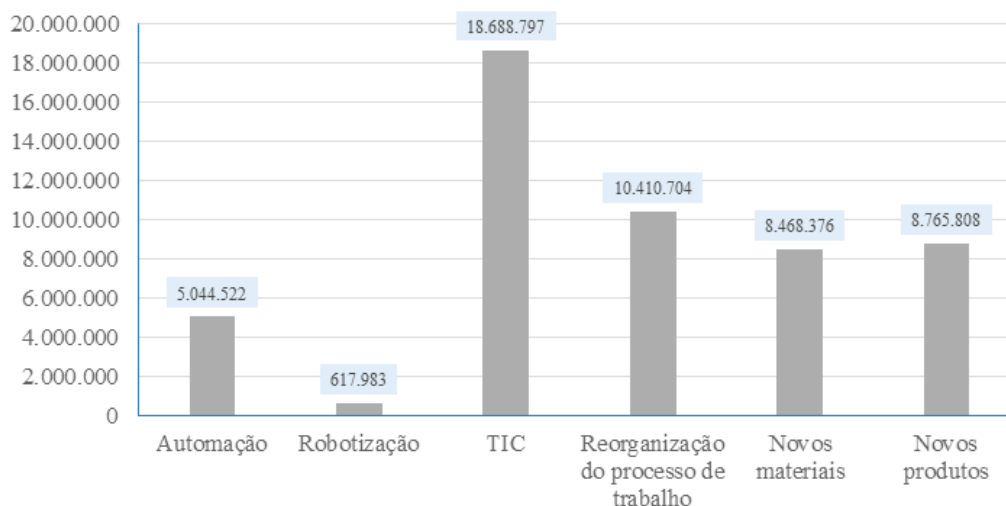
A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam os vínculos empregatícios formais de 2022 que vêm sendo impactados pelos fatores citados.

Tabela 1 - Brasil – Impactos das Mudanças Tecnológicas nas Ocupações e nos Vínculos Empregatícios em 2022

Fatores de impacto	Vínculos empregatícios formais (%)	Ocupações (%)
Automação	10%	34%
Robotização	1%	5%
TIC	36%	64%
Reorganização do processo de trabalho	20%	39%
Novos materiais	16%	25%
Novos produtos	17%	23%

Fonte: QBQ e Rais 2022, dados sistematizados pela Fipe.

Gráfico 1 - Brasil – Vínculos Empregatícios por Fatores de Impacto Técnico e Organizacional, na Força de Trabalho Formal 2022



Fonte: QBQ – Dados sistematizados pela Fipe.

A automação é um processo tecnológico abrangente que atualmente utiliza processos computacionais (software) e equipamentos (hardware) para realizar tarefas com o mínimo possível de assistência humana. No Grande Grupo 8 da CBO, que se refere aos processos de produção industrial contínuos, a automação, principalmente para controle dos processos, se faz presente há décadas. Atualmente, o impacto maior ocorre nos processos de produção discretos (GG 7 da CBO), tornando-os cada vez mais próximos de continuidade, ou seja, encurtando os “tempos mortos” de produção.

No Brasil, a implantação dos robôs nas atividades produtivas ainda é incipiente. Estão presentes na indústria (automobilística, aero-

náutica etc.), nas atividades de logística e na agricultura. Enquanto, em 2020, havia no Brasil 101 mil robôs, em 2022 havia na China 3,9 milhões.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) – tecnologia de uso transversal, ou seja, espalhada na maioria das atividades econômicas, já atingem 64% ocupações que representam 36% dos vínculos empregatícios, sendo atualmente o mais importante fator de mudança. O uso de TIC é uma tendência mundial e afeta um número muito maior de trabalhadores dos serviços.

A reorganização do processo de trabalho é o segundo mais importante fator de mudança e pode se dar, principalmente, por: a) intro-

dução de novas tecnologias ou b) rearranjo das funções atribuídas aos trabalhadores, tais como trabalho em célula, produção por família de produtos; c) processos de reengenharia; d) subcontratação de serviços no país e no exterior.

Os novos materiais lideram a lista de novas tecnologias que se vinculam diretamente com a transição energética e a ecotransição, para fazer frente às mudanças climáticas causadas, principalmente, por fatores antrópicos. Novos materiais estão intimamente associados a **novos produtos**. As propriedades dos materiais permitem, ainda, a criação de novos produtos das mais variadas aplicações e complementam as possibilidades de tecnologias de equipamentos (hardware), como a impressão 3D,

também conhecida como tecnologia aditiva.

2 Impactos da Evolução Tecnológica e Organizacional nas Famílias Ocupacionais

Foram selecionadas 50 famílias ocupacionais (FO), contendo 217 ocupações, para analisar os impactos da evolução tecnológica e organizacional da força de trabalho formal. As FO foram agrupadas por domínio ocupacional. Entende-se por **domínio** um campo de atuação de um conjunto de ocupações. Cinco foram os domínios selecionados, a saber: 1) administração e contabilidade; 2) automação e tecnologias da informação e comunicação; 3) eletroeletrônica e comunicações; 4) metalmecânica; e 5) pesquisa. Informações detalhadas sobre os impactos em cada domínio podem ser consultadas em <https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/textos-para-discussao/>

Domínio: Administração e Contabilidade

Foram selecionadas 5 famílias ocupacionais, totalizando 13 ocupações. Os empregos formais das famílias selecionadas deste domínio passaram de 131 mil em 2004, para 140 mil em 2006 e 300 mil em 2022. As ocupações de nível superior cresceram e as de nível técnico diminuíram.

Os trabalhadores de nível superior, que atuam internamente nas em-

presas, vêm se adaptando, ao longo dos últimos 30 anos, ao intenso movimento de digitalização dos processos de trabalho, com uso da internet, que em seu bojo enseja novos modelos administrativos e contábeis e novos nichos de especialização. Sistemas integrados de gestão da classe ERP (*Enterprise Resource Planning*), ou planejamento de recursos empresariais, requerem níveis sofisticados de padronização de rotinas e atualização constante dos profissionais de todos os níveis. Políticas de governança corporativa e de *compliance* para proteção de informações e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, agosto de 2018), decorrentes da digitalização, aumentam a severidade dos códigos de conduta. Intensificaram-se os controles dos registros contábeis, tendo em vista a atuação dos órgãos fiscalizadores em relação aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

Em 2007, com a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), houve uma verdadeira revolução nos **serviços contábeis**. O sistema é constituído por mais de uma dezena de módulos que padronizam as informações entre as empresas e o governo. Os três primeiros módulos implantados foram a Escrituração Contábil Digital, a Escrituração Fiscal Digital e a NF-e. Um dos últimos módulos implantados foi o e-Social.

Domínio: Automação e Tecnologias da Informação e Comunicações

Para o estudo aprofundado deste domínio foram selecionadas 8 famílias ocupacionais, com 28 ocupações. Os empregos formais das famílias selecionadas deste domínio aumentaram de 243 mil, em 2004, para 296 mil em 2006 e 757 mil em 2022.

A automação de atividades produtivas pode ser visualizada em uma arborescência que parte do nível 1 – o mais elementar e vai até o nível 5. No nível 1, a dos dispositivos, encontram-se os instrumentos de medição e os atuadores. No nível 2, encontram-se equipamentos de controle, como Controlador Lógico Programável (CLP) e o Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD). No nível 3 encontram-se sistemas supervisórios que armazenam grandes quantidades de informações de produção e manutenção e emitem relatórios estatísticos. No nível 4, estão presentes sistemas de controle do planejamento da indústria, gerenciando informações de logística (suprimento, distribuição) e compartilhando informações com vendas, compras e finanças. No nível 5, o mais elevado, fazem-se presentes sistema de segurança para garantir a inviolabilidade das informações (*cybersecurity*), utilização de tecnologias avançadas, como a Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), Apre-

dizado de Máquina (ML) e análise de *Big Data*.

Nas indústrias de processo discreto e nas escolas de formação profissional, o uso de software como CAD – *Computer Aided Design* (Projeto Auxiliado por Computador), CAM – *Computer Aided Manufacturing* (Manufatura Auxiliada por Computador), CAE – *Computer Aided Engineering* (Engenharia Auxiliada por Computador) há muito é uma realidade.

Nas indústrias de processos contínuos, a área de controle e automação encontra-se em uma fase avançada de automação. A automação nos processos de indústrias de processos discretos tem sido mais lenta devido a décadas de baixo crescimento. Gradativamente, novas fábricas digitais têm sido instaladas. Nota-se um movimento de convergência de processos de automação, em que as indústrias de processos discretos tendem a diminuir os “tempos mortos” entre operações para se aproximar das indústrias de processos contínuos.

Verifica-se, também, a inserção cada vez maior da automação nos sistemas de produção agropecuária e florestal; de transporte; de armazenagem; de comercialização; de conservação, climatização, refrigeração e ar-condicionado, utilizando soluções de engenharia observadas nos recentes movimentos tecnológicos da indústria

(chamadas de quarta e quinta revoluções industriais).

Em áreas de tecnologia de ponta, o estágio atual é de importador de tecnologia, gerando a necessidade de adaptação de componentes, equipamentos e sistemas para a realidade nacional.

O uso de robôs colaborativos ou robôs autônomos ainda é restrito no Brasil, fazendo-se presente, principalmente, nas indústrias automobilística, aeroespacial e de óleo e gás e nas empresas de logística. A tendência é de aumento de uso nas demais atividades econômicas.

A depender da escala de produção da empresa, o uso de robô pode não ser economicamente viável, o que indica que diferentes níveis de tecnologia possam coexistir.

Tanto a área de mecatrônica como a de automação e controle tendem a se expandir nos próximos anos, com tendência de ampliação inclusive dos empregos de tecnólogos.

Domínio: Eletroeletrônica e Telecomunicações

A convergência de tecnologias hard e soft no domínio da eletroeletrônica e das telecomunicações é um dos indicadores de que o atual progresso técnico integra diferentes áreas do conhecimento. Atualmente, é difícil dissociar a eletroeletrônica e as telecomunicações dos processos

de Automação e TIC. A separação aqui feita é meramente formal.

Para o estudo aprofundado deste domínio foram selecionadas 17 famílias ocupacionais, com 73 ocupações. Os empregos formais do domínio de eletroeletrônica e telecomunicações aumentaram de 485 mil em 2004, para 547 mil em 2006 e 812 mil em 2022.

Em vários países desenvolvidos, o número de tecnólogos (Associate’s Degree, nos EUA, Técnico de Nível Superior, na França) é relativamente maior do que no Brasil, indicando que há engenheiros em funções que poderiam ser exercidas por tecnólogos. Para 2022, os números para o domínio da eletroeletrônica e telecomunicações são os seguintes: 29,5 mil engenheiros para 3,4 mil tecnólogos, 205,8 mil técnicos e 566,3 mil trabalhadores dos níveis de qualificação 2 e 3 (qualificados). Na hipótese de retomada do crescimento sustentado da indústria brasileira, deverá haver um aumento da participação dos tecnólogos.

As ocupações de engenheiros eletricitistas, eletrônicos, de energia e de telecomunicações e dos tecnólogos deste domínio têm sido impactadas por tecnologias tais como CAD – *Computer Aided Design* (Projeto Auxiliado por Computador), EDA – *Electronic Design Automation*, CAE – *Computer Aided Engineering* (Engenharia Auxiliada por Computador), PSSE – *Power System Simulator for Engineering*

(Simulador de Sistema de Energia para Engenharia) e MATLAB.

A conectividade está sendo amplamente disseminada entre objetos do cotidiano com o uso de IoT e IIoT – Internet Industrial das Coisas, e a chegada do 5G e do 6G, impactando as ocupações de manutenção desse domínio.

A atuação do engenheiro biomédico é impactada pela automação, robótica, novos materiais e TIC. Robótica e AI são usadas para próteses eletrônicas. Biomateriais e materiais poliméricos, associados a agentes antimicrobianos ou fármacos, são usados para regenerar ou substituir tecidos danificados e a engenharia tecidual para criação de órgãos artificiais com tecnologia 3D.

Em decorrência das inovações, os técnicos de eletroeletrônica e telecomunicações desempenham um papel importante no treinamento de trabalhadores dos níveis de qualificação 2 e 3. Suas atividades são afetadas pelas mesmas tecnologias que impactam as ocupações dos engenheiros.

Os montadores de equipamentos eletrônicos estão mais sujeitos aos efeitos da automação. Por enquanto, seus postos de trabalho têm crescido.

Os instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados dificil-

mente serão substituídos por processos automatizados. O que se encontra em termos de inovações na área é a introdução de organização, disposição, distribuição e padronização da infraestrutura das redes de telecomunicações, com cabeamento estruturado e padronizado. A padronização dos dispositivos e ferramentas também tem tornado o trabalho mais produtivo.

Neste domínio também estão os trabalhadores da eletromecânica, que atuam principalmente na manutenção e são muito impactados pelas tecnologias da área da mecânica e da eletrônica.

Os supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e predial têm sido impactados pela crescente terceirização na manutenção industrial. Eles são, com os técnicos, fundamentais para a programação dos treinamentos e para a supervisão do trabalho em campo.

Os encarregados de manutenção elétrica veicular fazem parte de uma área que tem sofrido escassez de trabalhadores. Com a introdução da eletrônica embarcada, o título ocupacional poderá ser alterado para encarregados de manutenção eletroeletrônica veicular.

Domínio: Metalmeccânica

Para o domínio da metalmeccânica, área fortemente automatizada, foram selecionadas 15 famílias

ocupacionais com 74 ocupações. No geral, houve aumento dos empregos formais, passando de 521 mil em 2004, para 574 mil em 2006 e 765 mil em 2022. O nível de emprego manteve-se relativamente estável para algumas famílias ocupacionais e diminuiu em outras, como as de ferramenteiros e afins e dos preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais.

Na metalmeccânica é cada vez mais disseminado o uso do PIMS (*Plant Information Management System*, ou Sistema de Gerenciamento de informações de Planta, em português). Outro aspecto comum é a reorganização dos processos de trabalho das fábricas, provocada pelo maior ou menor grau de automação e pela interconectividade com fornecedores de insumos e serviços. Os engenheiros que lideram equipes têm uma intensificação nas atividades de inter-relacionamento pessoal, que passa a ser um ponto fundamental (o P da classificação de Sidney Fine).

De forma geral, a área de metalmeccânica tem sido impactada pelo uso de tecnologias de informação e comunicação e uso de CAD, CAE e CAM, que são ferramentas de auxílio computadorizado para projeto, engenharia e manufatura. Também estão presentes processos fabris na área aeroespacial com o uso de *Manufacturing Executive System* (MES). A automação já se faz pre-

sente na área, com auxílio de *IA*, *Big Data*, robôs e *IIoT*.

O mercado de trabalho dos técnicos da metalmecânica de nível médio é promissor, em função da expectativa de renovação do parque industrial. As inovações e melhorias detectadas no campo da engenharia também estão presentes em seus ambientes de trabalho, o que significa que tecnologias convencionais não serão abandonadas. As tecnologias mais sofisticadas tendem a ser introduzidas em produção de larga escala e as convencionais em produções de pequenos lotes.

Na fabricação e manutenção de ferramentas há o impacto de *IIoT*, que proporciona produtos com recursos digitais e algum grau de inteligência, por meio de sensores, interfaces e outros recursos similares.

Os técnicos mecânicos utilizam *CAE*, *CAD* e *CAM* para integrar projeto, fabricação, manutenção e assistência técnica dos produtos. O técnico em automobilística tem suas atividades alteradas pelas novas tecnologias de propulsão, como a de carros elétricos, híbridos e com o uso de novos tipos de combustível, pelo aumento do uso da eletrônica embarcada, pela alteração do processo de trabalho com linhas de montagem flexíveis e pela utilização de robótica na produção veicular.

O técnico mecânico (aeronaves) tem suas atividades alteradas pelo aumento da utilização da aviônica para controle. O técnico mecânico (embarcações) que atua na fabricação tem suas atividades alteradas pelo aumento da eletrônica embarcada e automação nas embarcações.

O inspetor de soldagem requer certificação para realizar suas atividades, geralmente em áreas em que a soldagem é crítica na qualidade do produto, como nos processos de soldagem de produção veicular terrestre, aérea ou naval e nas atividades de exploração, refino e transporte de petróleo.

O grupo de técnicos em soldagem, caldeiraria e estruturas metálicas tem suas atividades alteradas pelas inovações que atingem engenheiros e tecnólogos deste domínio, como o uso de materiais avançados. No caso do técnico em caldeiraria, parte das atividades de calandragem e soldagem têm sido automatizadas e é comum o uso de ferramentas como *CAD* e *CAM*, além do sistema de gerenciamento integrado (*ERP*) e *BIM* nos processos construtivos de montagem de estruturas metálicas. Para soldagens mais críticas, os soldadores se submetem a exames de qualificação.

As ocupações técnicas vinculadas aos processos contínuos na siderurgia já atuam em ambiente de automação há décadas, com

utilização de *SDCD* e software de gerenciamento de parâmetros dos processos. Na laminação, há um ambiente de progressiva automação, cada vez mais integrada com os demais processos siderúrgicos, por meio de digitalização. Os processos de redução têm sido objeto de inovações, com tendência da substituição de alto-forno a coque por sistema de redução por gases, como por exemplo, hidrogênio, como medida de redução de CO_2 .

Supervisores e mestres da área metalmecânica estão sujeitos aos mesmos impactos dos técnicos.

Os mestres e supervisores de primeira linha que atuam nos processos da metalmecânica têm papel fundamental na transmissão e fiscalização de protocolos de operação da equipe de trabalhadores do chão de fábrica, que são os mais afetados pela automação e robotização dos processos e pelas mudanças nas características e formas dos materiais trabalhados. Os mestres têm sido afetados por constantes reorganizações dos processos de trabalho, com horizontalização dos níveis hierárquicos das empresas, com maior compra, de terceiros, dos itens que compõem produtos e serviços (subcontratação), pela presença de fornecedores trabalhando na própria planta da empresa contratante e fornecedores de outros países. Os mestres são detentores de conhecimentos e habilidades não codificáveis (tácitos) adquiridos somente

pela experiência no ofício e são fundamentais para a aceleração da curva de aprendizagem das equipes do chão de fábrica.

Os trabalhadores vinculados à ferramentaria e modelagem de metais têm sido impactados por programas como CAE, CAD e CAM. Os operadores de máquinas de usinagem convencional geralmente trabalham em produção de escalas menores, e as inovações que ocorrem são relativas aos novos materiais abrasivos e às novas ligas metálicas com que trabalham. O preparador de máquina-ferramenta já atua com CNC. A inteligência artificial e o aprendizado de máquina têm feito avanços significativos em várias indústrias, incorporando os processos de usinagem CNC a essas melhorias. As inúmeras ocupações que atuam com CNC deverão continuar com sua fatia no mercado de trabalho, combinando tecnologias de usinagem subtrativa com a usinagem aditiva.

1 As informações dos fatores de impacto foram obtidas do banco de dados do Quadro Brasileiro de Qualificações.

() Economista, especialista em planejamento econômico e social e em ergonomia de sistemas de produção. Pesquisadora da Fipe na área de análise ocupacional. (E-mail: deisi.deffune@fipe.org.br).*

Endividamento Público das Capitais Brasileiras (2019-2023)

CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE (*)
RODRIGO DE LOSSO (**)

1 Introdução

A dívida pública dos municípios brasileiros desempenha um papel fundamental na compreensão da sustentabilidade fiscal e da eficiência na gestão das finanças públicas locais. Desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, o arcabouço legal busca impor disciplina orçamentária e limitar o endividamento municipal por meio de indicadores como a Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) (BRASIL, 2000). Entretanto, os municípios brasileiros ainda enfrentam desafios estruturais significativos, como a rigidez orçamentária, os déficits previdenciários e a volatilidade na arrecadação tributária, impactando suas finanças de maneira heterogênea.

A evolução da dívida municipal no Brasil revela disparidades marcantes. Enquanto algumas cidades conseguem manter seus índices de DCL/RCL em níveis sustentáveis, refletindo uma gestão fiscal equilibrada, outras enfrentam dificuldades recorrentes para atender aos limites legais, registrando altos níveis de endividamento em rela-

ção às suas receitas correntes (TE-SOURO NACIONAL, 2024). Essas diferenças podem ser atribuídas à capacidade administrativa dos gestores, ao perfil econômico regional e às estratégias de política fiscal adotadas. Ademais, a renegociação das dívidas municipais continua sendo uma pauta recorrente nas negociações entre os municípios e os governos estaduais e federal, destacando os desafios persistentes da gestão fiscal e da coordenação federativa.

Nesse contexto, compreender a dinâmica da DCL e do serviço da dívida é essencial para avaliar os fatores que impactam a estabilidade fiscal e os desafios subjacentes à gestão financeira dos municípios brasileiros. Este estudo tem como objetivo examinar a trajetória da Dívida Consolidada Líquida e do serviço da dívida dos municípios brasileiros entre 2019 e 2023, fornecendo subsídios para o debate sobre a saúde fiscal das administrações municipais.

Este relatório, no entanto, concentrar-se-á exclusivamente na análise das capitais dos estados brasileiros, por serem as unidades representativas mais importantes

em termos de gestão financeira e influência econômica regional. Os dados utilizados são oriundos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), disponibilizado pelo Tesouro Nacional (STN).

2 Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC), deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Dívida Consolidada Líquida dos municípios não poderá exceder 120% da Receita Corrente Líquida (RCL). A Figura 1 mostra a proporção DCL/RCL ao longo do período de 2019.

A relação entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a receita corrente líquida (RCL) nas capitais brasileiras em 2019, apresentada na Figura 1, revela cenários fiscais bastante distintos. Algumas capitais apresentam índices elevados, indicando maior comprometimento das receitas com o endividamento, enquanto outras exibem

DCL negativa, sugerindo folga financeira.

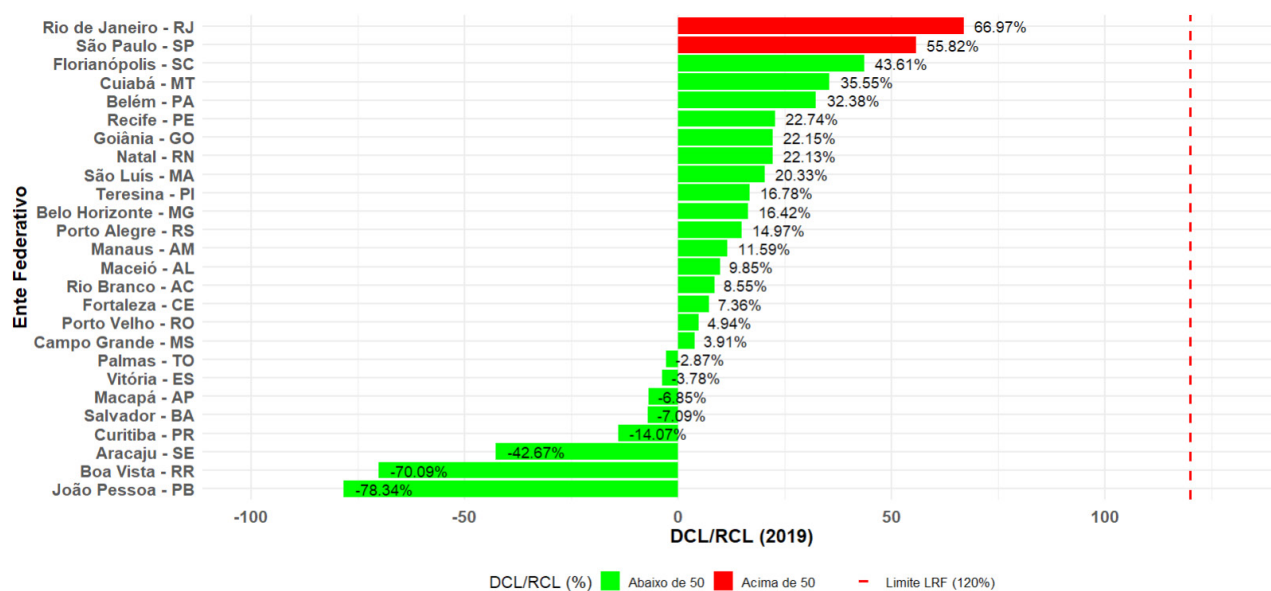
Entre as capitais com maior nível de endividamento, destacam-se Rio de Janeiro e São Paulo, que registraram os índices mais elevados de DCL/RCL. Embora ainda dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),

esses valores indicam uma situação fiscal que exige controle rigoroso para evitar o agravamento da dívida ao longo do tempo.

Por outro lado, diversas capitais registraram valores negativos para o índice DCL/RCL, como João Pessoa e Boa Vista. Esse fenômeno ocorre quando o município possui

um volume de ativos financeiros superior ao montante de sua dívida consolidada, resultando em uma DCL líquida negativa. Na prática, isso significa que essas capitais dispõem de mais recursos em caixa e aplicações financeiras do que obrigações de dívida, o que sugere uma posição fiscal confortável.

Figura 1 - Comparação do Índice DCL/RCL nas Capitais Brasileiras (2019)

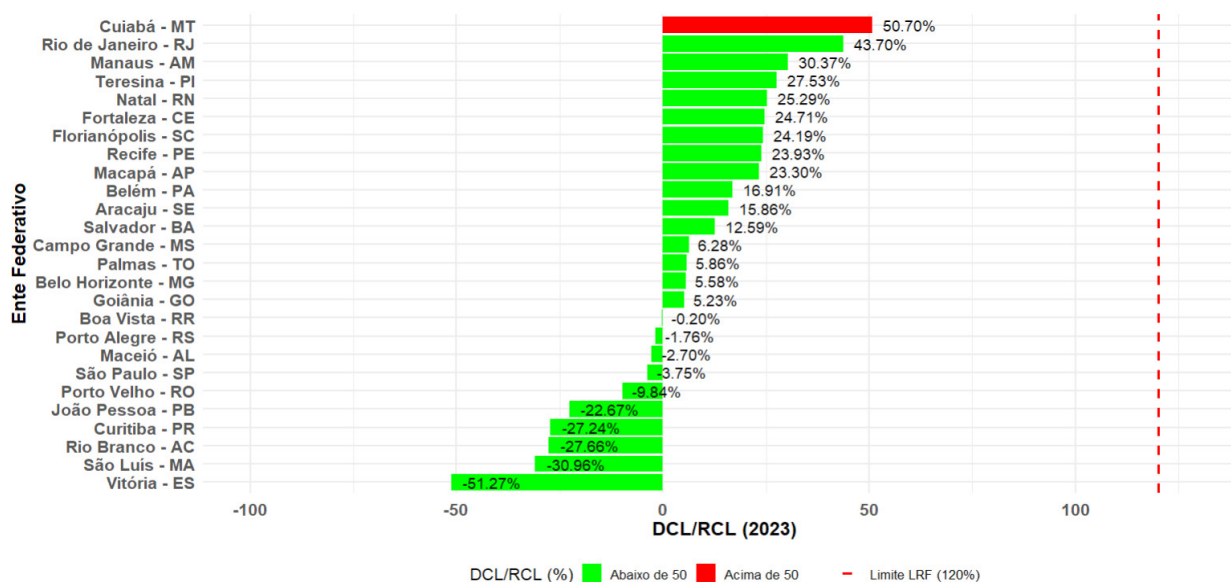


A relação entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a receita corrente líquida (RCL) nas capitais brasileiras em 2023, apresentada na Figura 2, mostra uma melhora significativa na posição fiscal de grande parte das cidades em comparação a 2019. A maioria das capitais apresenta índices abaixo de 50%, sugerindo um menor comprometimento das receitas com o endividamento.

A capital com maior nível de endividamento em 2023 foi Cuiabá, com um índice de DCL/RCL de 50,70%, seguida por Rio de Janeiro e Manaus, com 43,70% e 30,37%, respectivamente. Embora esses valores indiquem pressão fiscal, ainda estão bem abaixo do limite de 120% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sinalizando uma situação mais controlada do que em anos anteriores.

Por outro lado, diversas capitais registraram valores negativos para o índice DCL/RCL, como Vitória (-51,27%), São Luís (-30,96%) e Rio Branco (-27,24%). Esse resultado indica que esses municípios possuem ativos financeiros superiores ao montante de suas dívidas consolidadas, refletindo uma posição fiscal confortável.

Figura 2 - Comparação do Índice DCL/RCL nos Estados Brasileiros (2023)



Fonte: STN

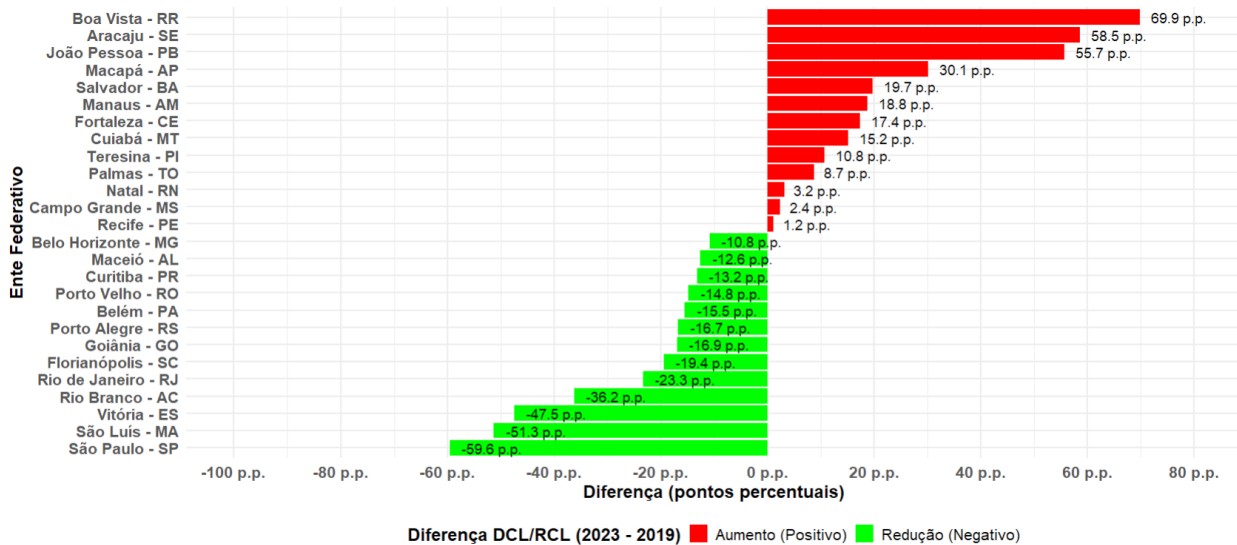
Como indica a Figura 3, entre 2019 e 2023, algumas capitais brasileiras conseguiram reduzir significativamente a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), refletindo melhorias fiscais importantes. São Paulo lidera essa redução, com uma queda de 59,6 pontos percentuais, resultado de ajustes fiscais, crescimento da arrecadação e possível amortização de dívidas

passadas. São Luís e Vitória também se destacaram, com reduções de 51,3 e 47,5 pontos percentuais, respectivamente, indicando um esforço consistente na gestão das contas públicas.

Por outro lado, algumas cidades seguiram na direção oposta, apresentando um crescimento expressivo na relação DCL/RCL. Boa Vista registrou o maior aumento, com

um crescimento de 69,9 pontos percentuais, seguida por Aracaju e João Pessoa, com 58,5 e 55,7 pontos percentuais, respectivamente. Esse avanço pode estar associado ao crescimento do endividamento acima das receitas ou à necessidade de novos financiamentos para investimentos, o que pode pressionar as finanças locais nos próximos anos.

Figura 3 - Diferença na Relação DCL/RCL entre 2023 e 2019 nos Estados Brasileiros



Fonte: STN

3 Serviço da Dívida

O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortizações pagos pelo ente federativo, dividida pela Receita Corrente Líquida (RCL). Esse indicador reflete o peso financeiro dos compromissos da dívida em relação à receita disponível, sendo uma métrica essencial para avaliar a sustentabilidade fiscal dos municípios.

A Figura 4 apresenta a relação entre o serviço da dívida pública e a receita corrente líquida das capitais brasileiras em 2019. A maior parte das cidades registrou percentuais abaixo de 5%, indicando que os pagamentos de juros e amortizações representavam uma

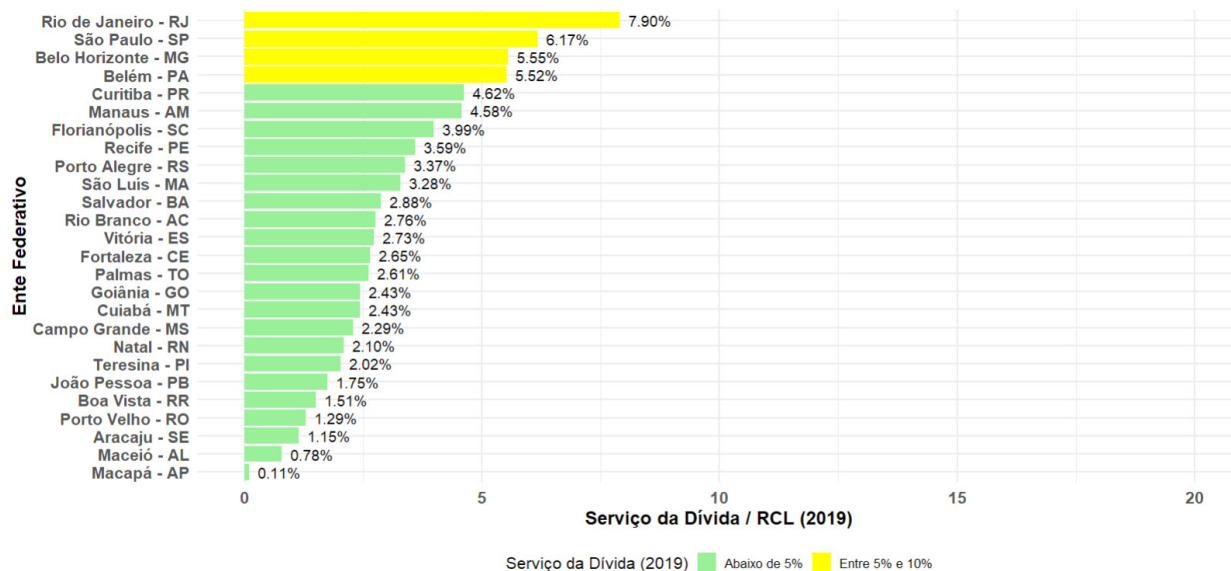
parcela reduzida da receita municipal. Entre essas capitais, destacam-se Macapá, Maceió e Aracaju, com os menores índices, variando de 0,11% a 1,15%, o que sugere menor comprometimento do orçamento com o serviço da dívida pública. Por outro lado, algumas capitais apresentaram um comprometimento mais elevado com o serviço da dívida pública. Rio de Janeiro lidera com 7,9%, seguido por São Paulo com 6,17% e Belo Horizonte com 5,55%.

A Figura 5 mostra que, em 2023, a relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida permaneceu abaixo de 10% na maioria das capitais brasileiras, indicando que os gastos com juros e amortizações

não representaram uma pressão significativa sobre as finanças municipais. Apenas Manaus superou esse limite, com um índice de 10%, refletindo um comprometimento fiscal mais elevado com o pagamento da dívida.

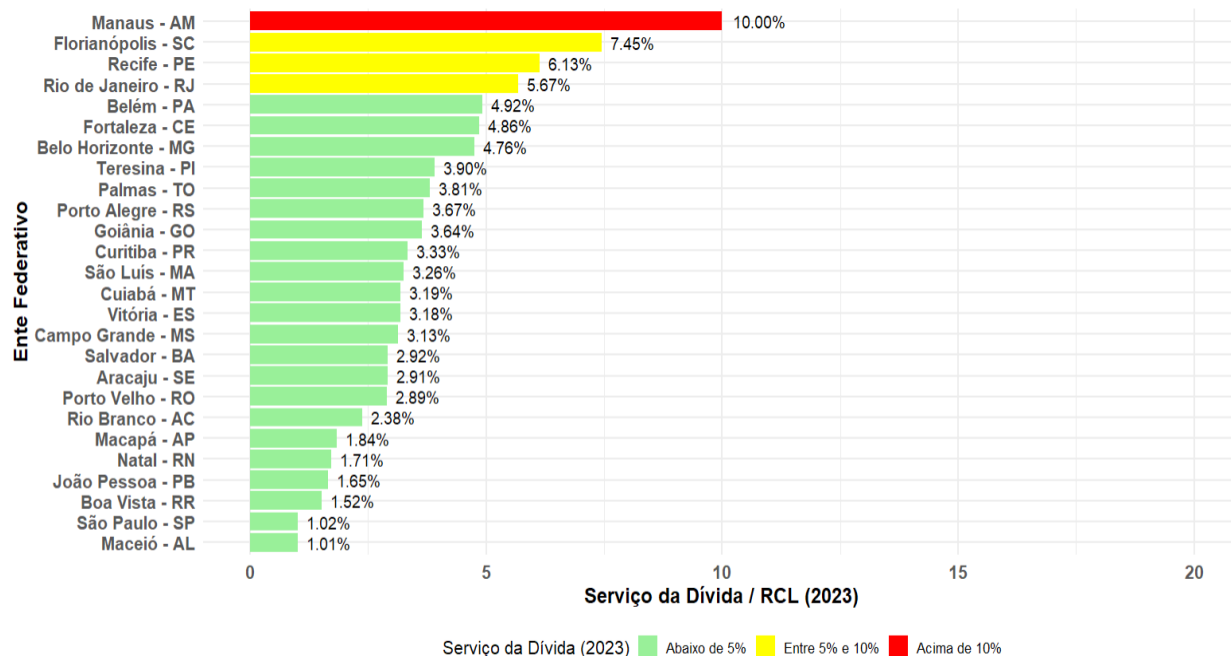
Outras capitais, como Florianópolis (7,45%) e Recife (6,13%), registraram percentuais mais elevados em comparação com a média, embora ainda dentro de um patamar considerado gerenciável. Por outro lado, a maior parte das capitais apresentou índices mais baixos, como São Paulo (1,02%) e Maceió (1,01%), o que sugere maior flexibilidade para a alocação de recursos em áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura.

Figura 4 - Serviço da Dívida/RCL nos Estados Brasileiros (2019)



Fonte: STN

Figura 5 - Serviço da Dívida/RCL nos Estados Brasileiros (2023)



Fonte: STN

De acordo com a Figura 6, entre 2019 e 2023 observa-se variação significativa na relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida nas capitais brasileiras, refletindo diferentes estratégias de gestão fiscal. Algumas capitais conseguiram reduzir esse indicador, sinalizando uma menor pressão das despesas com juros e amortizações sobre suas receitas. São Paulo registrou a maior redução, com uma queda de 5,2 pontos percentuais (p.p.), seguida por Rio

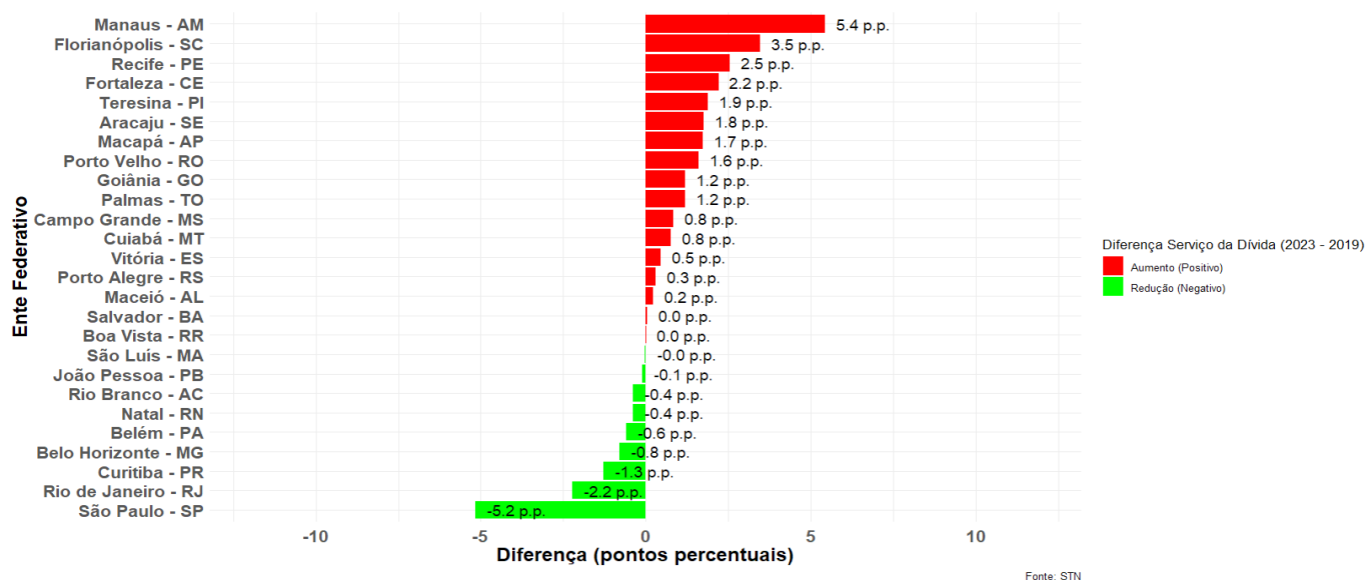
de Janeiro (-2,2 p.p.) e Curitiba (-1,3 p.p.), o que indica um alívio na carga financeira dessas administrações.

Por outro lado, algumas capitais apresentaram aumento na relação serviço da dívida/RCL, sugerindo maior destinação de recursos para o pagamento de encargos da dívida. Manaus teve a maior elevação, com um acréscimo de 5,4 p.p., seguida por Florianópolis (+3,5 p.p.) e Recife (+2,5 p.p.). Esse crescimen-

to pode indicar um aumento nos compromissos financeiros ou uma redução na arrecadação, exigindo maior atenção na condução das contas públicas.

A análise demonstra que, enquanto alguns estados avançaram na gestão do serviço da dívida, outros ainda enfrentam dificuldades para controlar essa relação, reforçando a necessidade de políticas fiscais específicas e regionalizadas para lidar com essas disparidades.

Figura 6 - Diferença no Serviço da Dívida/RCL entre 2023 e 2019



4 Considerações Finais

Entre 2019 e 2023, diversas capitais brasileiras conseguiram reduzir significativamente a relação entre Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), refletindo avanços na gestão fiscal e maior sustentabilidade das

finanças municipais. No entanto, o cenário econômico atual, marcado por sucessivos aumentos na taxa básica de juros, impõe novos desafios para a administração das contas públicas. Com a Selic elevada para 11,25% ao ano em novembro de 2024 e previsões de novos aumentos nas próximas reuniões

do Comitê de Política Monetária (Copom), o custo do serviço da dívida tende a aumentar, pressionando as despesas com juros e amortizações.

Capitais que já enfrentavam dificuldades fiscais podem ver seus esforços de ajuste comprometidos

diante desse novo cenário. O aumento dos juros encarece a rolagem das dívidas, restringindo a capacidade de investimento em áreas essenciais e exigindo uma gestão ainda mais rigorosa dos recursos públicos. Esse contexto reforça a necessidade de políticas fiscais responsáveis, focadas na manutenção do equilíbrio orçamentário e na busca por alternativas que minimizem os impactos dos juros elevados.

As evidências analisadas demonstram que, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, a sustentabilidade fiscal das capitais brasileiras permanece um desafio contínuo. A trajetória da dívida e do serviço da dívida reforça a importância de planejamento de longo prazo, renegociação de passivos e estratégias que aumentem a arrecadação sem comprometer a atividade econômica. Nesse sentido, a coordenação entre os entes federativos e a implementação de medidas eficazes de controle fiscal serão determinantes para garantir a estabilidade das finanças municipais nos próximos anos.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

TESOURO NACIONAL. **Relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária dos estados e das capitais**. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

() Ph.D. Candidate in Economics na University of Illinois em Urbana-Champaign e Mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP.
(E-mail: cc187@illinois.edu).*

*(**) Professor Titular da FEA-USP e pesquisador da Fipe.
(E-mail: delosso@usp.br).*

Comentários sobre a Situação Fiscal Brasileira

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (*)

A forte desvalorização do real no final de 2024, frente ao dólar, parece ter sido motivada, entre outros fatores, pelas dúvidas a respeito da sustentabilidade no médio e no longo prazo das contas públicas no Brasil. Embora esse movimento tenha sido, em parte, decorrente de fatores externos e mesmo sazonais, não se pode afastar a importância da situação fiscal brasileira como causa do processo. Mesmo que atualmente se note uma reversão da desvalorização cambial neste começo de 2025, há razões para supor que as contas públicas do Brasil o tornam vulnerável a choques externos, inclusive, pela importância das *commodities*. De forma a analisar alguns aspectos da situação fiscal brasileira, o presente artigo está organizado da seguinte maneira:

- a) Na primeira seção são analisadas as tendências da necessidade de financiamento do setor público e da dívida bruta do governo geral;
- b) Na segunda seção é analisado o comportamento recente de despesas obrigatórias importantes,

mais especificamente, de benefícios da seguridade social;

- c) Na terceira parte são apresentadas as considerações finais.

1 Tendências Fiscais

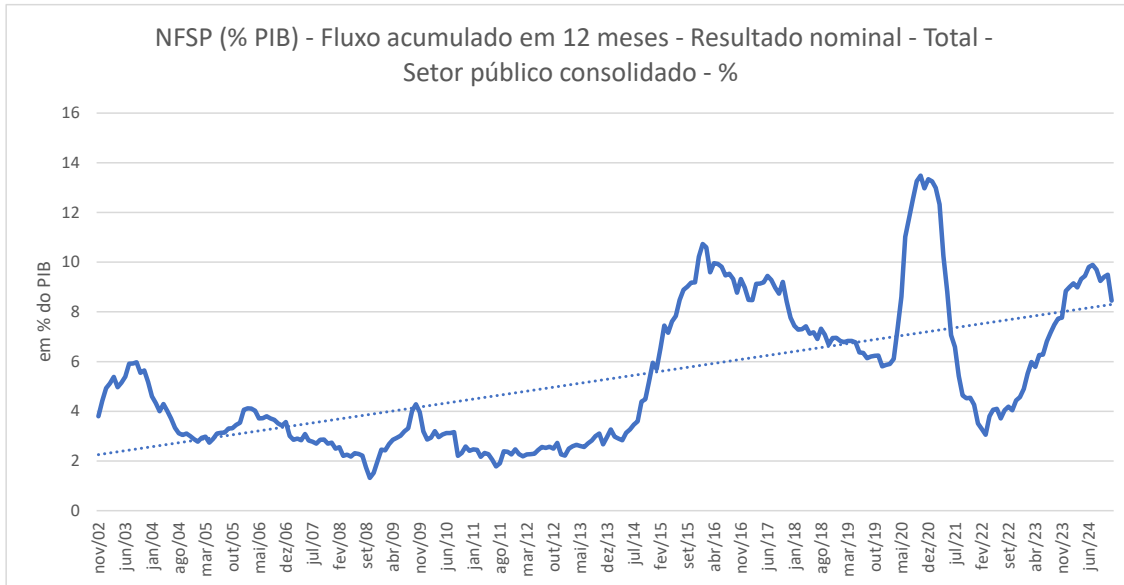
Quando se analisa a tendência da necessidade de financiamento do setor público, em % do PIB, pode-se notar que, a partir de 2014, começou a haver deterioração da situação fiscal, com crescimento expressivo do déficit nominal consolidado do setor público no final do governo Dilma. A partir de 2016, com a política do teto de gastos se inicia um processo de reversão da piora fiscal, que é interrompido pela pandemia. Apesar do pico observado na pandemia, as contas públicas passaram a melhorar no pós-pandemia, mas voltaram a se deteriorar com a proximidade das eleições de 2022 e com o forte incremento dos gastos públicos a partir de 2023 (ver Gráfico 1).

Como resultado, o déficit nominal do setor público consolidado, acu-

mulado em 12 meses, em dezembro de 2023 e no mesmo mês de 2024 atingiu o patamar de, respectivamente, 8,84% e 8,45% do PIB (ver Gráfico 1), que são níveis muito elevados e servem para alimentar os temores a respeito da situação fiscal brasileira.

Os dados apontam para uma mudança de patamar do déficit nominal a partir de 2014. Enquanto no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2013 a necessidade de financiamento consolidada do setor público, considerando o fluxo acumulado em 12 meses, foi em média de 3,1% do PIB, a média se elevou para 7,5% do PIB no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2024. Mesmo que a alta de juros em 2024 tenha sido um fator para explicar essa piora em 2024, a falta de um ajuste fiscal mais estrutural no resultado primário cria um círculo vicioso em que a ausência de superávits primários pressiona o endividamento e a taxa de juros que, por sua vez, pressiona ainda mais a dívida do governo.

Gráfico 1 – Necessidade de Financiamento Nominal Consolidado do Setor Público – Acumulado em 12 Meses em % do PIB

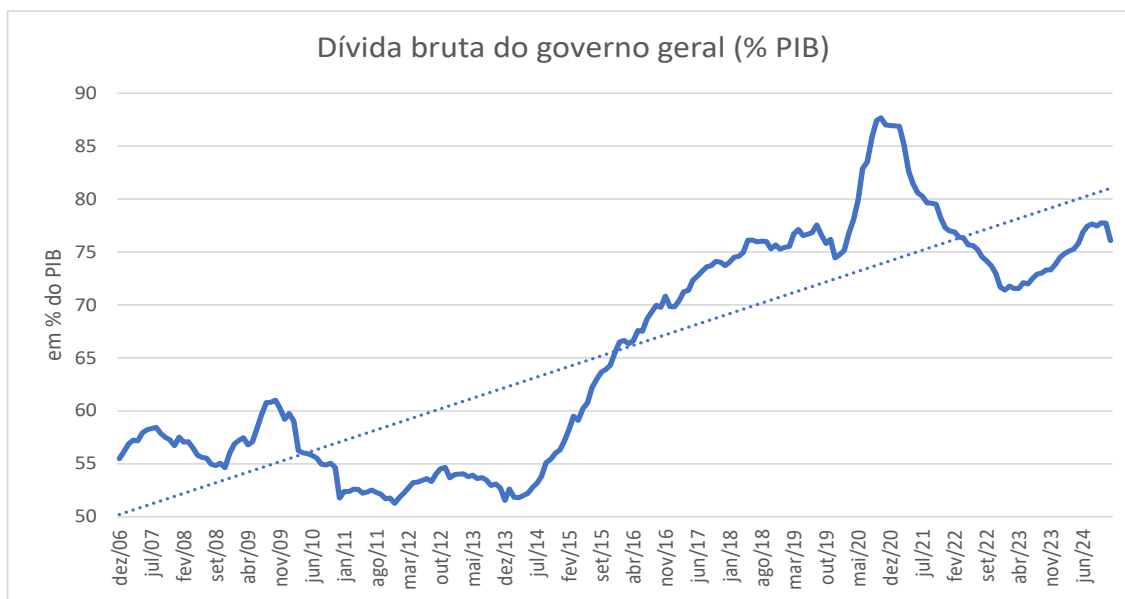


Fonte: Banco Central.

Esse elevado nível de déficit nominal acaba por pressionar a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que também apresenta tendência relevante de alta no período recente. A DBGG cresceu do patamar de 51,5% do PIB, em dezembro de 2013, para 76,1% do PIB em dezembro de 2024. Enquanto no período de dezembro de 2006 ao mesmo mês de 2014 a média da DBGG ficou em 55,1% do PIB, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024 a referida média se elevou para 74,1% do PIB. Portanto, nota-se uma mudança de patamar da dívida a partir do ano de 2015 (ver Gráfico 2).

Embora seja comum o argumento que há vários países que possuem dívida do governo acima do patamar atual no Brasil, é preciso levar em consideração que as condições de rolagem da dívida nestes outros países costumam se dar em condições mais favoráveis que a do Brasil, bem como o problema é a trajetória de forte e rápido incremento da dívida, que claramente não é sustentável no médio e no longo prazo. Há razões para acreditar que o incremento da DBGG continue nos anos de 2025 e 2026.

Gráfico 2 – Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em % do PIB



Fonte: Banco Central.

2 Comportamento de Despesas Obrigatórias com Benefícios e Pessoal

Um dos problemas que leva à incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas no Brasil tem a ver com o comportamento das despesas obrigatórias, inclusive os gastos com benefícios do INSS, mas também passa pelas vinculações de educação e saúde as receitas, em um momento em que a busca pelo ajuste fiscal se dá pelo aumento da arrecadação.

A despesa do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), pela ótica financeira, cresceu do patamar de R\$ 797 bilhões em 2022, para R\$ 938,5 bilhões em 2024, ou seja, alta de cerca de R\$ 142 bilhões em ape-

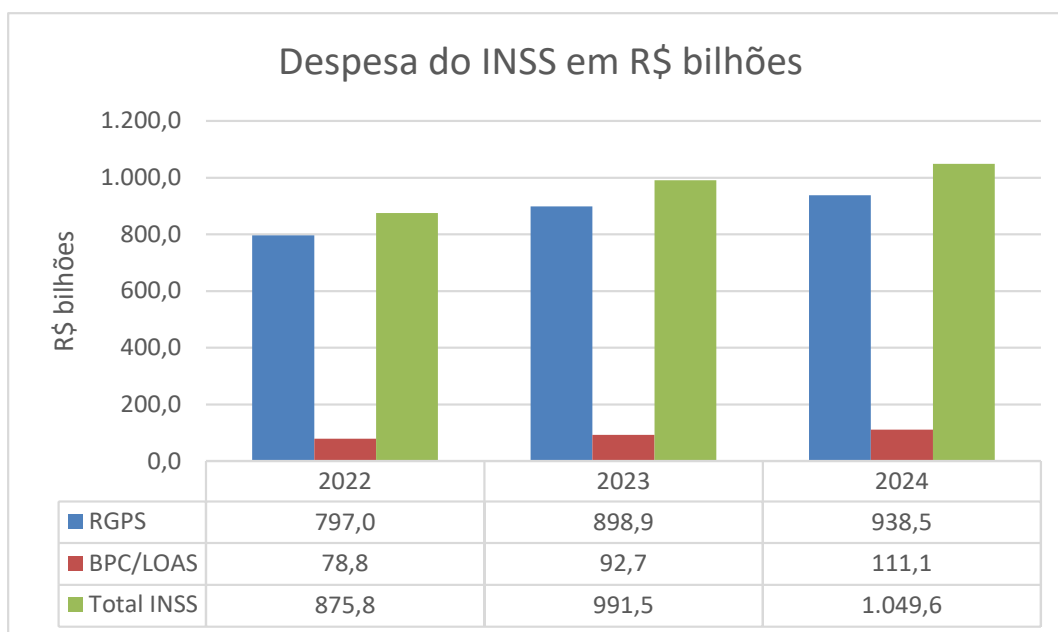
nas dois anos. Em termos relativos, o crescimento da despesa do RGPS foi de 17,8% entre 2022 e 2024 (ver Gráfico 3).

O gasto com BPC/LOAS cresceu em ritmo ainda mais acelerado: passou de R\$ 78,8 bilhões em 2022, para cerca de R\$ 111,1 bilhões em 2024, que representa um incremento da despesa de R\$ 32,3 bilhões. Em termos relativos, o gasto com BPC/LOAS cresceu impressionantes 40,9% no cotejamento de 2024 em relação a 2022. Considerando a despesa conjunta de RGPS e BPC/LOAS, o gasto do INSS com esses dois grupos de benefícios saltou de R\$ 875,8 bilhões em 2022, para cerca de R\$ 1,049 trilhão. Portanto, em 2024, a despesa do INSS com

RGPS e BPC/LOAS chegou à casa do trilhão (ver Gráfico 3).

Esses dados deixam claro um certo descontrole dos gastos do INSS nos anos de 2023 e 2024 que colocam em risco a sustentabilidade fiscal, na medida em que pressiona o cumprimento do novo arcabouço fiscal e o endividamento público. O menor crescimento da despesa em 2024, em relação a 2023, decorre do pagamento extraordinário de precatórios em 2023, inclusive, referentes ao ano de 2024, de tal sorte que o patamar do gasto poderia ter sido ainda maior em 2024. Este comportamento de ritmo acelerado da despesa decorre, entre outros fatores, da política de valorização do salário mínimo e de medidas inadequadas de gestão.

Gráfico 3 – Despesa do INSS – RGPS e BPC/LOAS



Fonte: Elaboração a partir de dados do Tesouro Nacional.

Entre as medidas inadequadas de gestão, uma que se destaca negativamente, no âmbito da política previdenciária, é o chamado ATESTMED. O referido ATESTMED se trata de mecanismo de análise de conformação de dados de atestados médicos particulares, com a dispensa do exame pericial presencial. Originalmente, havia sido concebido para viabilizar a concessão do benefício por incapacidade temporária em situações excepcionais, como no período da pandemia e/ou em localidades de difícil acesso. Contudo, especialmente a partir do segundo semestre de 2023, houve ampliação irresponsável dessa ferramenta, em uma dissimulada terceirização da perícia médica, que gerou “explosão” no estoque de benefícios por incapacidade,

oportunizando fraudes. Sob a justificativa de encurtar filas, impôs à sociedade um modelo de concessão baseado no pressuposto de que qualquer atestado médico bastaria como prova da incapacidade laborativa do segurado. Mais que isso, se fortaleceu o tradicional equívoco de que a doença, por si só, enseja a concessão de benefício, quando, na realidade, é preciso uma cuidadosa avaliação se a doença gera (ou não) incapacidade laboral.

Para se ter clareza dos impactos do ATESTMED, cabe destacar que o estoque de benefícios por incapacidade temporária emitidos pelo INSS cresceu do patamar de 970 mil, em setembro de 2023, para cerca de 1,744 milhão em julho de 2024, que corresponde a um cres-

cimento de cerca de 80% em um período de apenas 10 meses. Essa evolução obrigou o MPS e o INSS a reverterem parcialmente o escopo do ATESTMED, pois não há quadro de saúde que possa explicar a referida explosão no estoque de benefícios por incapacidade. Mesmo reconhecendo a necessidade de redução das filas, esse objetivo deve ser buscado de forma responsável e equilibrada, que não gere aumento da concessão indevida de benefícios ou das fraudes. A “explosão” de benefícios tem ocorrido também com o BPC/LOAS, cujo estoque saltou de um patamar de, 5,1 milhões, em dezembro de 2022, para cerca de 6,2 milhões em setembro de 2024, ou seja, cresceu cerca de 1,1 milhão em apenas 21 meses (alta relativa de 20,7%).

Essas medidas de gestão ajudam a explicar por que, embora o orçamento previsse para 2024 uma despesa do RGPS, pela ótica financeira, de cerca de R\$ 908,7 bilhões, o gasto tenha ficado quase R\$ 30 bilhões acima do previsto na lei orçamentária anual, em R\$ 938,5 bilhões. A despesa prevista no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 também subestima as despesas, como ocorreu em 2023 e 2024. Cabe destacar que a despesa com BPC/LOAS também extrapolou o que está previsto no orçamento em 2024: na LOA era R\$ 103,5 bilhões, mas acabou en-

cerrando o ano no patamar de R\$ 111,1 bilhões, ou seja, quase R\$ 8 bilhões acima do previsto.

Cabe destacar que a despeito da explosão no estoque de benefícios do INSS, a fila do INSS ainda se encontra em patamar elevado e mostrou tendência de crescimento no segundo semestre de 2024. A referida fila cresceu cerca de 33%, entre junho e setembro de 2024, se aproximando do patamar de 1,8 milhão.¹

Considerando o dado da despesa previdenciária pela ótica orçamen-

tária, o consolidado do RGPS, dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores civis e militares da União, bem como do Fundo Constitucional do DF, chega-se a uma despesa total, em 2024, de cerca de R\$ 1,1 trilhão. No consolidado na União, o déficit da previdência, considerando todos esses regimes, foi de cerca de R\$ 415 bilhões em 2024 (Tabela 1). Esses dados reforçam a necessidade de debater, de forma urgente, uma nova reforma da previdência que englobe todos os regimes, inclusive dos militares.

Tabela 1 – Resultado da Previdência Social no Governo Central (Ótica Orçamentária – Despesas Liquidadas) – 2023 e 2024 – R\$ Bilhões

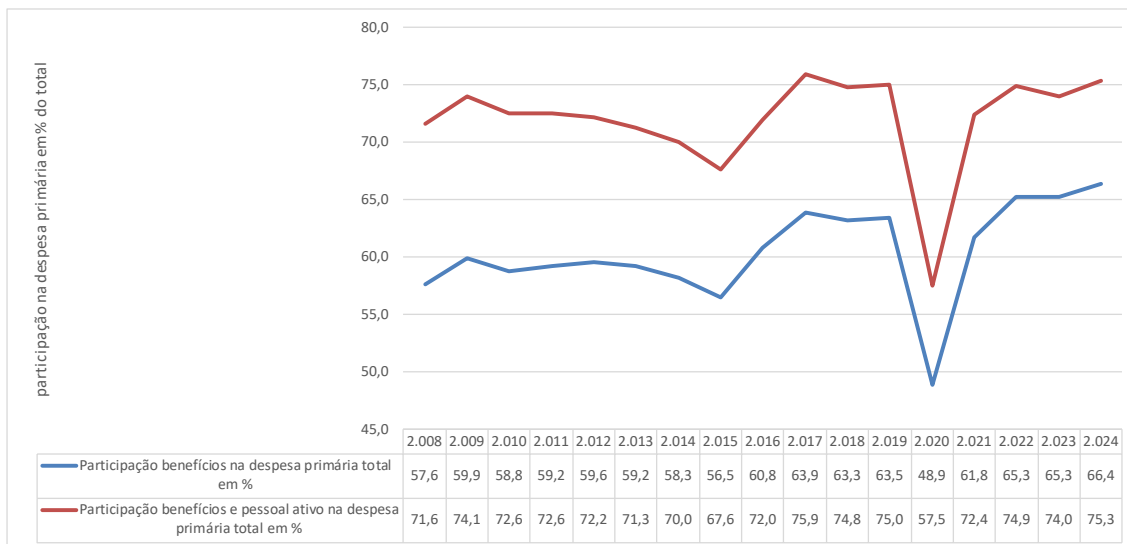
Regime	Item	2023	2024	Varição em %
RGPS	receita	589,0	639,4	8,6
	despesa	901,8	939,8	4,2
	resultado	-312,8	-300,4	-4,0
RPPS União Civis	receita	39,2	41,4	5,5
	despesa	93,9	97,1	3,4
	resultado	-54,7	-55,7	1,9
Militares	receita	9,1	9,2	1,6
	despesa com pensão	26,6	27,2	2,1
	despesa com militares inativos	32,2	32,9	2,3
	despesa total	58,8	60,1	2,2
	resultado	-49,7	-50,9	2,3
Fundo Constitucional DF	receita	0,9	1,1	22,5
	despesa	8,9	9,6	7,1
	resultado	-8,0	-8,5	5,3
Total da União ou Governo Central	receita	638,1	691,1	8,3
	despesa	1.063,4	1.106,5	4,1
	resultado	-425,3	-415,4	-2,3

Fonte: Elaboração a partir de dados do RREO do Tesouro Nacional.

Quando se expande a análise para outros benefícios, além dos previdenciários, como os demais da Seguridade Social, como BPC/LOAS, Bolsa Família, abono salarial, seguro-desemprego e benefícios de legislação especial, o patamar da despesa sobe para cerca de R\$ 1,5 trilhão no ano de 2024, que representou cerca de 66,4% da despesa primária total. Em 2008, essa participação era de 57,6% do total, indicando que a despesa com benefícios está incrementando sua participação. Se também for adicionado ao gasto

com benefícios o dispêndio com pessoal ativo civil e militar, o gasto sobe, em 2024, para cerca de R\$ 1,7 trilhão, que correspondeu a 75,3% da despesa primária total. Em 2008, essa participação era de 71,6% do total (ver Gráfico 4). Portanto, nota-se uma clara tendência de incremento da parcela da crescente despesa destinada ao pagamento de benefícios. Não foi considerada a despesa com o auxílio emergencial durante a pandemia, tendo em vista seu caráter temporário e extraordinário.

Gráfico 4 – Participação do Gasto com Benefícios na Despesa Primária da União em % do Total – Brasil – 2008 a 2024



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Tesouro Nacional.

Quando se analisa o dispêndio total com previdência não apenas na União, como também nos governos estaduais e municipais, bem como todos os benefícios da Seguridade Social (previdência, trabalhistas e assistenciais), o dispêndio, em 2023, chegou a cerca

de R\$ 1,755 trilhão (ver Tabela 2), que correspondeu a 16% do PIB. Esse valor decorreu de cerca de R\$ 1,4 trilhão do governo central, R\$ 268 bilhões dos governos estaduais e cerca de R\$ 86 bilhões dos governos municipais (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Despesa com Benefícios da Seguridade Social no Governo Central, e nos Governos Estaduais e Municipais – em R\$ Bilhões - 2023

Tipo de benefício	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Total
1 - Benefícios da Seguridade Social	1.401,9	267,6	85,6	1.755,0
1.1 - RGPS, Seguro, Abono e outros	975,0	0,0	0,0	975,0
1.2 - Assistência Social	262,7	9,8	4,9	277,4
1.3 - RPPS – previdência para servidores civis e militares	164,2	257,7	80,7	502,6

Fonte: Elaboração a partir de dados de Finanças Públicas do IBGE

3 Considerações Finais

Ao longo do presente artigo foram apresentados indicadores como a necessidade de financiamento nominal e a dívida bruta do governo geral, ambos em % do PIB, que denotam uma piora da situação fiscal brasileira a partir de 2014/2015, revertida com o teto de gastos a partir de 2016, mas que voltou a mostrar sinais de deterioração a partir de 2022. O déficit nominal do setor público consolidado em 12 meses atingiu o patamar, em dezembro de 2023 e o mesmo mês de 2024, de, respectivamente, 8,84% e 8,45% do PIB. Enquanto no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2013 a necessidade de financiamento consolidada do setor público, considerando o fluxo acumulado em 12 meses, foi em média de 3,1% do PIB, a média se elevou para 7,5% do PIB no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2024.

A DBGG cresceu do patamar de 51,5% do PIB, em dezembro de 2013, para 76,1% do PIB em dezembro de 2024. Enquanto no período de dezembro de 2006 ao mesmo mês de 2014 a média da DBGG ficou em 55,1% do PIB, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024, a referida média se elevou para 74,1% do PIB. Entre os fatores que estão pressionando o desequilíbrio das contas públicas no Brasil não há como não citar a despesa previdenciária, que, apenas no governo central, considerando RGPS, RPPS dos servidores civis e a previdência dos militares, alcançou a cifra de R\$ 1,1 trilhão no ano de 2024. Quando se expande a análise para outros benefícios, além dos previdenciários, como os demais da Seguridade Social, como BPC/LOAS, Bolsa Família, abono salarial, seguro-desemprego e benefícios de legislação especial, o patamar da despesa sobe para cerca de R\$

1,5 trilhão no ano de 2024, que representou cerca de 66,4% da despesa primária total. Em 2008, essa participação era de 57,6% do total, indicando que a despesa com benefícios está incrementando sua participação.

Quando se analisa o dispêndio total com previdência não apenas na União, como também nos governos estaduais e municipais, bem como todos os benefícios da Seguridade Social (previdência, trabalhistas e assistenciais), o dispêndio, em 2023, chegou a cerca de R\$ 1,755 trilhão, que correspondeu a 16% do PIB. Esses dados deixam clara a necessidade de ajustes na política fiscal, que necessariamente passa por medidas mais estruturais em relação à tendência das despesas obrigatórias com benefícios, entre elas, uma nova reforma da previdência.

1 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/12/fila-do-inss-sobe-e-chega-a-quase-18-milhao-aumento-em-tres-meses-e-de-33percent.ghtml>

() Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Madrid e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (assessor especial do Ministro, Diretor do Departamento do RGPS e*

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários), Ministério do Trabalho e Emprego (assessor especial do Ministro e Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social, IPEA (Coordenador de Seguridade Social) e OIT. Foi membro do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Ganhador do Prêmio Interamericano de Proteção Social (2º lugar) da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) em 2015 e do Prêmio SOF de Monografia (2º lugar) do Ministério do Planejamento/ESAF em 2016. Foi Presidente do Cone Sul da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) e Vice-Presidente da Comissão de Adultos Mayores da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS).

Canadá, Utopia Liberal (Parte I): Uma Conversa sobre Renda Básica com Evelyn Forget e Hannah Owczar

JULIO LUCCHESI MORAES (*)

O Canadá tem aparecido com frequência nas manchetes recentemente, seja em razão das polêmicas declarações do recém-reeleito presidente dos EUA Donald Trump sobre sua suposta proposta de anexação do país aos Estados Unidos, seja pelas recentes mudanças nas políticas de imigração. Esse contexto nos convida a reavaliar elementos centrais do pensamento econômico e da identidade nacional do país. Longe de ser uma ideia nova, a retórica da assimilação econômica, cultural e política do Canadá pelos EUA é uma constante no debate intelectual local desde o final do século XIX, gerando tanto adesões quanto contrarrespostas que reafirmam a identidade e a autonomia canadenses.

Conforme veremos, desse debate emergem duas grandes narrativas: uma de natureza identitária e outra essencialmente econômica. A primeira, que aqui denominamos liberal/utópica, busca estabelecer distinções entre os dois países em um plano sociovalorativo. Nessa perspectiva, o excepcionalismo canadense derivaria de uma identidade nacional baseada em uma orientação liberal, mas marcada por um viés mais humanista, fun-

damentado em valores como a tolerância, o multiculturalismo e a presença de um Estado de Bem-Estar Social. Essa concepção reforça as diferenças fundamentais entre o Canadá e os EUA. A segunda, que chamaremos de dependentista/nacionalista, adota uma abordagem mais militante e insere o debate em um quadro mais amplo da Economia Política. Nessa perspectiva, as dissidências ideológicas entre Canadá e EUA são insuficientes para garantir a plena autonomia nacional, tornando necessárias intervenções econômicas, industriais e regulatórias para conter as investidas expansionistas dos Estados Unidos.

Nossa primeira reflexão desta nova subsérie explora um recente debate sobre a renda mínima. Trazemos uma entrevista com Evelyn Forget e Hannah Owczar, autoras do livro *Confiança Radical: Renda Básica para Vidas Complexas* e pesquisadoras de referência no campo da renda mínima. A conversa examina as motivações por trás da obra, os desafios da implementação de programas de renda básica universal e as implicações sociais e econômicas de confiar na capacidade das pessoas de tomarem decisões

sobre suas próprias vidas—um princípio que, no Canadá, se alinha à tradição de um Estado de Bem-Estar Social mais robusto, mas que dificilmente encontraria eco no discurso político dominante dos Estados Unidos. A entrevista ocorreu no final de 2023 e foi feita em modalidade on-line.

1 A Cidade sem Pobreza: a Experiência do Mincome no Canadá

Evelyn Forget é professora de economia da Universidade de Manitoba e é uma figura proeminente na pesquisa de políticas públicas e economia da saúde. Ela se destaca por sua extensa pesquisa sobre a renda básica garantida, sendo reconhecida por seu estudo sobre o experimento Mincome de Manitoba na década de 1970. Além disso, Forget explorou temas relacionados à saúde pública, políticas de assistência social e o impacto econômico dessas medidas. Suas pesquisas e publicações se concentraram em compreender como políticas de renda básica podem influenciar a saúde e o bem-estar das populações, oferecendo perspectivas valiosas sobre políticas sociais. Hannah Owczar é escritora e especialista em comunicação

no Departamento de Ciências da Saúde Comunitária da Universidade de Manitoba.

O estudo do Mincome de Manitoba, nos anos 70, foi um marco histórico e inovador no campo da política social. Realizado na cidade de Dauphin, Canadá, introduziu uma abordagem pioneira na implementação de uma renda básica garantida. Durante cinco anos, famílias locais receberam pagamentos mensais, estabelecendo uma base de segurança financeira. Esta iniciativa revolucionária proporcionou insights valiosos sobre os efeitos de longo prazo de uma renda mínima garantida. Os resultados demonstraram impactos notáveis na saúde, educação e dinâmica familiar. Apesar de suas implicações mistas sobre o emprego em tempo integral, esse estudo inovador continuou a inspirar discussões e políticas públicas sobre renda básica ao redor do mundo.

J: Muitas pessoas ainda acreditam que a Renda Básica é uma utopia (talvez a utopia definitiva). Houve, no entanto, experiências bem-sucedidas, numa tentativa pioneira há cerca de 50 anos. Como isso aconteceu e o que podemos aprender com isso?

H: [A chamada experiência] Mincome teve lugar no Canadá em meados da década de 1970. Foram cinco experiências diferentes na América do Norte durante esse período – quatro nos EUA e uma no Cana-

dá. No início da década de 1970, vemos surgir políticas tanto nos EUA como no Canadá ambicionando aprimoramento no combate à pobreza nos países ricos, e a renda mínima [Guaranteed Income]¹ (ou renda básica [basic income]) era uma abordagem favorecida por muitos. Contudo, naquela época, assim como agora, havia grande preocupação com desincentivos ao trabalho e essas experiências estavam basicamente interessadas em saber se as pessoas trabalhariam menos se recebessem uma renda mínima. O experimento no Canadá terminou conforme planejado, mas ele não levou à implementação de uma política de renda mínima, já que a administração julgou que o contexto econômico da época era demasiadamente adverso (Cf. FORGET, 2015). Os dados, então, foram arquivados. Os resultados mostraram muito pouco impacto no emprego.

Muitos anos mais tarde – por volta de 2008 – trabalhando em uma faculdade de medicina, a Dra. Evelyn Forget percebeu que o sistema de saúde estava sendo utilizado para tratar consequências da pobreza.² Ela foi então em busca dos dados [da pesquisa original], tentando descobrir se os beneficiários de renda mínima eram mais saudáveis. Ela comparou os participantes de um dos locais da pesquisa original com um grupo controle e descobriu que os beneficiários do programa tinham apresentado uma taxa de hospitalização 8,5%

menor. Ela também descobriu que a taxa de conclusão do ensino médio era significativamente maior entre famílias beneficiadas.

Em 2017, Ontario pilotou um projeto de renda mínima, experimentando formas de combater a pobreza. Uma modesta quantia foi transferida a quatro mil habitantes de baixa renda na província. O piloto estava programado para durar três anos, mas foi cancelado prematuramente com uma mudança no governo provincial.³ A pesquisa (baseada em questionários) descobriu que os beneficiados pelo programa de renda mínima gastaram o dinheiro adicional em necessidades básicas como alimentação, aluguel e vestuário. Diversas pessoas retornaram à escola ou optaram por uma mudança de carreira. Desafiando a crença popular, foram poucos os que abandonaram o trabalho ou gastaram a transferência com drogas ou álcool.

J: Manitoba e demais províncias das pradarias canadenses (Saskatchewan e Alberta) têm uma rica história de movimentos progressistas, como a greve geral de Winnipeg em 1919, o estabelecimento das cooperativas agrícolas, além de décadas de ativismo indígena por justiça e direitos humanos. Poderíamos dizer que as aspirações por renda mínima se conectam a essa tradição de luta por uma sociedade mais justa e igualitária?

E: É difícil dizer. O populismo das pradarias do início do século XX já estava em declínio após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, o projeto Mincome foi implementado pelo primeiro governo do NDP [o partido social-democrata do Canadá] em Manitoba, por isso, talvez tenha havido alguma influência. Os custos foram partilhados pelo então governo liberal federal e o NDP provincial, ambos governos de centro ou centro-esquerda.⁴ Nos últimos anos, três grandes partidos políticos de Manitoba (os Liberais, os Verdes e os Social-democratas) propuseram programas de renda mínima em Manitoba, mas nada se concretizou ainda. As mais recentes eleições provinciais [de Manitoba] colocaram o NDP de volta, depois de mais de uma década de liderança conservadora. Abordar a pobreza foi um tema importante da campanha e parece haver vontade entre os habitantes de Manitoba de realmente abordar esta questão.⁵ Há esperança de que, com uma mudança no governo, vejamos alguma ação tangível acontecer, mas só o tempo dirá.

J: **A Renda Básica é um debate com alguns defensores de longa data (no Brasil, temos a figura de Eduardo Suplicy, um defensor veemente do tema há mais de 30 anos). Há acadêmicos e figuras de grande destaque que dedicam anos, até décadas, a essa causa, e você claramente se destaca entre eles. O que você aprendeu**

nesses anos todos? Houve avanços na agenda?

E: Houve algum progresso, mas as barreiras persistem. A agenda de pesquisa certamente avançou. Sabemos agora que o contra-argumento que desincentiva o trabalho não tem confirmação empírica. Temos agora evidências empíricas de que a saúde e o bem-estar parecem melhorar com programas de renda mínima. Temos provas de que os beneficiários tendem a investir na educação e na habitação, e há poucas evidências de que os gastos com itens como drogas ou álcool tenham aumentado. Alguns dos avanços ocorrem em contextos específicos. No Canadá, atualmente temos projetos de lei tanto no Senado quanto na Câmara dos Comuns. Ninguém espera que estes projetos sejam aprovados, mas o debate nacional continua.⁶ Neste momento, estamos falando de custos; o Gabinete Orçamental Parlamentar estimou os custos para um programa de renda mínima em âmbito nacional e parece continuar trabalhando em diferentes modelos. Sim, houve progresso, embora seja um processo de longo prazo. Há dificuldade em combater diversas atitudes arraigadas e desinformação.

J: **Outro aspecto que me fascina nas reflexões sobre a Renda Básica é como o tema pode ser abordado por diversas perspectivas teóricas: há justificativas tecnológicas, sanitárias, femi-**

nistas, macroeconômicas. Onde você enquadra sua trajetória, suas reflexões e sua militância num campo tão plural?

E: A Saúde é uma preocupação primordial – a capacidade das pessoas de viverem vidas boas e saudáveis com dignidade. As transformações econômicas – a natureza mutável do mercado de trabalho – são um catalisador da mudança. Reconhecemos a importância da renda mínima para as mulheres e para todos os grupos marginalizados. O relatório final de uma pesquisa sobre as mortes e desaparecimentos de mulheres e meninas indígenas e de indígenas que se identificam com os gêneros masculino e feminino (two-spirit)⁷ recomendou a implementação de um programa de renda mínima para o combate à pobreza, já que esta tem relações profundas com a violência [de gênero].

J: **Apesar das suas ambições universais, as políticas de renda mínima também precisam lidar com desafios locais únicos. Como vocês consideram essa complexidade em suas reflexões? O termo “básico” ou “mínimo” significa coisas diferentes para diferentes pessoas ou grupos ao redor do mundo.**

E: No Canadá, quando falamos em renda mínima, quase sempre estamos falando de um benefício calculado a partir da renda de outras fontes – semelhante ao Bolsa

Família. Um desafio único que enfrentamos é que temos um sistema federal em que as províncias são responsáveis pela maioria dos programas sociais e, no entanto, o governo federal tem a maior capacidade fiscal. Estes diferentes níveis de governo criam complexidade, mas também oportunidade para um conjunto de “experiências naturais” em que diferentes províncias podem, de fato, conceber programas de formas um pouco diferentes. Se isso é bom ou não, depende de sua confiança na administração da província! A maior parte dos benefícios de um programa de renda mínima será recebida pelas províncias, na forma de custos mais baixos com outros programas sociais, e, ainda assim, o governo federal arcará com os custos. É um desafio, mas não é impossível. Existem outros programas já estabelecidos no Canadá para combater a pobreza de populações específicas. Por exemplo, *Benefício Canadense para Crianças* e a *Seguridade de Renda para Idosos*⁸ são programas federais que fazem grande diferença na vida das famílias canadenses com crianças menores de 18 anos e idosos.

J: O título de seu livro recente, ‘Confiança Radical’ [Radical Trust], sugere que, além da racionalidade, dados e informações, o principal desafio para avançar com a agenda está no âmbito extraeconômico, ou seja, em torno da confiança. O que ainda nos impede de dar esse

salto de fé e adotar, de forma mais ampla, políticas de renda mínima?

E e H: A empatia é um verdadeiro desafio. Pensamos que a covid poderia ter criado uma oportunidade para reconhecer a interdependência das pessoas na sociedade e para reconhecer os desafios que diferentes pessoas enfrentam nas suas vidas. Não temos certeza se isso aconteceu (...). A maior barreira à implementação de uma política de renda mínima é a nossa necessidade de controle mútua – nossa insistência de que a pobreza é uma manifestação de falha de caráter e que as pessoas devem receber ajuda somente se demonstrarem que merecem.

Todas as evidências que temos sugerem que as pessoas, em geral, fazem boas escolhas com o dinheiro que recebem. Eles usam recursos para melhorar suas vidas e as vidas de suas famílias. Mas se você der dinheiro às pessoas, é muito provável que elas o usem de maneiras diferentes das que você usaria. Muitos de nós sentimos a necessidade de controlar as decisões que as pessoas tomam sobre suas próprias vidas.

É por isso que tantas pessoas afirmam, quando lhes perguntam, que preferem que o dinheiro dos impostos seja gasto em coisas como vale-alimentação em vez de dinheiro, para saberem que o dinheiro está sendo gasto “corretamente”.

Como se fosse impossível transformar um vale-alimentação em dinheiro! As pessoas fazem isso o tempo todo, porque preferem ter dinheiro, mesmo que isso signifique vender o *voucher* por um preço inferior ao seu valor. Simplesmente não confiamos um no outro; queremos controlar os destinatários.

Um rendimento básico requer um nível de “confiança radical” e uma mudança na ideologia sobre as pessoas que vivem com baixos rendimentos. As pessoas sabem do que precisam e o apoio não deve ser ditado pela forma como as pessoas escolhem viver suas vidas. As pessoas com rendimentos mais elevados não estão sujeitas ao mesmo nível de escrutínio que as pessoas que vivem com baixos rendimentos.

J: Os desafios que giram em torno da renda mínima parecem não pertencer ao quadro econômico, mas sim ao quadro moral. Tanto as visões de mundo tradicionais como as neoliberais parecem concordar no julgamento de que o ganho monetário deve envolver trabalho, sofrimento, resistência, frugalidade etc. Como podemos superar este tipo de barreira?

E e H: Você está absolutamente certo. É uma barreira moral. É difícil imaginar como mudar corações e mentes. O nosso livro “Confiança Radical” baseou-se na ideia de que se as pessoas se conhecessem e

se entendessem mais, poderiam compreender por que é tão importante o acesso a transferências monetárias. Uma renda universal é uma forma de capacitação; confere dignidade a quem a recebe e gasta. Porém, o problema não é a falta de informação; as pessoas acreditam no que querem acreditar, apesar das evidências.

As atitudes morais mudam muito mais lentamente do que as atitudes econômicas e, às vezes, parece que as coisas estão indo na direção errada! À medida que as desigualdades na sociedade se tornam cada vez mais extremas, interagimos cada vez menos com pessoas diferentes de nós. Não muito tempo atrás, podíamos contar com igrejas, clubes e até escolas para permitir a exposição de todos nós uns aos outros, em toda a nossa diversidade. Vejo o surgimento de escolas privadas, diversas formas de declínio da religião e o desaparecimento de associações e grupos sociais como agentes que reforçam as atitudes que precisamos questionar.

Esse desafio é bastante explícito quando falamos de programas de renda universal, mas acho que é um desafio para muitos aspectos da nossa cultura. Esta é a verdadeira barreira; precisamos encontrar maneiras de recriar a comunidade. Não temos a resposta, mas acreditamos que a renda universal é essencial para a vitalidade da vida comunitária.

Ainda há bastante suporte popular para programas de renda universal. Nos últimos três anos, vimos grandes organizações e indivíduos apoiarem a renda básica, incluindo sindicatos, movimentos estudantis, grupos de mulheres e líderes religiosos. Existem projetos de lei no Senado e na Câmara dos Comuns, e as pessoas que trabalham na linha de frente administrando bancos de alimentos, abrigos, clínicas de saúde etc. estão reconhecendo cada vez mais que a falta de renda é a questão principal, aderindo ao apelo por uma Renda Básica no Canadá.

Referências

CAMPAIGN 2000. **Manitoba needs an anti-poverty strategy that works: findings and recommendations**. Winnipeg: Campaign 2000, nov. 2024. Disponível em: <https://spcw.mb.ca/wp-content/uploads/2024/11/Final35YearsInWeb.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DE INQUÉRITO SOBRE MULHERES E MENINAS INDÍGENAS DESAPARECIDAS E ASSASSINADAS [CN-IMMIDA]. **Call for justice 1.7 Relatório final MMIW2S**. Ottawa: Comissão Nacional de Inquérito sobre Mulheres e Meninas Indígenas Desaparecidas e Assassinadas, 2019. Disponível em: <https://www.rcaanc-cirnac.gc.ca/eng/1717103903695/1717103981609>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FORGET, Evelyn L. The Town with no poverty: the health effects of a Canadian guaranteed annual income field experiment. **Canadian Public Policy**, v. 41, n. S1, p. S121-S135, 2015.

_____. **The Manitoba basic annual income experiment: lessons learned 40 years later**. Policy Options, 2014.

HAMILTON, Leah; MULVALE, James P. Human again: the (unrealized) promise of basic income in Ontario. **Journal of Poverty**, v. 23, n. 7, p. 576-599, 2019.

STEVENS, Lee; O'BRIEN INSTITUTE FOR PUBLIC HEALTH. **Public statement: response to the defeat of Bill C-223 - an act to develop a national framework for a guaranteed livable basic income**. University of Calgary, 04 nov. 2024. Disponível em: <https://obrieniph.ucalgary.ca/news/public-statement-response-defeat-bill-c-223-act-develop-national-framework-guaranteed-livable-basic>. Acesso em: 04 jan. 2025.

TORRY, Malcolm. **A research agenda for basic income**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023.

1 A renda mínima (ou renda mínima garantida) é um benefício assistencial destinado a indivíduos ou famílias com baixos rendimentos, com o objetivo de assegurar que tenham um nível mínimo de renda para cobrir suas necessidades básicas. Esse benefício é condicionado, geralmente, à situação econômica da pessoa ou à sua situação de vulnerabilidade. Já a renda básica universal (RBU, também conhecida por sua sigla em inglês, UBI) é um pagamento incondicional e regular feito a todos os cidadãos ou residentes de uma determinada região, sem levar em consideração sua situação econômica ou social. A principal diferença entre as duas é que a renda mínima garantida é direcionada a quem está abaixo de um certo patamar de renda, enquanto a renda básica universal busca atender a toda a população, sem restrições. Ver Torry (2023, Cap.2).

2 Para mais detalhes, ver Forget (2014 e 2015).

3 Para mais detalhes sobre o programa de Ontario, ver Hamilton e Mulvale (2019).

Outros materiais também estão disponíveis no site da Ontario Basic Income Network (<https://www.obin.ca/resources>).

- 4 A referência aqui é essencialmente aos governos do Liberal Pierre Trudeau, primeiro-ministro do país entre 1968 e 1979 e entre 1980 e 1984.
- 5 Há uma tradição consolidada de pesquisa em pobreza, com diversos estudos abordando a desigualdade social e os impactos da pobreza nas famílias e crianças. Para dados mais recentes sobre a situação da pobreza infantil e familiar na província de Manitoba e dados comparativos das demais regiões do Canadá, ver Campaign 2000 (2024).
- 6 O último esforço decorreu do projeto de lei C-223 (“Marco Nacional da Renda Básica de Subsistência Garantida”), de autoria da deputada do NDP de Manitoba Leah Gazan. O projeto foi derrotado por 273 votos contra e 54 a favor em setembro de 2024. Para mais detalhes, ver Stevens *et al.*, 2024).
- 7 CNIMMIDA (2019, p.16).
- 8 O Canada Child Benefit (CCB) e o Old Age Security (OAS) são programas de transferência de renda importantes no Canadá. O primeiro é destinado a apoiar as famílias com filhos, enquanto o segundo visa fornecer uma fonte de renda para idosos. Ambos são exemplos de políticas sociais que têm o objetivo de combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida de grupos específicos da população.

() Graduado em Ciências Econômicas e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e pesquisador nos domínios de Mídia, Tecnologia e Desenvolvimento. (E-mail: juliomoraes.jlm@gmail.com).*

Geopolítica e Inflação de Alimentos

LUCCAS ASSIS ATTÍLIO (*)

1 Introdução

A inflação dos países é sensível a diversos fatores. O mesmo pode ser dito de um dos seus principais componentes, a inflação dos alimentos. A inflação dos alimentos é elemento crítico em relação à vulnerabilidade de indivíduos em situação econômica e financeira frágil, pois aumentos nos preços de alimentos podem comprometer os seus orçamentos e, na pior das hipóteses, prejudicar a ingestão de calorias mínimas.

Desta forma, é relevante compreender as flutuações dos preços de alimentos. Entre os componentes que afetam a inflação dos alimentos, esse estudo analisou o cenário internacional, a geopolítica. Relacionar o cenário geopolítico com a inflação dos alimentos permite discutir se a eclosão de conflitos armados, como o da Rússia com a Ucrânia, ou a de Israel com os grupos terroristas do Oriente Médio,

afetam os preços de alimentos. Sabemos que preços globais, como o do petróleo e o de *commodities* em geral, são afetados. Todavia, o que dizer dos preços de alimentos nacionais? A princípio, é intuitivo pensar que haja relações entre o risco geopolítico, preços globais e preços domésticos de alimentos. Essa foi a tarefa deste estudo.

Este estudo analisou 12 economias, cinco do grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e sete do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos). Foi usado o modelo econométrico GVAR entre os anos de 2003 e 2022.

Essa investigação foi publicada na revista *The International Trade Journal*. O artigo é intitulado: *Geopolitical Risk and Food Price Inflation: A GVAR Analysis of BRICS and the G7*. Seu link de acesso é: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08853908.2024.2422119>.

2 Resultados

A Figura 1 a seguir mostra a série temporal do risco geopolítico, a *proxy* do cenário internacional moldado por conflitos e questões geopolíticas. Note que a série aparenta ser estacionária, apesar dos picos. Há dois picos significativos. O último capturou as incertezas que permeiam a guerra da Rússia com a Ucrânia, enquanto o primeiro pico pode ter capturado os conflitos dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A Figura 2 explora um choque sobre o risco geopolítico e apresenta as respostas dos preços globais. Os preços do petróleo, de bens agrícolas e de *commodities* sobem, confirmando a hipótese de que o risco geopolítico é relevante para compreender movimentos dos preços. Mais do que isso, essas estimativas sugerem que o ambiente geopolítico molda e influencia a evolução de preços globais.

Figura 1 – Série Temporal do Risco Geopolítico

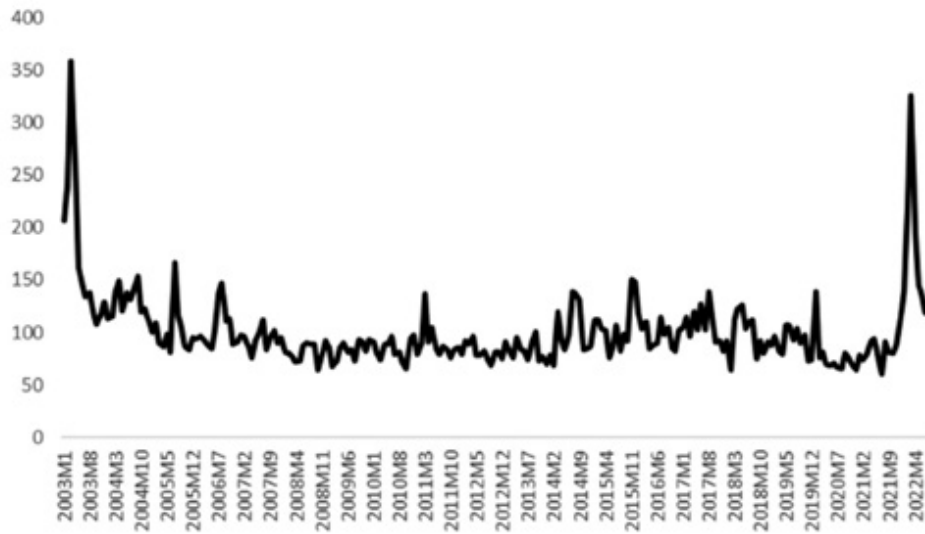
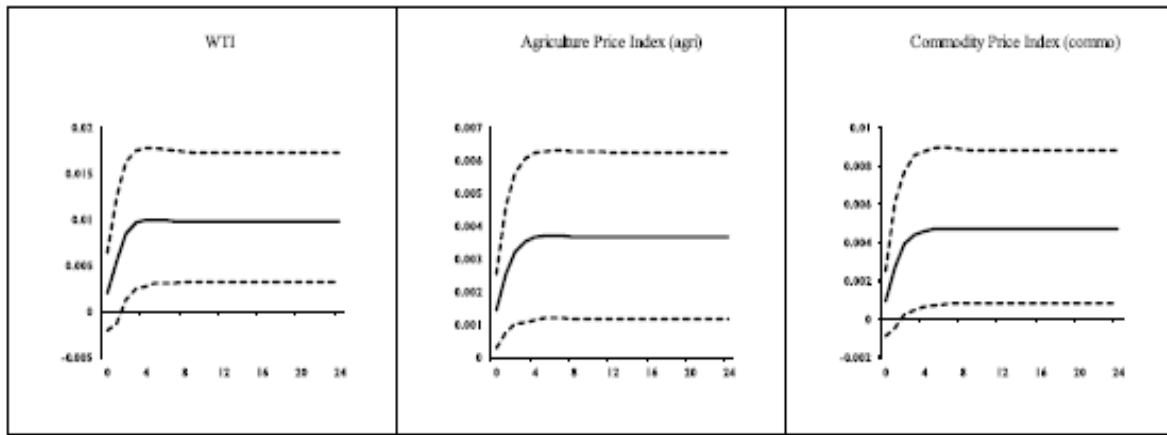


Figura 2 – Choque sobre o Risco Geopolítico e Resposta dos Preços Globais

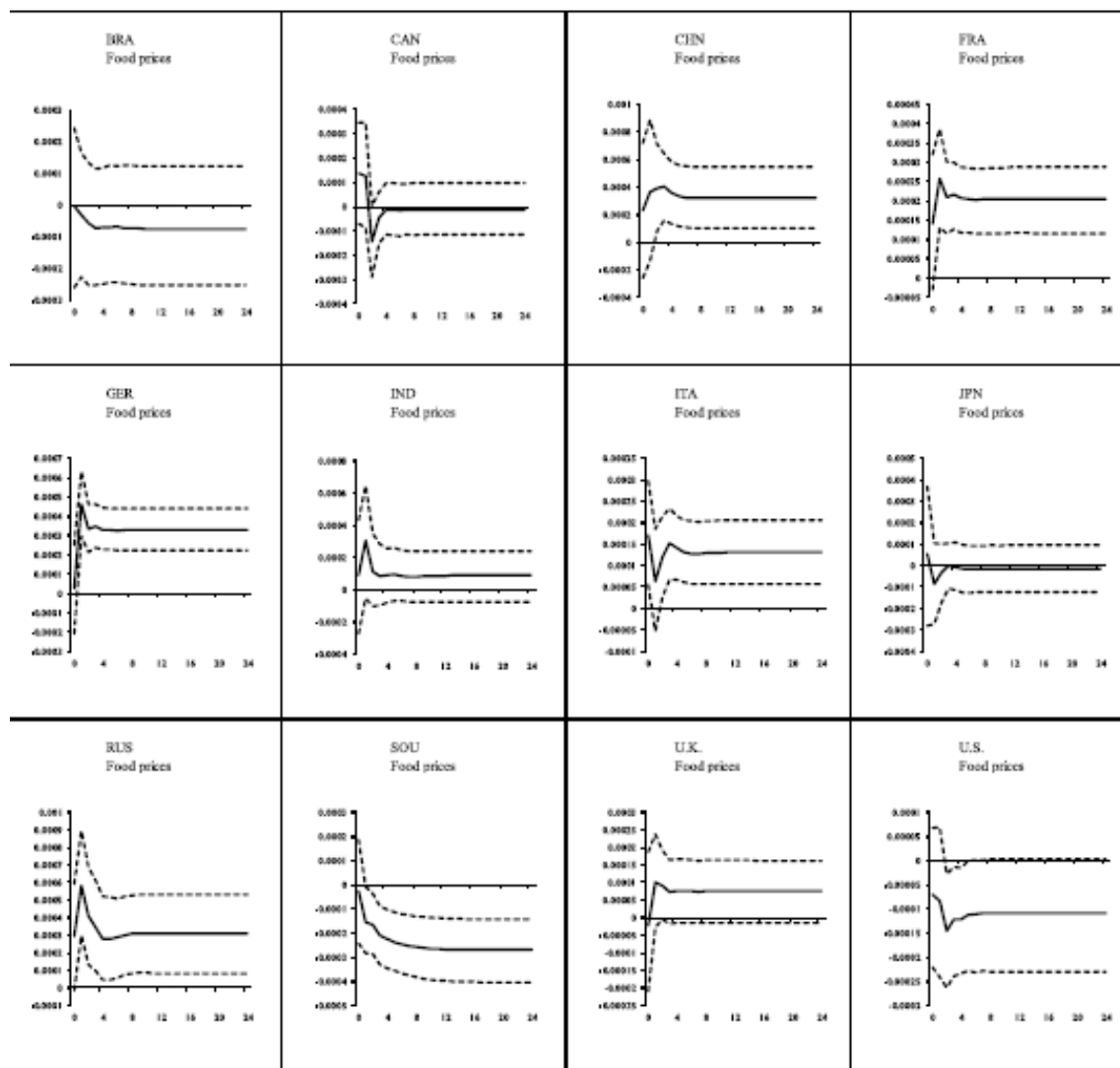


Nota: linhas pontilhadas são os intervalos de confiança, enquanto as linhas sólidas são as estimativas médias.

O próximo exame são os preços de alimentos domésticos. A Figura 3 retrata o impacto do risco geopolítico sobre esses preços. Os preços de alimentos da China, da França, da Alemanha, da Itália e da Rússia sobem, enquanto há quedas nos preços da África do Sul – há

ainda resultados estatisticamente não significativos. Consequentemente, há evidência de que choques geopolíticos afetam tanto preços globais quanto preços de alimentos nacionais, gerando um processo inflacionário.

Figura 3 - Choque sobre o Risco Geopolítico e Respostas dos Preços de Alimentos



Nota: linhas pontilhadas são os intervalos de confiança, enquanto as linhas sólidas são as estimativas médias.

A Tabela 1 a seguir decompõe os preços de alimentos do BRICS. A coluna GPR capta a influência do risco geopolítico. No Brasil, o risco geopolítico afeta os preços em 1% em dois anos, na China em 8%, na Índia em 2%,

na Rússia em 16% e na África do Sul em 12%. Portanto, reforça-se a conclusão de que o risco geopolítico impacta os preços de alimentos, consubstanciando em efeitos de transbordamento (*spillover effects*).

Tabela 1 - Decomposição da Variância dos Preços de Alimentos para o BRICS

	Domestic variables			GPR	International prices		
	food	e	rate		agri	wti	commo
BRAZIL							
1	90.69	0.66	1.90	0.01	2.08	4.45	0.21
12	65.87	1.19	2.47	0.59	10.31	15.40	4.17
24	50.95	1.32	2.38	1.04	14.80	22.18	7.32
CHINA							
1	80.68	8.90	0.47	0.87	0.33	4.94	3.81
12	69.02	7.78	0.48	5.61	4.74	6.20	6.17
24	59.59	6.77	0.48	8.98	8.65	7.36	8.17
INDIA							
1	93.00	2.44	1.51	1.13	0.67	0.38	0.86
12	82.40	2.17	1.64	1.83	0.69	3.79	7.48
24	71.41	1.89	1.71	2.32	0.62	7.51	14.54
RUSSIA							
1	72.33	5.69	17.30	3.85	0.14	0.31	0.37
12	56.49	7.85	21.50	10.84	0.74	1.03	1.55
24	49.06	6.81	22.07	16.41	1.26	1.57	2.81
SOUTH AFRICA							
1	81.35	6.43	9.84	0.65	0.72	0.29	0.72
12	49.68	20.26	11.14	8.14	2.22	6.57	1.99
24	35.66	24.15	10.35	12.26	2.37	11.29	3.92

É interessante notar também que os preços globais fazem parte da dinâmica nacional dos preços de alimentos. Os preços do petróleo (wti), da agricultura (agri) e de *commodities* (commo) afetam de formas distintas essas economias. Essa é uma das vantagens de usar um modelo econométrico de economia aberta: ele captura o efeito do ambiente externo sobre variáveis nacionais enriquecendo a análise e aproximando-a do observado na realidade.

Embora a tabela do G7 não seja apresentada devido a espaço e brevidade, os resultados seguiram os observados, com influência do risco geopolítico e de preços globais sobre os preços nacionais de alimentos.

3 Conclusão

Os resultados informam aos formuladores de políticas econômicas que mudanças na geopolítica, principalmente relacionadas com aumento de incerteza, podem gerar aumento da inflação dos alimentos. Assim, países com parcelas da população próximas da pobreza

(o caso dos países do BRICS), deveriam atentar para os desdobramentos geopolíticos.

Transferências de renda para indivíduos em situação de vulnerabilidade podem auxiliá-los a absorver o choque geopolítico. Essa transferência iria impulsionar ou compensar a perda de poder de compra com o aumento dos preços de alimentos. Como choques geopolíticos tendem a ser passageiros, essas políticas também poderiam ser transitórias.

Dado que a economia global é permeada por choques geopolíticos, muitos destes ocorrendo de forma não esperada, governos poderiam, preventivamente, criar fundos para serem usados quando necessário. Outra recomendação é buscar o ajuste das contas públicas, também preventivamente, para que tais políticas não pressionem a situação fiscal.

(*) Universidade Federal de Ouro Preto.
(E-mail: luccas.attilio@ufop.edu.br).

Uma Breve Análise do Comércio Bilateral Brasil-EUA e a Dependência dos Estados Brasileiros

CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE (*)
RODRIGO DE LOSSO (**)

1 Introdução

O comércio internacional entre Brasil e Estados Unidos representa uma das relações comerciais mais estratégicas para a economia brasileira. Os Estados Unidos são um dos principais parceiros comerciais do Brasil, tanto no que diz respeito às exportações quanto às importações, refletindo a diversificação produtiva e a especialização de cada país. A dinâmica do comércio bilateral revela não apenas os setores mais competitivos da economia brasileira no mercado norte-americano, mas também as áreas em que o Brasil mais depende de insumos e bens de alto valor agregado provenientes dos EUA.

Nos últimos anos, os fluxos comerciais entre os dois países têm sido influenciados por uma série de fatores geopolíticos e econômicos. Mudanças na política comercial norte-americana, como a guerra tarifária com a China e os acordos firmados pelo bloco do BRICS, vêm impactando a forma como o Brasil posiciona seus produtos no cenário internacional. A busca por maior diversificação de mercados e a possibilidade de ampliação do uso

de moedas locais nas transações comerciais com outros países do BRICS são aspectos que podem remodelar a dependência brasileira do dólar e dos mercados tradicionais, como o norte-americano.

A reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos trouxe consigo uma série de políticas comerciais protecionistas que impactam diretamente o comércio internacional, incluindo as relações entre Brasil e EUA. Entre as medidas anunciadas, destaca-se a imposição de tarifas recíprocas, em que os EUA aplicam taxas equivalentes às impostas por outros países sobre produtos americanos. Essa estratégia visa equilibrar a balança comercial e proteger a indústria nacional norte-americana.

Especificamente, Trump assinou decretos que estabelecem tarifas de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio, afetando diversos parceiros comerciais, incluindo o Brasil.¹ Além disso, foram impostas tarifas adicionais de 10% sobre todas as importações provenientes da China.² Essas medidas têm gerado preocupações entre líderes internacionais e especialistas eco-

nômicos, que alertam para o risco de uma guerra comercial global e o aumento da inflação. A União Europeia, por exemplo, criticou as tarifas recíprocas, considerando-as um passo na direção errada que pode elevar os custos para empresas e consumidores, além de sufocar o crescimento econômico.³

Esta nota tem como objetivo identificar os principais produtos exportados e importados dos Estados Unidos, analisar quais estados brasileiros apresentam maior dependência do comércio exterior com os EUA e avaliar a relevância das exportações de aço para os EUA na estrutura econômica dos estados.

2 Comércio Internacional por Brasil X EUA

A Tabela 1 evidencia a predominância de *commodities* energéticas e produtos industrializados nas exportações brasileiras para os Estados Unidos. O destaque é o petróleo bruto, com mais de R\$ 5,8 bilhões exportados, refletindo a relevância do setor energético no comércio bilateral. O setor siderúrgico, incluindo produtos laminados de ferro e aço, ferro-gusa e ferro-

-esponja, totaliza mais de R\$ 4,2 bilhões, mas enfrenta desafios devido às tarifas aplicadas pelos EUA.

A indústria aeroespacial, impulsionada pela Embraer, registra R\$ 2,38 bilhões em exportações, consolidando-se como um setor estratégico. Além disso, a exportação de microscópios ópticos e equipamen-

tos sugere um nicho tecnológico, enquanto sumos vegetais e carnes bovinas reforçam a presença do agronegócio brasileiro no mercado norte-americano.

A diversificação da pauta exportadora equilibra *commodities* e produtos de maior valor agregado, mas setores como siderurgia e

petróleo seguem vulneráveis às políticas protecionistas dos EUA. Caso esses produtos sejam alvos de novas tarifas, o impacto econômico para o Brasil pode ser significativo, afetando tanto a balança comercial quanto a competitividade das indústrias exportadoras.

Tabela 1 - Total Exportado para os Estados Unidos (2024)

Descrição (NCM - 4 Dígitos)	Total Exportado (R\$ Milhão)
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	R\$ 5.830,98
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	R\$ 2.802,77
Aeronaves, helicópteros e espaçonaves	R\$ 2.381,55
Microscópios ópticos e equipamentos similares	R\$ 1.896,20
Óleos combustíveis de petróleo e misturas betuminosas	R\$ 1.741,03
Pastas químicas de madeira para fabricação de papel	R\$ 1.553,36
Ferro-gusa e ferro-esponja	R\$ 1.423,33
Tratores, máquinas para terraplanagem e similares	R\$ 1.418,55
Sumos e extratos vegetais, não fermentados	R\$ 1.193,02
Carnes de bovino congeladas	R\$ 885,03

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

A Tabela 2 mostra que as importações brasileiras dos Estados Unidos são compostas principalmente por bens industriais e insumos estratégicos. O destaque são as turbinas a gás e partes, totalizando R\$ 6,17 bilhões, essenciais para a matriz energética e a indústria. Os óleos combustíveis e os gases de petróleo, somando mais de R\$ 6 bilhões,

indicam a dependência brasileira de combustíveis importados.

O setor químico e farmacêutico aparece com polímeros de etileno, medicamentos e vacinas, fundamentais para a indústria e a saúde. A importação de aeronaves e partes, com R\$ 1,55 bilhão, reforça a parceria no setor aeroespacial.

Defensivos agrícolas, somando R\$ 867 milhões, evidenciam a necessidade do agronegócio brasileiro por insumos norte-americanos.

As importações refletem a busca por tecnologia e insumos de alto valor agregado, setores que podem ser afetados por novas tarifas e políticas comerciais dos EUA.

Tabela 2 - Total Importado para os Estados Unidos (2024)

Descrição (NCM - 4 Dígitos)	Total Exportado (R\$ Milhão)
Turbinas a gás e partes	R\$ 6.172,44
Óleos combustíveis de petróleo e misturas betuminosas	R\$ 3.945,15
Gases de petróleo e hidrocarbonetos gasosos	R\$ 2.190,68
Polímeros de etileno, em formas primárias	R\$ 1.569,88
Aeronaves, helicópteros e espaçonaves	R\$ 1.549,83
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	R\$ 1.454,30
Carvão mineral, briquetes e aglomerados	R\$ 1.406,88
Medicamentos preparados para uso humano ou veterinário	R\$ 926,32
Inseticidas, fungicidas, herbicidas e produtos semelhantes	R\$ 867,70
Soros, vacinas e produtos imunológicos	R\$ 745,58

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

3 Relação Bilateral dos Estados Brasileiros com os Estados Unidos

A relação comercial entre os estados brasileiros e os Estados Unidos reflete as diferenças estruturais da economia de cada região. Enquanto alguns estados possuem forte dependência do mercado norte-americano para suas exportações, outros apresentam uma pauta comercial mais diversificada, reduzindo sua vulnerabilidade a oscilações na política comercial dos EUA. A posição dos Estados Unidos como principal destino ou origem das exportações varia conforme a composição produtiva e a inserção internacional de cada estado, influenciada por fatores como industrialização, setor agrícola e cadeias produtivas globais.

A Figura 1 apresenta a posição dos Estados Unidos no ranking de des-

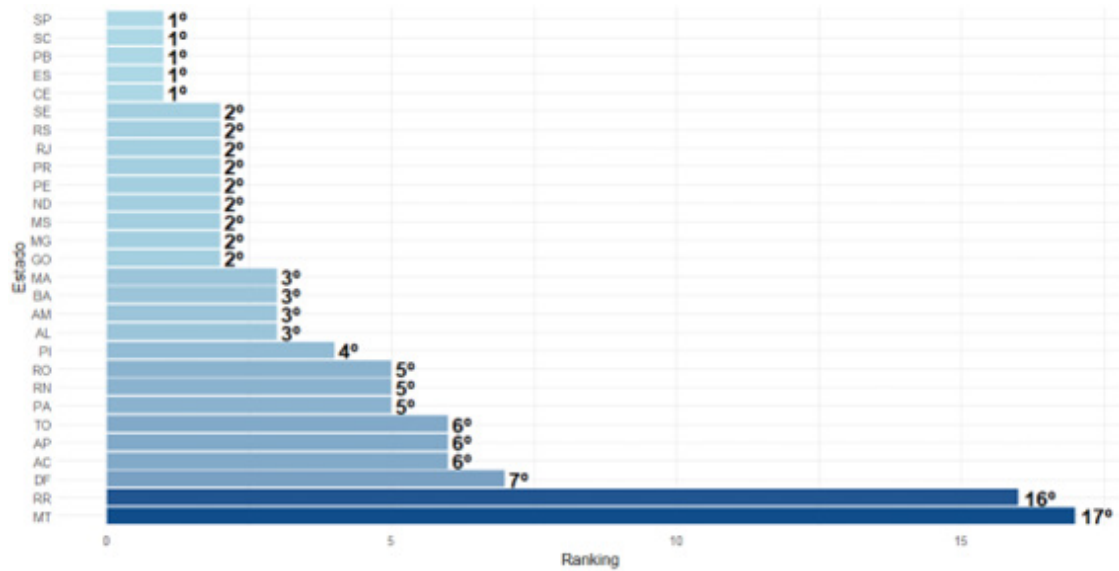
tinhas das exportações dos estados brasileiros. Observa-se que, para unidades federativas como São Paulo, Santa Catarina, Paraíba e Espírito Santo, os EUA ocupam a primeira posição, evidenciando uma forte dependência comercial. Já em estados como Mato Grosso e Roraima, a posição é significativamente inferior, indicando maior diversificação dos mercados de destino.

A Figura 2 mostra a posição dos Estados Unidos no ranking de origem das exportações dos estados brasileiros, evidenciando a importância do mercado norte-americano para a inserção internacional do país. Em estados como Sergipe, Rio de Janeiro, Pará, Acre e Bahia, os EUA ocupam a primeira posição, sugerindo que grande parte das exportações desses estados tem como destino o mercado norte-americano. Por outro lado, em estados como Mato Grosso do Sul,

a posição mais baixa no ranking sugere maior diversificação dos destinos comerciais.

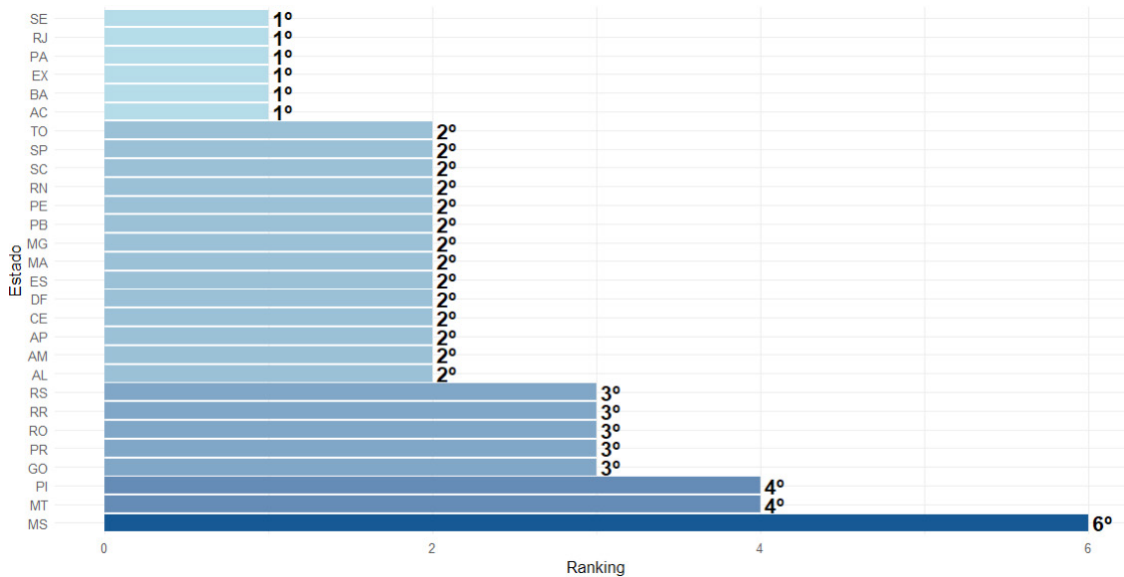
A variação na dependência comercial entre os estados reflete não apenas as diferenças na estrutura produtiva e nos setores predominantes de cada região, mas também a capacidade de adaptação às mudanças no cenário internacional. Estados mais industrializados ou especializados em produtos estratégicos para o mercado norte-americano tendem a apresentar maior peso no ranking, enquanto aqueles com mercados mais diversificados ou voltados para outras economias possuem menor dependência da demanda norte-americana. Essa dinâmica é crucial para entender os impactos de possíveis mudanças nas políticas comerciais dos EUA, especialmente em setores que podem ser alvo de novas tarifas ou restrições.

Figura 1 - EUA no Ranking de Destinos das Exportações por Estado (2024)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

Figura 2 - EUA no Ranking de Origem das Exportações por Estado (2024)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

A Figura 3 apresenta a participação das exportações de cada estado brasileiro para os Estados Unidos. O painel A ilustra a intensidade dessa relação comercial por meio de um mapa, no qual estados com maior dependência das exportações para os EUA aparecem em tons mais escuros. Destacam-se o Ceará, o Espírito Santo e a Paraíba, que possuem a maior concentração de suas exportações destinadas ao mercado norte-americano.

O painel B detalha essa participação em termos percentuais. O Ceará lidera com 44,9% de suas exportações direcionadas aos EUA, seguido pelo Espírito Santo com

28,6% e pela Paraíba com 21,6%. Estados como São Paulo com 19,0% e Rio de Janeiro com 16,2% também apresentam forte relação comercial, mas com uma base de exportação mais diversificada. Em contrapartida, estados como Mato Grosso com 1,5% e Roraima com 0,3% têm baixa dependência do mercado norte-americano, indicando maior diversificação de parceiros comerciais.

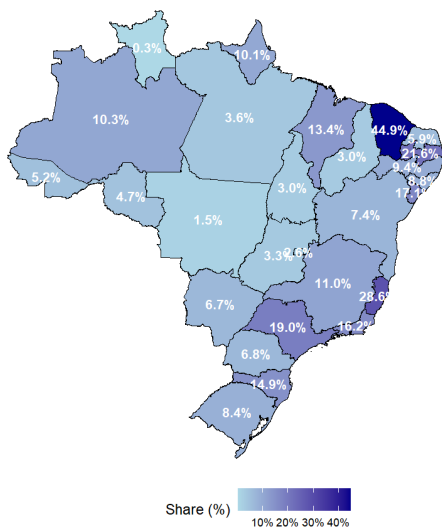
A distribuição das exportações reflete as cadeias produtivas de cada estado. Enquanto regiões com forte presença de *commodities* estratégicas, como o setor petrolífero e metalúrgico, são mais integradas ao

comércio com os EUA, estados voltados à produção agrícola ou com relações comerciais diversificadas apresentam menor dependência desse mercado.

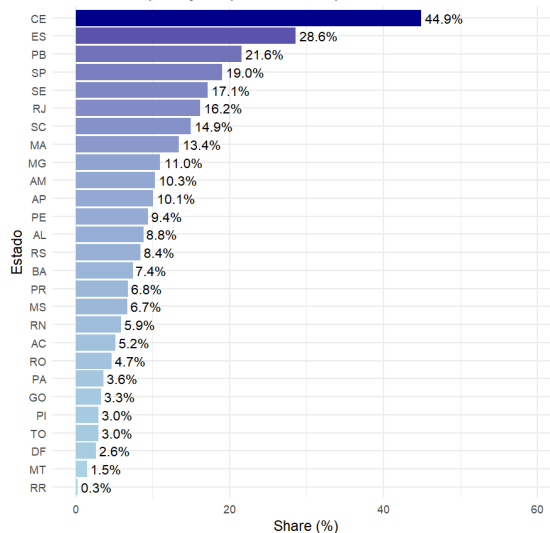
A Figura 4 apresenta a participação percentual das importações de cada estado brasileiro com origem dos Estados Unidos. Observa-se que estados como Acre (42,8%) Rio de Janeiro (31,8%), Pará (31,2%) e Paraíba (28,1%) possuem uma parcela significativa de suas importações advinda do mercado norte-americano, indicando maior dependência comercial desses estados em relação aos EUA.

Figura 3 - Share das Exportações para os Estados Unidos por Estado (2024)

Painel A: Share das Exportações para os EUA por Estado

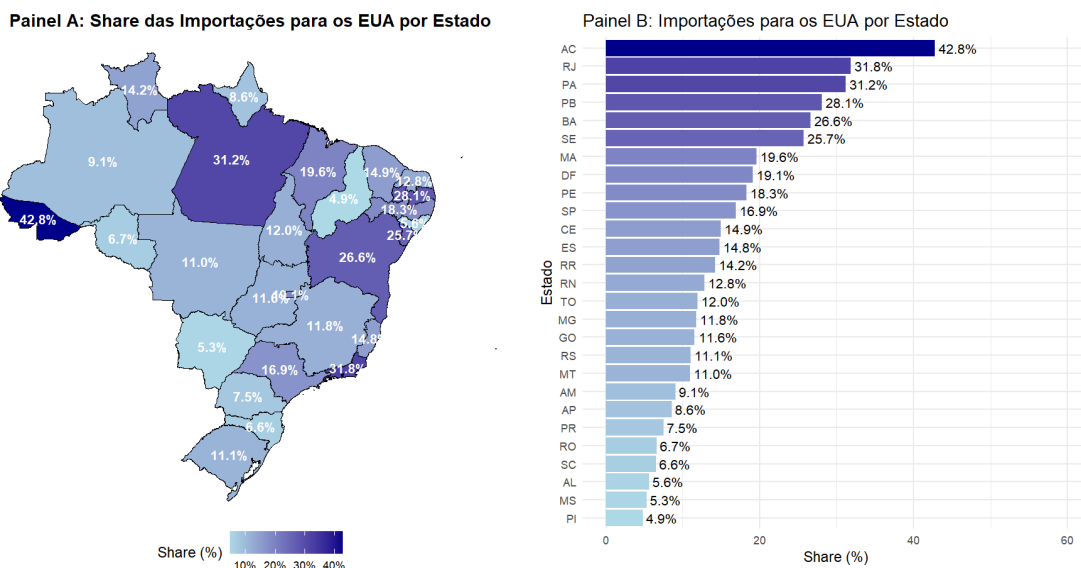


Painel B: Exportações para os EUA por Estado



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

Figura 4 - Share das Importações para os Estados Unidos por Estado (2024)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

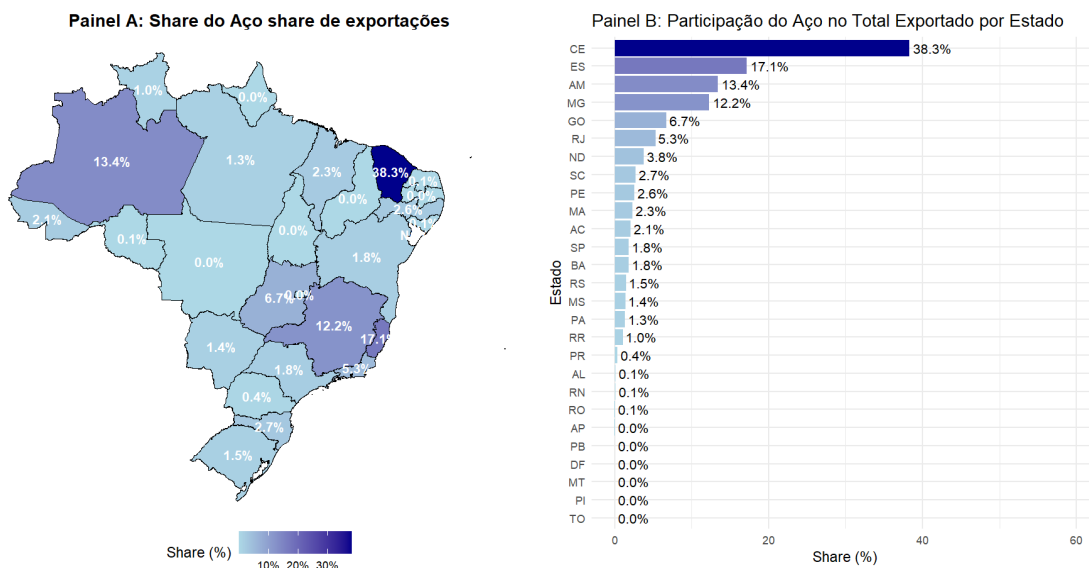
4 O Setor de Aço

O setor siderúrgico brasileiro possui papel relevante no comércio exterior, sendo um dos principais fornecedores globais de ferro e aço. Neste estudo, utilizamos a nomenclatura da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) para definir o setor de aço, abrangendo os capítulos 72 e 73, que incluem produtos siderúrgicos como ferro fundido, aço bruto, produtos laminados e estruturas metálicas.

A Figura 5 apresenta a participação do setor de aço nas exportações por estado, destacando a intensidade do comércio de aço em cada unidade federativa. O Pai-

nel A exibe um mapa do Brasil, ilustrando visualmente essa distribuição. Já o Painel B quantifica essa participação, mostrando que o Ceará lidera com 38,3% das suas exportações provenientes do setor siderúrgico. Em seguida, destacam-se Espírito Santo (17,1%) e Amazonas (13,4%). Por outro lado, estados mais ricos como São Paulo (1,8%) e Rio de Janeiro (5,3%) apresentam uma menor dependência do setor, refletindo economias mais diversificadas. Essas variações indicam que algumas regiões são mais sensíveis a mudanças na política comercial internacional, especialmente diante de tarifas impostas pelos EUA sobre produtos siderúrgicos.

Figura 5 - Participação do Setor de Aço nas Exportações por Estado



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

A Figura 6 exibe a participação do setor de aço nas importações por estado, considerando os capítulos 72 e 73 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

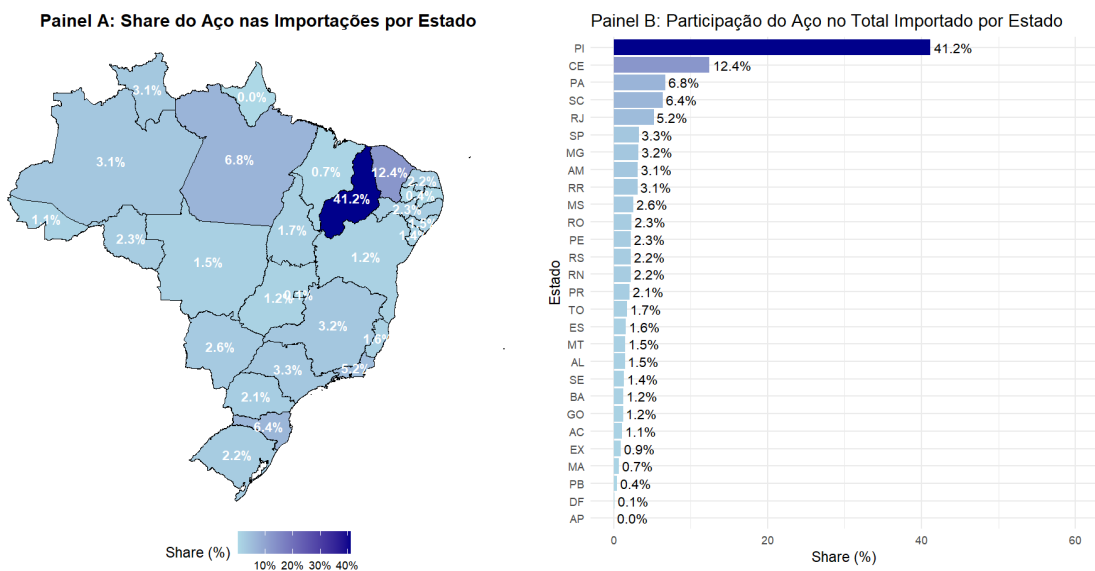
O Painel A ilustra a distribuição espacial do *share* de importações do setor, apresentando um mapa que destaca a intensidade da dependência de cada estado em relação às compras externas de produtos siderúrgicos. O Painel B detalha a participação percentual do setor de aço no total importado por cada unidade federativa. O Piauí se destaca com a maior proporção, atin-

gindo 41,2%, seguido pelo Ceará (12,4%) e Pará (6,8%). Além desses estados, Rio de Janeiro (5,2%), Santa Catarina (6,4%) e São Paulo (3,3%) também apresentam relevância na importação de produtos siderúrgicos.

A Figura 7 exibe a participação do setor de aço nas exportações destinadas aos Estados Unidos por estado. O Painel A ilustra a distribuição espacial desse comércio, apresentando um mapa da participação do setor de aço nas exportações para os EUA. O Painel B detalha a participação percentual do aço no

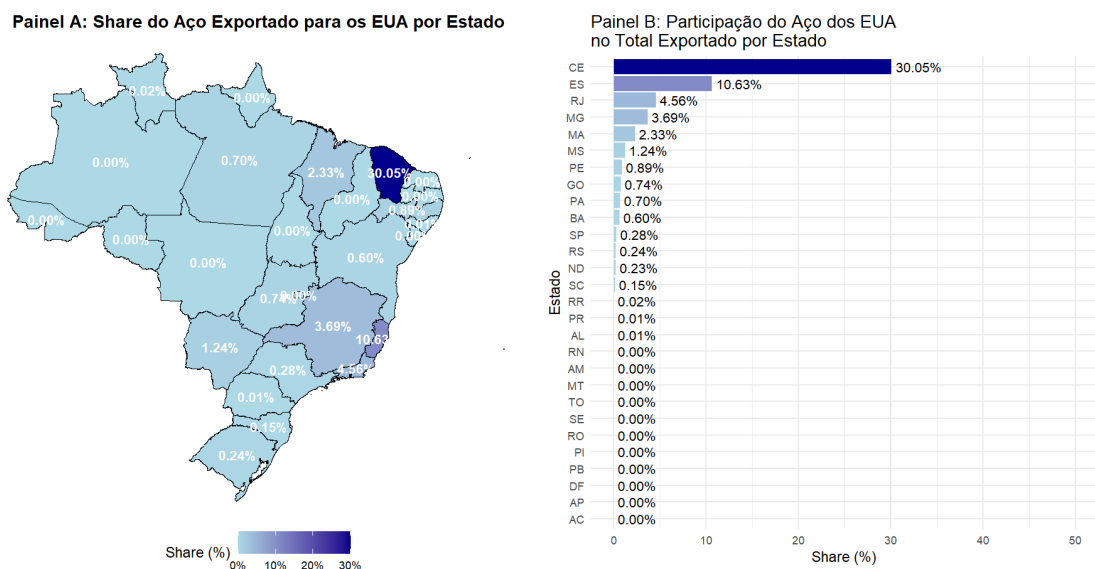
total exportado por cada unidade federativa para os Estados Unidos. O Ceará se destaca amplamente, com 30,05% do total exportado, seguido por Espírito Santo (10,63%) e Rio de Janeiro (4,56%), evidenciando a relevância do setor para essas economias. A baixa participação em grande parte dos estados sugere que a dependência da indústria siderúrgica em relação ao mercado norte-americano é fortemente regionalizada, tornando essas economias mais suscetíveis a oscilações na demanda e a políticas protecionistas dos EUA.

Figura 6 - Participação do Setor de Aço nas Importações por Estado



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

Figura 7 - Participação do Setor de Aço nas Exportações para os Estados Unidos Por Estado

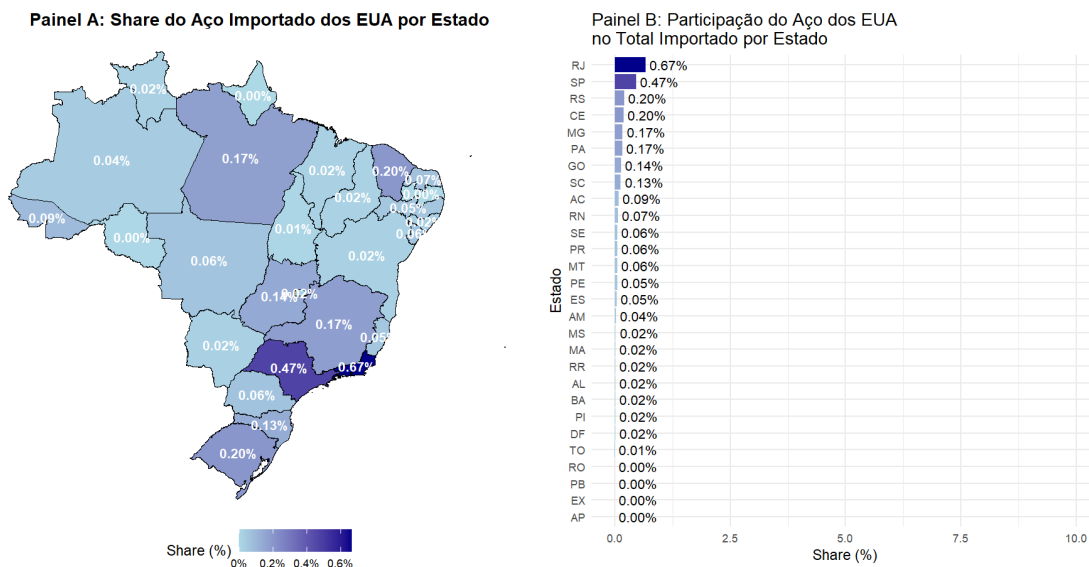


Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

A Figura 8 apresenta a participação do setor de aço nas importações dos Estados Unidos por estado. O Painel A exibe a distribuição geográfica das importações de aço provenientes dos EUA, destacando que nenhum estado possui uma dependência significativa desse setor. O Painel B detalha a participação do aço no total importado de cada estado, com destaque para o Rio de Janeiro (0,67%) e São Paulo (0,47%), seguidos pelo Rio Grande do Sul e Ceará, ambos com 0,20%. Os valores reduzidos indicam que o aço importado dos EUA representa uma fração mínima do total importado pelos estados brasileiros, sugerindo uma baixa vulnerabilidade do setor siderúrgico às medidas protecionistas norte-americanas.

Janeiro (0,67%) e São Paulo (0,47%), seguidos pelo Rio Grande do Sul e Ceará, ambos com 0,20%. Os valores reduzidos indicam que o aço importado dos EUA representa uma fração mínima do total importado pelos estados brasileiros, sugerindo uma baixa vulnerabilidade do setor siderúrgico às medidas protecionistas norte-americanas.

Figura 8 - Participação do Setor de Aço nas Importações dos Estados Unidos Por Estado



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.

5 Considerações Finais

A análise das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos revela a forte dependência de diversos estados em relação ao mercado norte-americano, tanto nas exportações quanto nas importações. A predominância de *commodities* energéticas e produtos siderúrgicos evidencia a relevância de setores estratégicos ao mesmo tempo que expõe a vulnerabilidade a mudanças nas políticas comerciais dos EUA.

Estados com maior participação do aço e do petróleo nas exportações podem ser mais impactados por medidas protecionistas, como tarifas e restrições comerciais. Por outro lado, a diversificação da pauta expor-

tadora em algumas regiões sugere maior resiliência diante de oscilações do mercado externo.

Com a reeleição de Donald Trump e a possível adoção de novas tarifas, o Brasil precisa avaliar estratégias para mitigar riscos, seja pela diversificação de mercados, seja pelo fortalecimento de cadeias produtivas internas para reduzir a dependência de insumos importados.

1 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-confirma-tarifas-de-25-para-importacoes-de-aco-e-aluminio-pelos-eua/>

- 2 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj48qednxeyo>
- 3 <https://www.portaltela.com/politica/internacional/2025/02/14/uniao-europeia-promete-resposta-firme-a-tarifas-reciprocas-de-trump-no-comercio-internacional>

() Ph.D. Candidate in Economics na University of Illinois em Urbana-Champaign e Mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP.
(E-mail: cc187@illinois.edu).*

*(**) Professor Titular da FEA-USP e pesquisador da Fipe.
(E-mail: delosso@usp.br).*

Atividade Econômica em 2024

GUILHERME TINOCO (*)

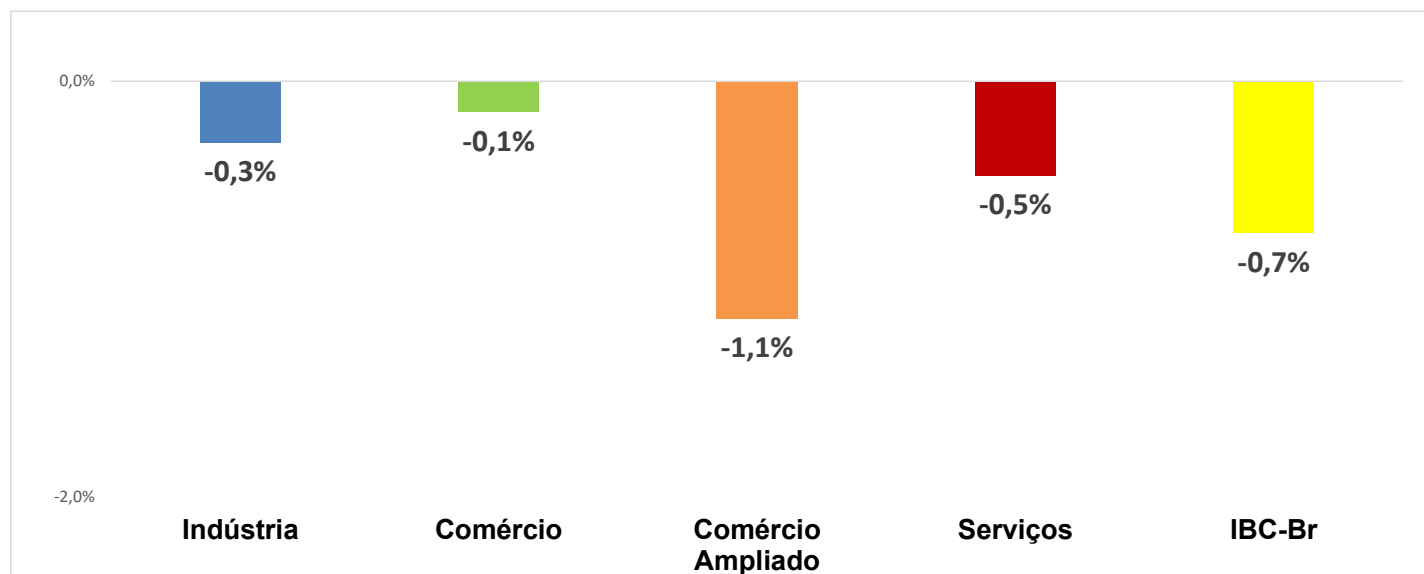
Neste mês de fevereiro, foram divulgados os principais indicadores de atividade econômica para dezembro, isto é, os dados de indústria, comércio e serviços, além do indicador agregado de atividade do Banco Central, o IBC-Br.¹ Desta maneira, temos um quadro fechado não só para o quarto trimestre, como também para o todo o ano de 2024. Mesmo sabendo que o número oficial do PIB do quarto

trimestre (e, conseqüentemente, do ano) será divulgado apenas no dia 7 de março pelo IBGE, as principais pesquisas conjunturais já permitem entender como se comportou a economia brasileira ao longo desse ano. Este artigo busca, portanto, desenvolver esta análise.

Olhando inicialmente para dezembro, o Gráfico 1 mostra as variações ocorridas no mês em relação

ao mês anterior, já com o ajuste sazonal. O IBC-Br, índice mais abrangente, caiu 0,7%, pior do que as projeções de mercado. Foi a pior variação mensal do indicador no ano de 2024. No mês de dezembro, a queda foi disseminada, passando pela indústria, comércio ampliado e serviços, além do próprio IBC-Br. De maneira geral, os números de dezembro também vieram pior do que o esperado.

Gráfico 1 – Variação Mensal dos Indicadores de Atividade em Dezembro de 2024

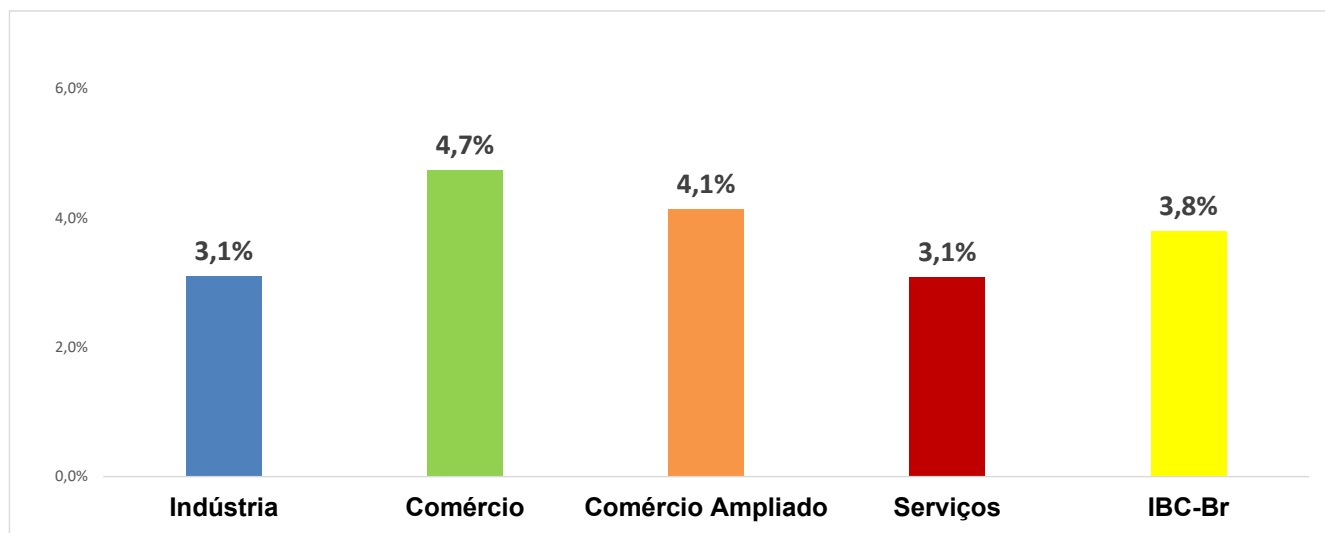


Fonte: IBGE e BCB. Em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal.

Os dados de dezembro destoam bastante do comportamento do ano completo. Na verdade, o ano de 2024 foi caracterizado por elevado crescimento, como mostra o Gráfico 2. Segundo o IBC-Br, a economia cresceu 3,8%, algo bem acima do esperado no início de 2024, e

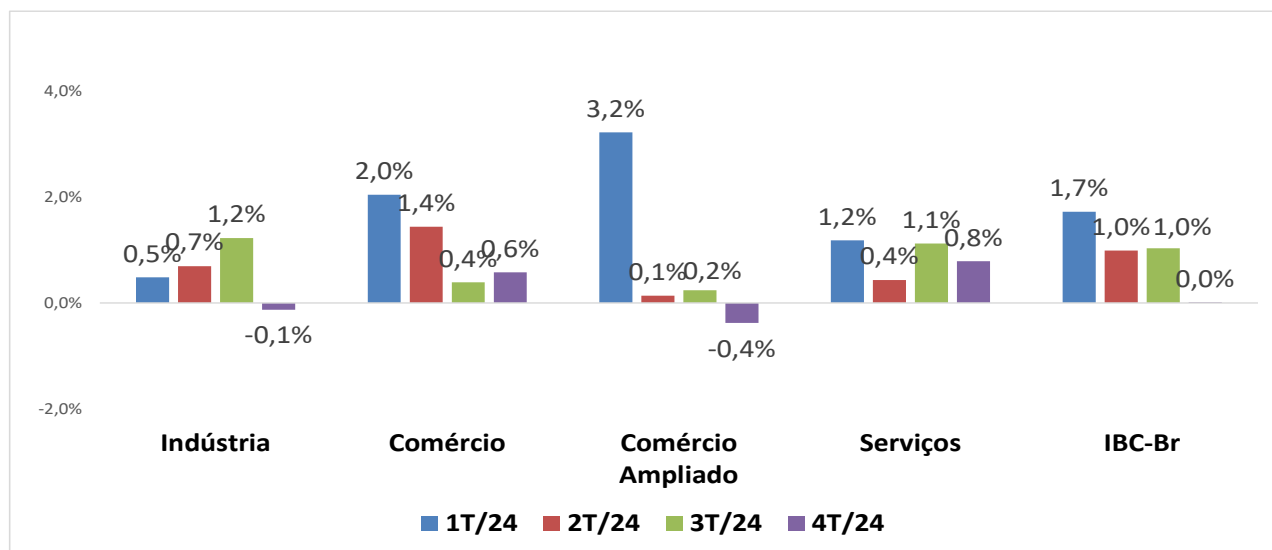
números dessa magnitude se repetiram pelos demais setores analisados. Esse desempenho, contudo, foi perdendo força ao longo do ano, como evidenciado pela leitura trimestral – o Gráfico 3 mostra os dados de variação trimestral para cada setor ao longo de 2024.

Gráfico 2 – Variação Anual dos Indicadores de Atividade para 2024



Fonte: IBGE e BCB.

Gráfico 3 – Variação Trimestral dos Indicadores de Atividade em 2024



Fonte: IBGE e BCB. Variação em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal.

Com base nos dados expostos nos gráficos acima, podemos analisar com maior detalhe o que aconteceu em 2024. Começando pelo IBC-Br, o último trimestre apresentou estabilidade na margem, depois de ter apresentado crescimento expressivo nos três primeiros trimestres do ano. Essa sequência garantiu o já citado crescimento anual de 3,8% no indicador. Contudo, nos últimos meses do ano, a esperada desaceleração finalmente deu sinais mais concretos, o que também foi observado em outros setores, dos quais falamos na sequência.

No caso da indústria, observa-se queda de 0,1% no quarto trimestre, depois de ter subido nos três primeiros trimestres do ano. Em 2024, o crescimento foi de 3,1%, puxado pela indústria de transformação (que cresceu 3,7%), com o destaque para três ramos em especial: (i) veículos, (ii) equipamentos de informática e (iii) produtos eletrônicos e máquinas, aparelhos e

materiais elétricos, todos crescendo acima de 10%. Por categorias de uso, destacam-se os bens de consumo duráveis e os bens de capital.

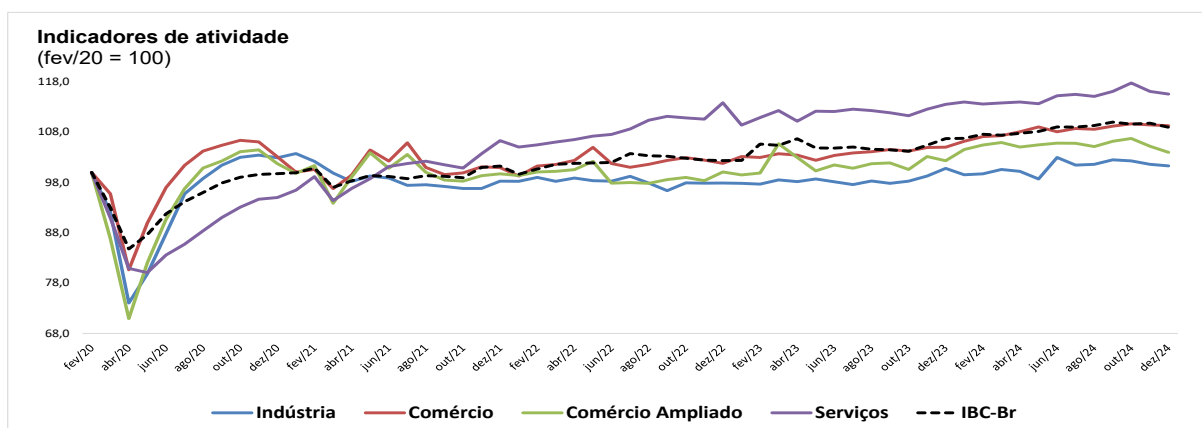
Já nos dois indicadores de comércio (restrito e ampliado), os números muito robustos para o ano, com alta superior a 4,0%, escondem uma dinâmica bastante similar, dada por um crescimento extremamente significativo no primeiro trimestre, e desaceleração gradual a partir de então. No ano, os destaques setoriais foram itens de farmácia, veículos e materiais de construção.

O setor de serviços, por sua vez, cresceu 3,1% no ano, com destaque para os serviços profissionais, administrativos e complementares e para os serviços de informação e comunicação. Em bases trimestrais, a desaceleração não parece ter sido tão intensa, mas o cenário muda um pouco de figura quando notamos que, apesar da alta

do setor no 4T/24, houve queda expressiva tanto em novembro quanto em dezembro, o que afeta bastante o carregamento para o primeiro trimestre de 2025, por exemplo. Embora seja este o setor com o melhor desempenho desde a pandemia, a desaceleração também está ocorrendo.

Para terminar essa análise geral, verificamos a evolução dos indicadores em nível (Gráfico 4). Nesta abordagem, o bom desempenho da economia desde a saída da pandemia, sob a liderança dos serviços, fica ainda mais visível. Dentre os setores acompanhados pelas pesquisas aqui referenciadas, os Serviços possuem o melhor desempenho no pós-pandemia, estando 15,6% acima de onde estava em fevereiro de 2020. O IBC-Br está 9,0% acima, bem próximo ao comércio restrito. No último ano, todos os setores cresceram, mas, por outro lado, a desaceleração nos últimos dois meses também é bem evidente.

Gráfico 4 – Evolução dos Indicadores de Atividade Econômica (Fev/2020 = 100)



Fonte: IBGE e BCB.

Tendo analisado a atividade econômica sob todas essas óticas, podemos tecer algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, ressaltamos o expressivo crescimento econômico ao longo de 2024, especialmente quando comparado com as projeções de início de ano. Coincidentemente, um padrão similar foi observado também em 2023, quando a economia cresceu 3,2% frente a uma expectativa de início de ano que se situava abaixo de 1,0%.

Em segundo lugar, podemos listar fatores que ajudaram a impulsionar a economia em 2024: o mercado de trabalho significativamente aquecido e uma política fiscal no campo estimulativo, o que inclui o pagamento extraordinário de precatórios realizado em dezembro de 2023. A tragédia ocorrida em meados do ano, no Rio Grande do Sul, parece ter tido um efeito contrário ao inicialmente esperado no PIB, por conta do volume de recursos injetados na economia local para auxílio às famílias e reconstrução da região. Uma distensão monetária que começou ainda em 2023 (ainda que interrompida no segundo semestre de 2024) e um ambiente externo que não parece ter atrapalhado completam o quadro que favoreceu a economia brasileira no ano.

Em terceiro lugar, podemos chamar atenção para a desaceleração em curso, acentuada nos dois últimos meses do ano. Apesar de

esperada, esta chega de maneira disseminada na economia, a julgar pelos indicadores analisados aqui. Uma moderação na política fiscal ao longo do ano e uma piora considerável nas condições financeiras, incluindo o aperto na política monetária em curso, ajudam a explicar. Mas, mais do que isso, apontam para a continuidade do movimento ao longo de 2025.

Assim, chegamos ao quarto ponto. De uma maneira geral, a estratégia do governo para estimular a economia na primeira metade do mandato aparentemente se esgotou. O expressivo impulso fiscal realizado, especialmente a partir da PEC da transição, não pode continuar indefinidamente. Ainda existem desafios para que os resultados primários se enquadrem dentro das metas. Ademais, as próprias metas estabelecidas estão aquém dos patamares que estabilizam a dívida pública, fazendo com que ela tenha crescido em 2024 e continue a crescer nos próximos anos. Por isso, a questão da sustentabilidade fiscal está sendo monitorada de perto pelo mercado, que reagiria negativamente ao menor sinal de desrespeito ao arcabouço fiscal. No campo monetário, a inflação de 2024 escapou ao teto da meta e as expectativas não estão bem ancoradas, exigindo uma dose cavalares de juros. Este quadro tem contaminado as variáveis financeiras, especialmente os juros longos, com impactos no investimento.

Neste contexto doméstico, somado às incertezas advindas do cenário internacional, é de se esperar que a desaceleração da economia continue ao longo de 2025. Um vetor positivo para se contrapor às políticas econômicas no campo contractionista diz respeito à safra agrícola deste ano, que será a maior da história, mas esse fato sozinho dificilmente conseguirá compensar totalmente os vetores negativos. Assim, podemos dizer que dificilmente iremos observar em 2025 o mesmo padrão observado nos últimos três anos, quando o PIB efetivo superou com sobras as projeções de início de ano. Resta saber como o governo reagirá a esta desaceleração, especialmente tendo em vista o calendário da eleição – que já começou.

1 Os dados utilizados se referem à Pesquisa Industrial Mensal (IBGE), Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE) e Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE), além do indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br.

(*) Mestre em Economia pela FEA/USP. (E-mail: gtinoco2002@hotmail.com).

Mudanças no Arco da Geopolítica e as Estratégias para a Economia Brasileira

GABRIEL BRASIL (*)

1 Transformação Geopolítica

Desde que tomou posse, mais uma vez, como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump transformou o arco atual da geopolítica. Sob seu predecessor, Joe Biden, e também durante seu primeiro mandato, a política externa dos Estados Unidos tinha uma direção relativamente clara: a competição estratégica de longo prazo com a China. Apesar de abordagens diferentes, Trump e Biden refletiram um consenso bipartidário que prevaleceu em Washington na última década: a preocupação americana com relação à emergência dos chineses como superpotência.

Nas últimas semanas, no entanto, o foco parece ter mudado. A competição com a China permanece como uma das agendas, mas não é mais tão prioritária. As primeiras (e agressivas) ações de Trump nas últimas semanas – que incluíram a retirada dos EUA do Acordo de Paris, a imposição de tarifas de importação atingindo países aliados (como o Canadá) e declarações que corrompem noções territoriais consensuais (como com relação à Groelândia, ao Canal do Panamá

e à Faixa de Gaza) – mostram que a geopolítica tem um arco novo: aquele baseado na disputa dos EUA contra a ordem internacional baseada em regras. Algo como “*America (first) against the world*”, em uma paráfrase do slogan do presidente republicano.

Tudo indica que, com muito melhores condições de governabilidade e autoconfiança do que no seu primeiro mandato, Trump implementará uma política externa hostil ao multilateralismo e, no limite, desestabilizante – afetando, inclusive (ou, em certos casos, principalmente) aliados. Uma relação comercial mais tensa entre China e Estados Unidos – marcada por restrições de investimento, controles de exportação e tarifas – já vinha sendo precificada e incorporada em estratégias de países e empresas envolvidas. Afinal, já era esperada para o evento de uma vitória democrata.

No entanto, o impacto de choques oriundos de Washington em países aliados, como os vizinhos da América do Norte, e na União Europeia, segue incerto, causando preocupações agudas em líderes de diferentes países. Em 15 de fevereiro,

o presidente francês Emmanuel Macron convocou reunião de emergência com os seus pares europeus para discutir, entre outros temas, as colocações recentes do governo Trump – inclusive do próprio presidente – com relação à guerra na Ucrânia.¹

No âmbito da economia, o canal de transmissão mais direto para tais incertezas é o comercial, já que aparentemente Trump utilizará tarifas de duas maneiras: como mecanismo de negociação, para forçar acordos em áreas como imigração e defesa, e como um fim em si mesmo, para proteger indústrias domésticas de forma permanente.

A implicação óbvia de tal política é de natureza inflacionária. As tarifas de Trump – temporárias ou não – provocarão, num primeiro momento, interrupções em cadeias de suprimentos importantes (por exemplo, dos metais e da energia) e aumentos de custos para as empresas. Já no longo prazo, elas também tenderão a promover um reposicionamento estrutural do comércio, visto que países diferentes buscarão alternativas para blindarem suas cadeias de suprimentos de novos choques.

Outro problema de ordem econômica tem a ver com o endereçamento de problemas coletivos, como potenciais novas crises financeiras, uma possível nova pandemia e, principalmente, a crise climática. A impossibilidade de contarmos, enquanto sociedade global, com a liderança do país que mais tem acesso a recursos para lidar com tais desafios significa que eles se tornarão mais graves. Ademais, como se sabe, a crise climática já tem trazido custos econômicos e humanitários graves ao redor do planeta, inclusive no Brasil.

2 O Posicionamento Brasileiro

Até o momento, o Brasil parece estar adotando uma postura cautelosa e pragmática com relação à sua relação com os Estados Unidos. Apesar de retórica em tom elevado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (por exemplo, prometendo retaliar de forma proporcional no caso de eventuais novas tarifas impostas pela sua contraparte americana), o governo tem evitado se engajar em polêmicas como aquelas nas quais se envolveu o governo colombiano de Gustavo Petro.^{2 3}

Tal estratégia parece razoável, considerando os potenciais custos e benefícios de um envolvimento mais belicoso frente ao governo americano. No entanto, ela será testada nos próximos anos por motivos diferentes, como veremos a seguir.

O primeiro motivo tem a ver com a realização pelo Brasil, em novembro, da COP30 – a conferência climática mais importante desde aquela realizada em Paris, em 2015. É difícil imaginar a concretização de qualquer acordo realmente significativo sem a participação dos Estados Unidos, os maiores emissores de CO₂ no agregado histórico.

O segundo é de natureza eleitoral. Como pesquisas recentes indicam, Lula terá dificuldades para se reeleger (ou eleger um/a sucessor/a) em 2026. Mais especificamente, a extrema-direita segue apta, ao que tudo indica, a produzir os candidatos mais viáveis dentro da oposição, e ela certamente recorrerá à simpatia de Trump na sua estratégia. Isso significa que o debate político doméstico será contaminado pelo que se passa nos EUA (e nos vizinhos da Argentina, onde a extrema-direita, hoje governista, também ostenta elevada força). Será difícil imaginar, portanto, que não haverá tensões entre Lula e Trump neste contexto. Como se sabe, nem sempre o presidente brasileiro, que não conta com muita popularidade hoje em dia, terá incentivos alinhados àqueles de longo prazo da sociedade brasileira.

Outros pontos de tensão provavelmente incluirão o relacionamento brasileiro com a China, as questões relacionadas à intersecção entre a imigração ilegal e a proteção dos

direitos humanos, e embates ideológicos indiretos, como aqueles relacionados a negociações em Gaza e na Ucrânia. Há muitas oportunidades para que, embora o Brasil não seja uma prioridade para Trump, a economia brasileira se veja vulnerável a choques geopolíticos.

Nesse contexto, parece importante discutir alternativas que coloquem o Brasil em posição favorável, do ponto de vista de estratégia geopolítica. Com relação ao comércio, por exemplo, o País tem uma oportunidade interessante já posta, ou seja, aquela em torno do acordo do Mercosul com a União Europeia. Uma eventual ratificação e implementação da parceria beneficiaria a economia brasileira de forma estrutural, consolidando uma avenida ainda muito pouco explorada para a colocação das empresas brasileiras em cadeias de valor sofisticadas.

Com relação à agenda climática, as oportunidades devem vir de frentes variadas: para além da China e da União Europeia, que são parceiros um pouco mais confiáveis do que os Estados Unidos para a mitigação da crise ambiental que enfrenta o planeta, o Brasil tem a chance, na COP30, de envolver o setor privado de forma mais efetiva do que aquela atualmente vista ao redor do mundo. Caso utilize tal oportunidade de forma pragmática – driblando a armadilha do argumento da “ameaça da perda de soberania” em temas como o mer-

cado de carbono, e se abrindo para relacionamentos construtivos, por exemplo, com o setor financeiro – o Brasil pode finalmente capitalizar o seu eterno potencial verde na produção de uma agenda virtuosa e urgente de interesse global.

Na seara dos direitos humanos e da defesa da democracia, tudo indica que os desafios globais serão grandiosos nos próximos quatro anos. O desmantelamento da agência USAID por parte de Trump combinado com sua retórica notoriamente antidemocrática e de pouco respeito a minorias significam que o mundo precisará trabalhar de forma unida e bem coordenada para evitar situações como aquela enfrentada pela Colômbia no começo do ano. O Brasil, como potência média, tem um papel a cumprir. No entanto, mais uma vez, precisaremos exercê-lo de forma inteligente e pragmática, somando esforços com parceiros confiáveis ao invés de comprar batalhas que exponham a economia brasileira de forma unilateral a retaliações potencialmente graves por parte dos EUA.

Finalmente, é preciso que o Brasil faça o seu dever de casa. Apesar da instabilidade geopolítica que afeta e afetará mercados nos próximos meses, os principais desafios da economia brasileira seguem sendo essencialmente domésticos:

desequilíbrios fiscais e baixa produtividade têm sido endereçados pelo governo atual, mas de forma insuficiente. Embora o Brasil deva trabalhar para desenvolver uma estratégia geopolítica defensiva inteligente, é preciso que, em paralelo, também proteja a sustentabilidade da sua economia o quanto antes. Afinal, os elevados desafios sociais que enfrenta o Brasil são lembretes permanentes da urgência dessa agenda.

1 “Macron convoca cúpula de crise em meio a preocupações com plano de Trump para a Ucrânia”. **Valor Econômico**, 15 de fevereiro. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/02/15/macron-convoca-cpula-de-crise-em-meio-a-preocupaes-com-plano-de-trump-para-ucrnia.ghtml>

2 “Lula diz que reagirá à taxaço do aço por Trump: ‘Vamos denunciar na Organização do Comércio ou taxar produtos deles’”. **O Globo**, 14 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/14/lula-diz-que-vai-reagir-a-taxacao-do-aco-por-trump-vamos-denunciar-na-organizacao-do-comercio-ou-taxar-produtos-deles.ghtml>

3 “Petro versus Trump – the diplomatic standoff that could shape Colombia’s future”. **Al Jazeera**, 4 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/longform/2025/2/4/petro-vs-trump-the-diplomatic-standoff-that-could-shape-colombias-future>

(*) *Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo (USP). (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*

Relatório de Indicadores Financeiros¹

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – NEFIN-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de

juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com

baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short)(02/01/2012 – 31/01/2025)

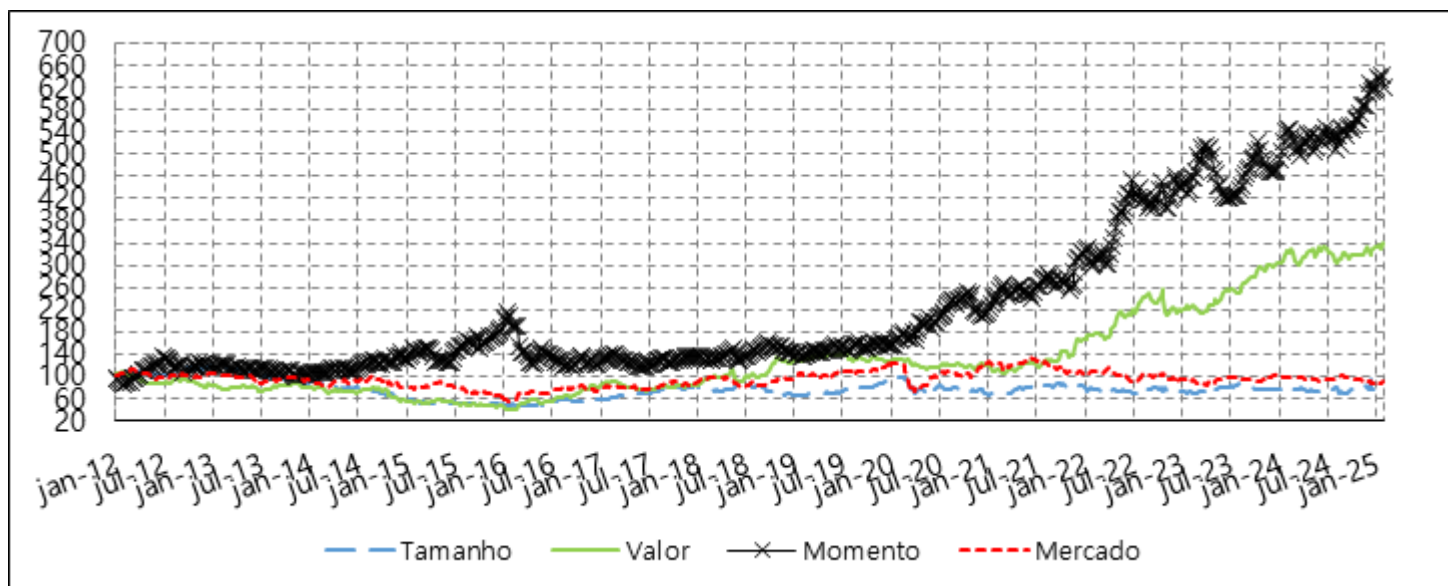


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	1,76%	3,19%	-3,26%	2,56%
Mês de Janeiro	3,53%	2,39%	0,97%	3,55%
2024	1,56%	3,72%	16,32%	-12,31%
2010-2025	-17,51%	146,39%	1055,55%	-28,34%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 31/01/2025)

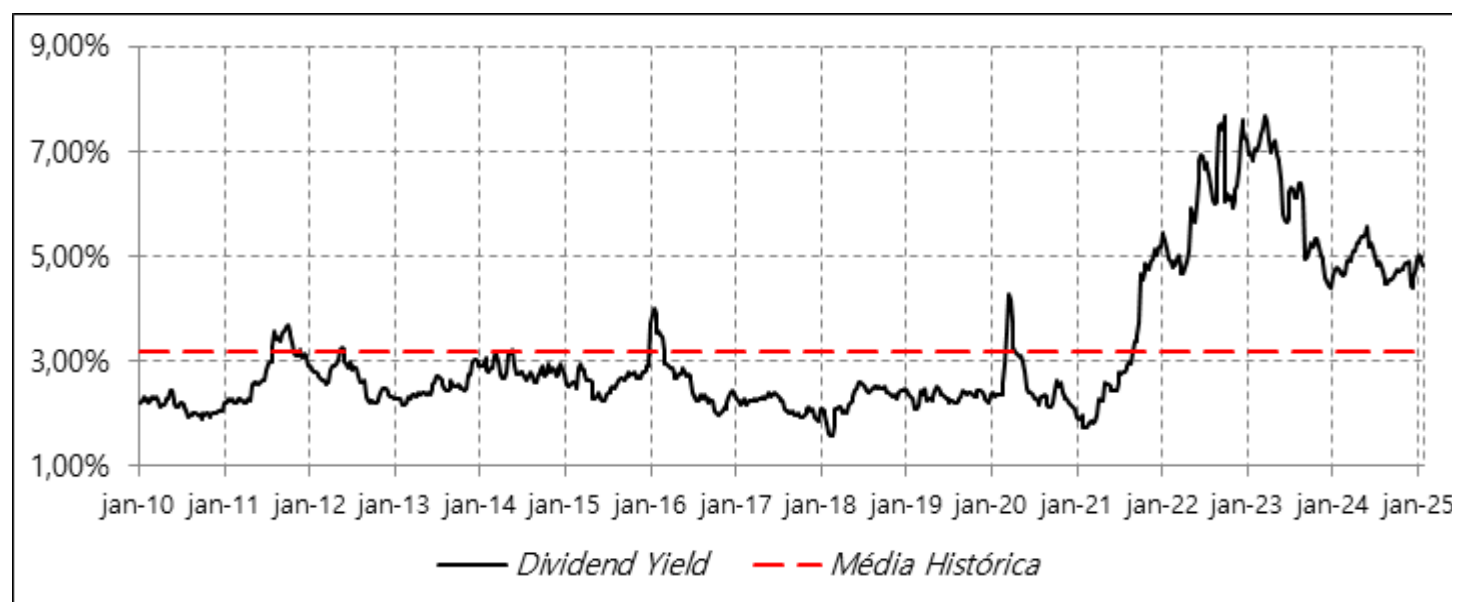


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	SLCE3	324,35	SYNE3	1,71
2.	PRNR3	223,98	ANIM3	4,27
3.	MDIA3	128,63	MRFG3	5,60
4.	FIQE3	120,72	PETR4	5,65
5.	RAIZ4	120,48	VULC3	5,67
6.	AZZA3	116,48	RECV3	5,77
7.	ALOS3	97,80	EVEN3	6,62
8.	TUPY3	83,77	CSNA3	7,05
9.	GMAT3	75,06	BRAP4	7,20
10.	PSSA3	73,83	CMIN3	7,25

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da

empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 30/01/2025)

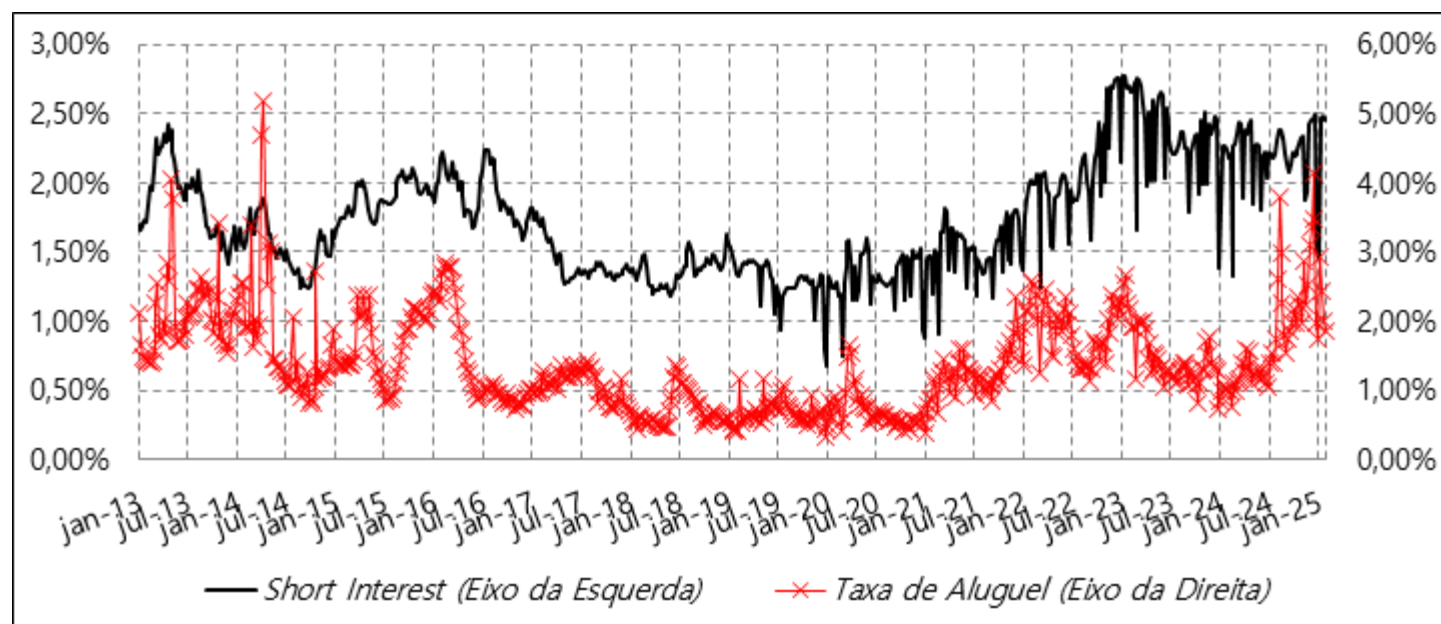


Tabela 3

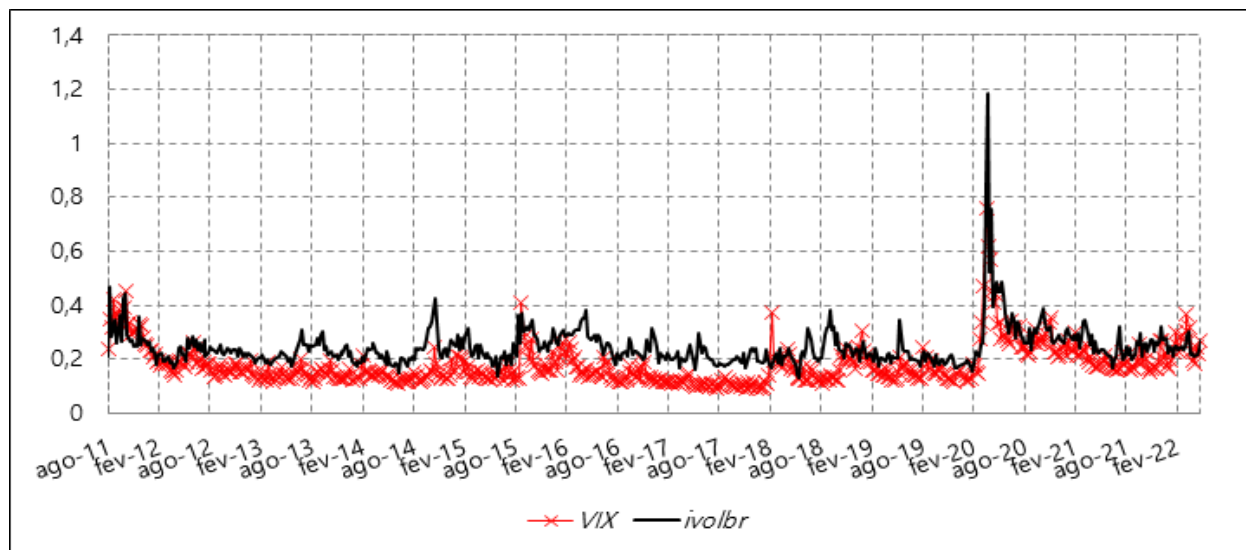
Cinco Maiores da Semana				
Short interest			Taxa de Aluguel	
1.	BHIA3	20,17%	RCSL3	41,44%
2.	AZUL4	17,72%	VTRU3	35,00%
3.	BRAV3	16,95%	AZUL4	34,14%
4.	PETZ3	15,59%	TRAD3	31,63%
5.	COGN3	15,01%	FIQE3	30,00%
Variação no short interest			Variação na taxa de aluguel	
1.	RCSL4	1,32%	CCRO3	2,81%
2.	PRI03	1,28%	TAE3	2,81%
3.	BBSE3	0,85%	TCSA3	2,20%
4.	VIVA3	0,74%	AUA33	0,90%
5.	LREN3	0,70%	CRFB3	0,82%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.²

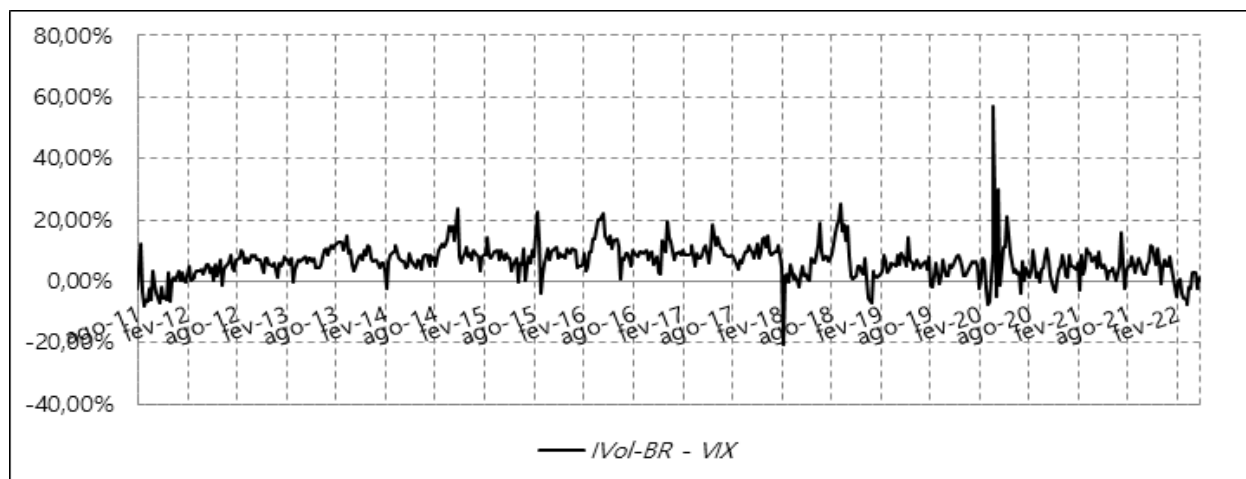
O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 30/04/2022)

A



B



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte. O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <<http://nefin.com.br/>>.

pesquisa na fea – Economia



Curva de juros brasileira e modelos da classe Nelson-Siegel

ANGELO DONIZETI LORENÇONI JUNIOR

Dissertação de Mestrado

Orientador(es): Rodrigo De Losso da Silveira Bueno

Banca: Rodrigo De Losso da Silveira Bueno (Presidente)

Fernando Tassinari Moraes

Rubens Hossamu Morita

José Carlos de Souza Santos

<https://doi.org/10.11606/D.12.2024.tde-06122024-133442>

Resumo

Nesta dissertação, realizamos a previsão fora da amostra da estrutura a termo da taxa de juros do Brasil por meio de um modelo de passeio aleatório, pela abordagem de Diebold e Li (2006) e por um modelo baseado em árvores de decisão. As previsões foram realizadas 1,6 e 12 meses à frente para taxas de juros de maturidades de 3 a 108 meses. Nossos resultados indicam a redução de 43% do erro quadrático médio de previsão para maturidades de 3 a 24 meses e horizonte de previsão de 12 meses quando utilizado o modelo baseado em árvores de decisão.

economia & história



A Era do Descontentamento no Relatório da UNCTAD – Um Novo e Rebaixado Normal

RÔMULO MANZATTO (*)

Na última edição de *Informações Fipe*, introduzimos alguns dos principais temas abordados pelo mais recente *Trade and Development Report*, elaborado anualmente pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD.¹

Com o título de *Rethinking Development in the age of discontent* (*Repensando o Desenvolvimento na era do descontentamento*), o estudo desse ano traça um panorama mais do que desafiador para o futuro do comércio internacional e da economia global.

Como vimos, nos últimos anos, a economia global vem passando por uma lenta deterioração das condições de crescimento. Isso

ocorre em um cenário de taxas de crescimento já rebaixadas, ainda como consequência da Crise Financeira Global de 2008. Trata-se de um “novo normal” deteriorado, que tem como características principais, nas economias nacionais, o baixo crescimento, o aumento do endividamento e o baixo nível de investimento.

Em termos mais amplos, os autores do estudo da UNCTAD acreditam que essas características são sintomas de mudanças estruturais abrangentes, próprias do que interpretam como um ponto de inflexão do processo de globalização. Assim, fatores como as novas tecnologias produtivas de descarbonização das cadeias produtivas, o advento massivo das ferramentas

de inteligência artificial, o avanço da informática e o imenso conjunto de inovações financeiras do momento antecipam o que pode vir a ser um novo ciclo de crescimento econômico mundial.

Embora o relatório da UNCTAD se volte majoritariamente para o futuro e para as tendências que podem construir um novo ciclo econômico global, o estudo não deixa de entregar um abrangente diagnóstico do cenário atual, delineando as principais variáveis macroeconômicas, políticas e sociais do que chama de *Era do descontentamento*.

O relatório registra uma estabilização das taxas de crescimento econômico em nível abaixo do re-

gistrado no período pré-pandemia. No agregado, a taxa de crescimento econômico global no período 2015-2019 foi, em média, de 3% ao ano. O período foi seguido por uma contração econômica anual também de 3% em 2020, e de uma breve recuperação, com crescimento de 6,3% em 2021, seguido de uma estabilização em níveis mais baixos, com taxas de crescimento de 3,1% em 2022, 2,7% em 2023 e também 2,7% nos resultados projetados para 2024 e 2025.

Parecido foi o cenário na América do Sul. No período 2015-2019, a região assistiu a uma contração na atividade econômica de, em média, 0,9% ao ano. Em 2020, a contração econômica atingiu expressivos 6,7%, seguida da também expressiva expansão em 2021, com crescimento de 7,3%, e 4,1% em 2022, e seguida, novamente, de uma estabilização em níveis mais baixos, com crescimento de 1,5% em 2023 e 1,8% no resultado projetado para 2024.

O relatório destaca que essa situação é particularmente preocupante para os 46 países menos desenvolvidos do mundo. Isso porque, nessas economias, o crescimento anual médio esperado para o período que vai de 2023 a 2025 é de 3,9%. O nível está muito abaixo do que o mínimo considerado para que esses países consigam atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que seria de, pelo menos 7% ao ano, em média.

O estudo então avança, delineando o que os pesquisadores consideram constituir uma verdadeira macroeconomia do descontentamento dos consumidores. O relatório indica que, no período pós-pandemia, mesmo com a recuperação do crescimento econômico e com a desaceleração dos índices de inflação, as principais economias do mundo foram tomadas por uma onda de descontentamento.

Os autores do estudo acreditam que o acentuado aumento no custo do crédito, resultado direto do aumento das taxas de juros, afetou duramente os orçamentos familiares, especialmente em um cenário de alto endividamento pessoal legado pelo período da pandemia de COVID-19.

Outro fator relevante consiste no fato de que, mesmo com a diminuição dos índices de inflação nos últimos anos, os preços ao consumidor ainda não retornaram aos níveis pré-pandemia, fenômeno este que prejudicou decisivamente o poder de compra de famílias e consumidores. De fato, prossegue o estudo, os preços ao consumidor estão mais altos cerca de 11% (nas economias desenvolvidas) e 14% (nas economias em desenvolvimento) do que no período pré-pandemia.

O estudo argumenta que os picos de inflação registrados no período pós-pandemia se devem a uma combinação de fatores que incluem gargalos temporários nas cadeias

de produção, mudanças de padrões de consumo, expressiva alta nos preços das principais *commodities*, aumento de concentração de mercado e mudança nos métodos de precificação de grandes empresas em importantes setores econômicos, como o agroalimentar e o segmento de energia.

O relatório não deixa de alertar para o fato de que a composição do atual processo de inflação muito se deve aos gargalos de oferta ainda não equacionados nas cadeias globais de produção. Essa estrutura faz com que o uso excessivo e prolongado de políticas monetárias contracionistas, como única forma de combate à inflação nas economias desenvolvidas, seja só parcialmente efetivo.

Ao mesmo tempo, o aumento das taxas de juros pressiona o peso dos custos financeiros nos orçamentos familiares, na estrutura de custos das empresas e no serviço da dívida do setor público. Este cenário aumenta os riscos de instabilidade financeira, pressiona o câmbio e amplia o custo de rolagem da dívida dos países em desenvolvimento, afirma o estudo.

Assim, para a UNCTAD, o combate à inflação deveria incluir um conjunto mais diverso de iniciativas que pudessem minimizar os efeitos colaterais desse tipo de intervenção. Como exemplos, a possível adoção de ações coordenadas para combater práticas anticompeti-

tivas, abusos de posições dominantes de mercado e a concentração corporativa em setores econômicos fundamentais.

Outras abordagens possíveis passam pela adoção de mecanismos de estabilização de preços e pela revisão da atual estrutura regulatória para a cadeia produtiva e o comércio de *commodities*. Também importantes seriam iniciativas que contivessem o excesso de especulação financeira.

Outro importante tópico levantado pelo relatório consiste no expressivo aumento dos níveis de dívida pública em escala global. Com efeito, mesmo nas 20 maiores economias do mundo, os estímulos fiscais utilizados na resposta à crise da pandemia de COVID-19 foram muito variados. Tanto nos Estados Unidos quanto na China, por exemplo, o impulso fiscal e o aumento do déficit fiscal em 2020, durante a pandemia, foi mais significativo do que o observado em 2009, na reação das economias nacionais à Crise Econômica de 2008.

Segundo os dados consolidados pelo relatório, o resultado foi um pronunciado aumento no nível de endividamento bruto das maiores economias globais, como proporção do PIB, após o período de choque da pandemia de COVID-19. O caso argentino é o mais dramático. O país sul-americano passou de um nível de endividamento de 90% do PIB em 2019 para alarmantes 155% em 2023. Ainda na América do Sul, o Brasil, por sua vez, viu uma discreta diminuição do endividamento total. A dívida bruta, que em 2019 alcançava 87% do PIB, passou para 85% na estimativa para 2023.

No entanto, no caso dos outros membros do grupo BRICS, houve aumento do nível de endividamento. Na China, a dívida bruta passou de 60% do PIB em 2019 para 84% em 2023. O aumento também foi expressivo na África do Sul, em que a dívida foi de 56% do PIB para 74% nesse intervalo de tempo. Na Índia, nesse mesmo período, a dívida foi de 75% do PIB para 83%

e, na Rússia, ela passou de 14% do PIB em 2019 para 20% na projeção para 2023.

As consequências mais amplas desse aumento do endividamento, assim como possíveis rotas de saída propostas pela UNCTAD serão abordadas na próxima edição de *Informações Fipe*.

Referências

MANZATTO, R. O sistema de economia política da UNCTAD. *Informações Fipe*, n. 503, p. 59-61, ago. 2022a.

_____. O sistema de economia política da UNCTAD (II). *Informações Fipe*, n. 504, p.53-55, set. 2022b.

_____. A era do descontentamento no relatório da UNCTAD. *Informações Fipe*, n. 532, p.68-70, jan. 2025.

UNCTAD. **Trade and development report 2024. Rethinking development in the age of discontent**. UNCTAD/TDR/2024, Genebra, 2024.

_____. **Trade and development report 2024 (overview). Rethinking development in the age of discontent**. UNCTAD/TDR/2024, Genebra, 2024.

1 Ver Manzatto (2025). Em edições anteriores de *Informações Fipe*, abordei a evolução das ideias econômicas pensadas a partir da UNCTAD. Ver Manzatto (2022a, 2022b).

(*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP/FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).

O Longo Fim da Escravidão

IVAN COLANGELO SALOMÃO (*)

A emancipação brasileira em 1822 foi um movimento histórico que extrapolou a relação metrópole-colônia, respondendo a fatores econômicos, políticos e diplomáticos. Apesar da manutenção da tríade que caracterizou a colonização do país – latifúndio, escravidão e monocultura de exportação –, diversas foram as transformações pelas quais passou o país desde a fuga da Família Real em 1808 até o Grito do Ipiranga, 14 anos depois. Do ponto de vista social, a independência aprofundou a pressão inglesa sobre o tráfico transatlântico de escravizados. Durante o primeiro lustro do século XIX, a coroa britânica desempenhou papel central no longo fim do comércio infame entre a África e o Brasil.

Em 1810, D. João VI assinara o Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra, pelo qual se comprometia a aderir à campanha contra o tráfico proibindo que portugueses capturassem pessoas em quaisquer outros territórios que não os sob posse lusitana na África. Cinco anos depois, as casas reais da Europa restaurada deliberaram, no Congresso de Viena, pela proibição do tráfico negreiro acima do equador, divisão que, teoricamente, incluía a região da Costa da Mina, princi-

pal fornecedora de braços para o Brasil àquele momento (PRADO JUNIOR, 1980, p. 146).

Mas a primeira derrota da causa abolicionista veio junto com a própria independência. Se influentes desde sempre, foi a partir do rompimento que os grandes latifundiários (ao lado dos traficantes de escravizados) ascenderam, de fato, à condição de classe dominante. Cientes de que a proibição do tráfico representaria o fim da própria escravidão, os proprietários de terra entendiam ser necessário postergar ao máximo a extinção do comércio de seres humanos. Começava aí a batalha entre a Inglaterra e a elite agrário-escravocrata brasileira.

A coroa britânica abolira o comércio negreiro em suas colônias em 1807. A pressão para que os países do Novo continente também o fizessem poderia soar estranha, ou hipócrita, se se considerasse que, no século XVIII, a própria Inglaterra “se tornara o maior interessado no comércio humano, se envolvendo em guerras, inclusive, para obter e conservar a prioridade sobre as demais nações no tráfico ultramarino de escravos” (PRADO JUNIOR, 1980, p. 145). De

acordo com Furtado (1982, p. 95), apesar das razões morais subjacentes às suas intenções¹, os ingleses pretendiam mesmo defender os interesses econômicos de suas colônias nas Antilhas, que viam na escravidão brasileira um fator de concorrência desleal e a responsabilizavam pela queda do preço do açúcar no mercado internacional.

A fim de exercer influência sobre a agora ex-colônia portuguesa por meio do *soft power*, o governo inglês pressionou Lisboa a reconhecer a independência brasileira. Em 1826, D. Pedro I assinou um novo tratado que estabelecia um prazo de três anos, após sua ratificação, para que o comércio de escravizados fosse considerado pirataria. Apesar do atraso, a Regência Trina Permanente promulgou, em 7 de novembro de 1831, a legislação que tornava ilegal o tráfico humano, libertando todos os indivíduos que desembarcassem no Brasil. A abdicação de Pedro I, contudo, aprofundou a influência dos grandes proprietários rurais, os quais, por motivos óbvios, fizeram do diploma letra morta – ou um acordo para “inglês ver”. Em represália, a potência europeia recrudesceu o patrulhamento no Atlântico Sul, ainda que a elevada rentabilidade

do “negócio negreiro” desafiasse a esquadra britânica, uma vez que permitia aos traficantes lançarem os sequestrados ao mar quando interceptados por alguma embarcação de vigilância.

A escalada da repressão inglesa não feria apenas a sensatez, mas a própria soberania nacional da ex-colônia portuguesa. Além de afundarem navios em alto-mar, a Marinha britânica chegou a bombardear alguns barcos já ancorados na costa brasileira. Não que fosse necessário, mas a ousadia inglesa contribuiu para que determinados atores brasileiros defendessem ainda com mais afinco uma causa tão indefensável quanto a escravidão, postergando ações efetivas por parte do governo imperial. A tensão diplomática escalou tantos níveis a ponto de parlamentares ingleses sugerirem a declaração de guerra ao Brasil, paroxismo que, segundo Prado Junior (1980, p. 151), encontrava eco também nas ruas.

O capítulo seguinte se deu quando da aprovação da reforma tarifária de 1844, a qual, se não prejudicava exclusivamente os produtos manufaturados de origem inglesa, também não mais lhes beneficiava como na época da abertura dos portos às nações amigas. A insatisfação dos britânicos se fez conhecer por meio da assinatura, em 8 de agosto de 1845, do *Bill Aberdeen Act*, documento baixado unilateralmente e que autorizava

o confisco de qualquer embarcação empregada no tráfico humano. Segundo Furtado (1982, p. 123), os africanos “apreendidos” nos mares eram levados como trabalhadores “livres” para as colônias britânicas nas Índias Ocidentais. Como resultado do cerco inglês, não coube ao governo brasileiro – representante dos interesses da elite latifundiária e dos traficantes – outra postura que não a de capitular diante da pressão internacional. Em 4 de setembro de 1850, D. Pedro II finalmente promulgou a Lei Eusébio de Queirós, pela qual o Império se comprometia, de fato, a findar o tráfico de escravizados para o Brasil. Dessa vez, o cumprimento da lei foi garantido pela atuação ativa e repressiva da Guarda Nacional nos portos brasileiros. Em pouco tempo, o desembarque de africanos sequestrados no país passou de aproximadamente 60 mil, em 1849, para menos de 6 mil em 1851 (ALENCASTRO, 2018).

O fim abrupto da oferta de braços para a lavoura encerrava, na visão de Prado Junior (1980, p. 153), a longa fase de transição desencadeada com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro: “o sistema estava desde aquele momento definitivamente comprometido e condenado ao desaparecimento”, sendo que, somente a partir da década de 1850, o país inauguraria uma nova etapa de seu desenvolvimento (PRADO JUNIOR, 1980, p. 153). Isso porque a principal consequência econômica da ex-

tinção tardia do comércio vil foi a liberação de capitais e braços para outras atividades e setores, fenômeno que esteve na base do surto industrializante observado nos anos subsequentes. Eis o gérmen da revolução burguesa a que se refere Fernandes ([1975] 1981) em sua obra clássica.

Se a extinção do tráfico de escravizados respondeu diretamente à pressão internacional, o longo itinerário até a abolição definitiva do cativo no Brasil esteve circunscrito diretamente a fatores internos. Inicialmente tímido diante da legitimidade da causa, o movimento abolicionista abandonou eufemismos para, a partir dos anos 1860, defender de forma aguerrida a mais premente causa política do país. As manifestações antiescravistas se faziam ouvir em diversos setores da sociedade: na imprensa, no Exército, nos meios intelectuais, nos círculos políticos. A produtividade mais elevada do trabalhador livre era o principal argumento econômico utilizado pelos abolicionistas, que se baseavam no exemplo do aumento da produção de açúcar das Índias Ocidentais.²

Procurando conciliar motivos de cunho humanitário e econômico, o Império protelou a abolição definitiva tal qual a crônica de uma morte anunciada. O Gabinete de 1871 aprovou, em setembro daquele ano, a chamada Lei do Ventre Livre.³ Apesar de inócuo, ineficaz e ineficiente, o diploma guarda o

simbolismo de ter sido a primeira intromissão do Estado na “relação” senhor-escravo, medida que, segundo Carvalho (2007), catalisou o início da queda do Império.⁴

A década de 1880 assistiu à radicalização dos movimentos abolicionistas. Os escravizados voltaram a se agitar; rebeliões e fugas em massa passaram a ocorrer com frequência cada vez maior, sob o olhar fleumático das Forças Armadas, que já não se mobilizavam para recapturar os fugitivos. O primeiro elemento decisivo para o êxito do movimento parece mesmo ter sido o apoio oferecido pelas Forças Armadas após o retorno da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Atônita, a elite escravista tentou obstar a marcha civilizatória ao aprovar, em 28 de setembro de 1885, a acintosa lei que libertava os escravizados acima dos 60 anos de idade. Mas foi somente às vésperas da queda oficial da escravidão que o setor mais reacionário do Partido Republicano Paulista (PRP) se colocou a favor da abolição.⁵ Mais pelo receio de uma sublevação à la Haiti⁶ do que exatamente por convicção moral, o apoio da elite hegemônica do país finalmente precipitou a movimentação derradeira. Em março de 1888 caiu o último gabinete escravocrata, liderado por João Alfredo; dois meses depois, a filha do imperador subscreveu o documento que concedeu alforria a todos os cativos mantidos no Brasil.

O entendimento de que se tratou de um processo demasiadamente longo e tortuoso não pode ser acusado de incorrer em anacronismo. Caio Prado Junior (1980), por exemplo, aceita o argumento da dificuldade de se impor medidas bruscas em seara tão delicada economicamente. Para o autor, “efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época [da primeira metade do século XIX] ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil” (PRADO JUNIOR, 1980, p. 143). Temiam-se as desconhecidas consequências sobre a organização produtiva, motivação matematicamente plausível, ainda que política, humanitária e socialmente absurda.

Celso Furtado (1982, p. 136) corrobora essa opinião ao afirmar que mesmo os mais lúcidos pensadores da época – como os abolicionistas José Bonifácio de Andrada e Silva e Nabuco de Araújo – temiam uma “hecatombe social” em caso de abolição abrupta. Nesse sentido, argumenta o autor, a abolição da escravidão teria sido uma medida mais política do que exatamente econômica. Isso porque refletia mais as vísceras do poder do que a organização produtiva, pois, uma vez extinto o cativeiro, não se observaram mudanças estruturais nas formas de produção. É nesse sentido que Carvalho (2007, p. 293) considera que a escravidão, a faceta mais trágica da história nacional, foi a instituição que melhor representou a natureza do pacto

que sustentou o perverso sistema político imediato até o fim do século XIX.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474?fbclid=IwAR2sm5EJMTmBi3lLqAUJCbOgxWYAzthmJRsoxda8TBxOUNrsT8hJiPcDGk>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975-1981.
- FURTADO, Celso M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1982.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

1 A influente *Anti-Slavery Society* havia sido criada em 1839 e era financiada, inclusive, pelos próprios sindicatos dos trabalhadores ingleses (CARVALHO, 2007, p. 300).

2 De acordo com Carvalho (2007, p. 321), entretanto, “não há evidência de que qualquer grupo significativo de proprietários tenha optado pela abolição em virtude de convicção quanto à maior produtividade do trabalho livre”.

- 3 Segundo Carvalho (2007, p. 310), houve clara divisão entre as regiões do país na aprovação da lei: Norte e Nordeste a favor; Sul e Sudeste, contra.
- 4 Nos termos empregados pelo autor: “Se a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo” (CARVALHO, 2007, p. 293).
- 5 Carvalho (2007) aponta que a abolição dividiu o sul cafeeicultor entre as regiões mais antigas, dotadas de algum “estoque” de mão de obra escravizada e economicamente decadentes (sobretudo no sul fluminense), e as novas, mais produtivas e carentes de braços, especialmente no interior de São Paulo.
- 6 Calcula-se que, naquele momento, ainda havia aproximadamente 800 mil escravizados no Brasil, num total de 14 milhões de habitantes.

() Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e membro do Hermes & Clío, grupo de pesquisa em História Econômica (FEA/USP). (E-mail: ivansalomao@gmail.com).*